



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FABIANE DE OLIVEIRA DOMINGOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL E  
SUAS INFLUÊNCIAS EM ROLÂNDIA-PR.**

---

Londrina  
2007

**FABIANE DE OLIVEIRA DOMINGOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL E  
SUAS INFLUÊNCIAS EM ROLÂNDIA-PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Londrina  
2007

**FABIANE DE OLIVEIRA DOMINGOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL E  
SUAS INFLUÊNCIAS EM ROLÂNDIA-PR.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas  
Calvente  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Ana Maria Marangoni  
Universidade Estadual de São Paulo

---

Profa. Dra. Alice Y. Asari  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 03 de setembro de 2007.

A todos que dedicaram  
e se dedicam ao  
estudo do turismo....

## **AGRADECIMENTOS**

A minha querida mãe, pelo incentivo nos momentos difíceis.

A todos os professores que contribuíram na minha formação e que me possibilitaram chegar ao mestrado, e em especial agradecer a minha orientadora profa. Maria del Carmem que acreditou em mim independentemente de tudo, mostrando-me que a pesquisa é acima de tudo uma questão de ética, compromisso e responsabilidade.

Aos meus amigos, simplesmente por estarem do meu lado.

E finalmente a UEL, pela honra de poder concluir esse curso em uma instituição tão respeitada.

De pouco adianta que o município entre na frente turística se, simultaneamente, não estiver combatendo seus adversários, a pobreza,, a degradação do território, as tecnologias erradas ou o mau uso da memória e, dezenas de outras coisas aparentemente sem relação com o turismo, são as formas mais legítimas de abraçá-lo com muito sucesso.

DOMINGOS, Fabiane de Oliveira. **Políticas públicas para o turismo no Brasil e suas influências em Rolândia-PR.** 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

## RESUMO

Esta pesquisa irá discutir conceitos de políticas públicas e o papel do Estado, tendo como foco principal as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento do turismo e como essas políticas influenciam um pequeno município. Para a compreensão de como se dá essa relação é necessário entender também como foi a evolução do processo histórico dessas políticas no país. Sendo assim, com base em autores que estudam este tema, optamos pela divisão por períodos, de acordo com alguns acontecimentos importantes que marcaram a organização do turismo no país. Também será apresentado o período iniciado em 2003 com a criação do MinTur até 2007 com os órgãos que mais influenciam a atividade e como se deu as políticas neste período com análise do atual Plano Nacional do Turismo 2007-2010. O Programa de Regionalização do turismo que traz os conceitos de regionalização também será discutido. O estado do Paraná possui uma estrutura para discutir, elaborar e planejar ações de políticas públicas do turismo, que podem e devem influenciar um município, mas, como visto nesta pesquisa, a base é a que mais sofre com a falta de articulação entre as esferas do governo. Optou-se pela utilização das entrevistas para verificar como essas políticas estão influenciando Rolândia. As influências das políticas públicas para o turismo no município devem ser no sentido de promover a região, beneficiando a comunidade local, para que possam nortear o rumo da atividade, atingindo os objetivos dos programas e projetos de forma integrada.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Turismo e influências.

DOMINGOS, Fabiane de Oliveira. **Publics Politics of the Tourism in Brazil and your influences to Rolândia.** 2007. 170f. Dissertation (Master`s degree in Geography, Environment and Development) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

### **ABSTRACT**

This research will discuss concepts of public politics and the paper of the State, having as main focus the related public politics to the development of the tourism and as these politics influence a small city. To understand this relation is necessary also understand how was the evolution of the historical process of these politics in the country. Therefore, on the basis of authors who study this subject, we have opted for the division for periods, in according to some important events which marked the organization of the tourism in the country. The period initiated in 2003 will be also presented with the creation of the MinTur up to 2007 with the agencies that more influence the activity and as they have formed the politics in this period with analyze of the current National Plan of Tourism 2007-2010. The Program of Regionalization of the tourism that brings the concepts of Regionalization will be also discussed. The state of Paraná has a structure to discuss, to elaborate and to plan actions of public politics of the tourism, which can and should influence a city, but, as it is observed in this research, the base is the one that more suffers with the lack of pronunciation between the spheres of the government. It was opted for the use of the interviews to verify as these politics are influencing Rolândia. The influences of the public politics for the tourism in the city must be in the direction to promote the region, benefiting the local community, so that they can guide the route of the activity, reaching the objectives of the programs and projects of integrated form.

**Keywords:** Public politics. Tourism and influences.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> – Resumo das principais intervenções governamentais (1930-1960).....	32
<b>QUADRO 02</b> – Resumo das principais intervenções governamentais (1960 - 1980).....	37
<b>QUADRO 03</b> – Comparação entre o PLANTUR (1992) com o PNT (2003-2007).....	39
<b>QUADRO 04</b> – Resumo das principais intervenções governamentais (1990-2000) .	43
<b>QUADRO 05</b> – Os departamentos da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo com suas coordenações gerais.....	48
<b>QUADRO 06</b> – Metas do PNT (2007 -2010) e PNT (2003 -2007).....	60
<b>QUADRO 07</b> – Os Macroprogramas e Programas do PNT (2007 - 2010).....	61
<b>QUADRO 08</b> – Órgãos vinculados a SETUR, com seus objetivos .....	64
<b>QUADRO 09</b> – Municípios integrantes da ADETUNORP .....	69
<b>QUADRO 10</b> – Os seis roteiros turísticos apresentados pela ADETUNORP para comercialização no norte do Paraná .....	74
<b>QUADRO 11</b> – Municípios com a quantidade de cursos técnicos que possuem .....	77
<b>QUADRO 12</b> – Roteiros do COMTUR para serem ofertados aos visitantes de Rolândia .....	132

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> – Níveis de Estruturação do PNMT .....	42
<b>FIGURA 02</b> – Mapa das Regiões Turísticas do Paraná .....	67
<b>FIGURA 03</b> – Localização de Rolândia no Sul do Brasil.....	83
<b>FIGURA 04</b> – Localização de Rolândia no Norte do Paraná .....	84
<b>FIGURA 05</b> – Centro Comercial de Rolândia.....	86
<b>FIGURA 06</b> – Capela São Pedro (Comunidade Deizinho).....	88
<b>FIGURA 07</b> – Museu Japonês.....	91
<b>FIGURA 08</b> – Primeira Casa do Pioneiro Japonês .....	92
<b>FIGURA 09</b> – Segunda Casa do Pioneiro Japonês .....	92
<b>FIGURA 10</b> – Museu Municipal de Rolândia.....	93
<b>FIGURA 11</b> – Museu Sacro.....	94
<b>FIGURA 12</b> – Museu do Café .....	96
<b>FIGURA 13</b> – Igreja Matriz São José.....	97
<b>FIGURA 14</b> – Igreja Luterana.....	99
<b>FIGURA 15</b> – Logotipo da Oktoberfest.....	100
<b>FIGURA 16</b> – Desfile de Rua da Oktoberfest.....	101
<b>FIGURA 17</b> – Área Externa da Oktoberfest.....	102
<b>FIGURA 18</b> – Pousada Rural Marabú.....	103
<b>FIGURA 19</b> – Fazenda Bimini.....	105
<b>FIGURA 20</b> – Estátua Roland.....	107
<b>FIGURA 21</b> – Breemencenter.....	109
<b>FIGURA 22</b> – Chácara Rolândia.....	111
<b>FIGURA 23</b> – Pousada das Alamandas.....	112
<b>FIGURA 24</b> – Restaurante da Pousada das Alamandas.....	113
<b>FIGURA 25</b> – Fachada Lateral da Igreja São Rafael.....	114
<b>FIGURA 26</b> – Cemitério São Rafael.....	115
<b>FIGURA 27</b> – Início da Estrada São Rafael.....	116
<b>FIGURA 28</b> – Trecho da Estrada São Rafael.....	116
<b>FIGURA 29</b> – Lateral do Hotel Rolândia.....	117

<b>FIGURA 30</b> – Sede do Spa Recanto das Figueiras.....	118
<b>FIGURA 31</b> – Piscina do Spa Recanto das Figueiras.....	119
<b>FIGURA 32</b> – Desenho do Futuro “Portal Turístico”.....	121
<b>FIGURA 33</b> – Placa de Sinalização Turística em Rolândia.....	122
<b>FIGURA 34</b> – COMTUR na Oktoberfest – 2003.....	131
<b>FIGURA 35</b> – Mapa Turístico de Rolândia.....	133
<b>FIGURA 36</b> – Participantes do Roteiro IV Rolândia Turismo.....	134
<b>FIGURA 37</b> – Evento do IV Rolândia Turismo – Auditório FACCAR ...	136

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABAV** – Associação Brasileira de Agências de Viagens  
**ABIH** – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira  
**ADETUNORP** – Agência de Desenvolvimento do Turismo no Norte do Paraná  
**ALL** – América Latina Logística Brasil S.A  
**BIRD** – Banco Internacional de Reconstrução e de Desenvolvimento  
**BRAZTOA** – Associação Brasileira das Operadoras de Turismo  
**CNTUR** – Conselho Nacional de Turismo  
**COMBRATUR** – Comissão Brasileira de Turismo  
**COMTUR** – Conselho Municipal de Turismo  
**CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
**DEIP** – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda  
**EMBRATUR 1** – Empresa Brasileira de Turismo  
**EMBRATUR 2** – Instituto Brasileiro do Turismo  
**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
**FACCAR** – Faculdade Paranaense Faccar  
**FESTUR** – Fundação de Esporte e Turismo  
**FMI** – Fundo Monetário Internacional  
**FUNGETUR** – Fundo Geral de Turismo  
**IAPAR** – Instituto Agrônômico do Paraná  
**IMIN 100** – Imigração Japonesa no Brasil 100 anos  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**JK** – Juscelino Kubitschek  
**MinTur** – Ministério do Turismo  
**MPT** – Municípios com Potencial Turístico  
**MT** – Municípios Turísticos  
**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
**OIT** – Organização Internacional de Trabalho  
**OMT** – Organização Mundial do Turismo  
**ONU** – Organização para as Nações Unidas  
**PARANATUR** – Paraná Turismo  
**PIB** – Produto Interno Bruto

**PLANTUR** – Plano Nacional de Turismo

**PRODETUR** – Programa de Desenvolvimento do Turismo

**PNT 1** – Política Nacional de Turismo

**PNT 2** – Plano Nacional de Turismo

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PNMT** – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

**PRT** – Programa de Regionalização do Turismo

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**RINTUR** – Roteiro de Informações Turísticas

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SETU** – Secretaria de Estado do Turismo

**SPA** – Solus Per Aqua

**UEL** – Universidade Estadual de Londrina

**UIOOT** – União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo

**WTO** – *World Tourist Organization*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	18
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO .....	22
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL</b> .....	28
3.1 PRIMEIRO PERÍODO DÉCADA DE 1930 A 1960 .....	30
3.2 SEGUNDO PERÍODO DÉCADA DE 1960 A 1980 .....	33
3.3 TERCEIRO PERÍODO DÉCADA DE 1990 A 2000 .....	37
<b>4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS PARA O SETOR</b> .....	44
4.1 A ESCALA SUPRANACIONAL .....	45
4.2 A ESCALA NACIONAL – BRASIL .....	47
4.3 A ESCALA ESTADUAL – O PARANÁ .....	62
<b>5 A ESCALA LOCAL</b> .....	79
5.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	80
5.2 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA .....	82
5.3 OS RECURSOS E AS POTENCIALIDADES DE ROLÂNDIA PARA O TURISMO .....	87
5.4 OS RECURSOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA .....	90
5.5 AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO .....	119
5.6 INFLUÊNCIAS PÚBLICAS NA ESCALA MUNDIAL .....	125
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	144
<b>APÊNDICES</b> .....	150
APÊNDICE A .....	151

<b>ANEXOS</b> .....	153
ANEXO A .....	154
ANEXO B .....	160
ANEXO C .....	162
ANEXO D .....	164
ANEXO E .....	168

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade complexa que envolve vários setores da economia. Por esta razão, diversas áreas de pesquisa acabam se envolvendo com o tema. Nesta dissertação pretende-se instigar a discussão de como as políticas públicas para o turismo podem contribuir para o desenvolvimento da atividade e se estão desempenhando corretamente sua função. Neste sentido, a Geografia política contribui para a discussão destas políticas, pois esta atividade influencia na dinâmica do território e do espaço e, quando planejada, pode trazer impactos positivos para uma determinada localidade.

A Administração Pública, no uso de suas atribuições, têm-se mostrado uma das “molas propulsoras” para o desenvolvimento e normalização das atividades que compõem o arcabouço estrutural e operacional do turismo. Apesar de sua enorme potencialidade para o turismo, o Brasil pode ser muito prejudicado caso não haja uma gestão qualificada e planejada das atividades por ele abrangidas, o que traria conseqüências negativas para o setor. Daí a grande importância do papel desempenhado pelo Estado e de sua intervenção na área do turismo por meio das políticas públicas a fim de evitar que este problema aconteça.

O interesse pelo tema foi impulsionado durante a disciplina de Turismo e Geografia neste mestrado, na qual foram apresentadas e discutidas as políticas públicas para o turismo. Discutir o tema é de suma importância, pois muitos ainda desconhecem sua evolução histórica e, principalmente, o que há de novo sobre o tema. A questão, no entanto, era saber se os agentes públicos municipais conhecem as políticas apresentadas pelo governo.

Já os motivos da escolha de Rolândia estão relacionados ao questionamento de como essas políticas públicas federais, estaduais e municipais influenciam no desenvolvimento da atividade turística local. Também o fato de residir há 16 anos no município, ter desenvolvido uma pesquisa sobre a relação entre meio ambiente e turismo como Trabalho de Conclusão de Curso na graduação e estagiar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo contribuíram para a realização desta discussão.

O principal enfoque deste estudo foi a análise das políticas públicas para o setor turístico, discutindo suas diretrizes, bem como a influência que elas

venham a ter sobre as outras esferas governamentais e o setor privado, mas, principalmente, seus impactos em um pequeno município no norte do Paraná. Para isso, foi realizada no município pesquisa de campo através de entrevistas para verificar o que os envolvidos com o setor pensam sobre o assunto. Além das entrevistas, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, visando o embasamento teórico do tema sobre políticas públicas, histórico das políticas públicas para o turismo e políticas atuais para o setor. Para a realização desta pesquisa foram utilizados ainda os acervos de livros da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Faculdade Paranaense Faccar (FACCAR) e Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA). Outros materiais como artigos, entrevistas, monografias, dissertações, teses e diversas reportagens pesquisadas através da *internet* também foram utilizados. Materiais sobre as informações do município foram adquiridos do Plano Diretor que ainda não estava concluído em 2006 e de cópias de documentos fornecidos pela antiga Secretaria de Cultura em 2005.

Na atual gestão, foi criado um ministério específico para o turismo e, com isso, toda uma estrutura visando à reformulação das políticas públicas para o setor foi desenvolvida. Entretanto, será que isso de fato foi e é suficiente para que a atividade alcance os objetivos esperados pela sociedade? Para responder a esse questionamento e facilitar a compreensão da estrutura política atual para o setor, é fundamental que se problematize o processo histórico das políticas públicas para o turismo no país desde a década de 1930, quando se verifica o início da participação do Estado na atividade.

No primeiro capítulo serão discutidos os conceitos e fundamentos de política pública e qual o seu papel para o desenvolvimento da atividade turística em um determinado governo.

Já no segundo capítulo, far-se-á uma caracterização da trajetória histórica por que passaram as políticas públicas para o turismo no Brasil, partindo da década de 1930 até 2000. Para facilitar a compreensão deste processo, optou-se pela divisão dos períodos em três momentos.

O terceiro capítulo trará uma série de discussões e observações importantes acerca das políticas públicas atuais, analisando as escalas supranacional, federal e estadual – divididas para auxiliar na discussão deste tema. O conceito de região, termo muito utilizado nos programas e projetos do governo

relacionados ao turismo, também será discutido. As ações derivadas desse redimensionamento são o objeto do quarto e último capítulo, que trará a análise das influências dessas políticas em um pequeno município do norte do Paraná, neste caso, Rolândia.

Esta pesquisa não termina aqui, pois devido à velocidade com que as coisas acontecem e o auxílio das novas tecnologias de informação, esses acontecimentos são facilmente apresentados e discutidos. A cada mudança de governo novas propostas surgem, podendo alterar o curso da atividade no país. Com uma simples ação ou projeto, através de uma nova visão da política de turismo, fez-se possível redirecionar tudo o que já havia sido construído nos governos anteriores. A dinâmica do turismo o torna um dos mais intrigantes fenômenos sociais, visto que gera possibilidades diversas e está sujeita às várias mudanças profissionais, culturais e tecnológicas a ele ligadas.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem tantas definições de política, quanto há proeminentes filósofos e outros autores que discutem sobre esse tema no campo da Ciência Política. Nesta pesquisa, porém, far-se-á apenas uma rápida explanação sobre sua definição, a fim de que se possa compreender o significado que se dará ao termo quando se referir às políticas para o turismo.

Antes de trazer os conceitos do termo 'política', faz-se necessário um esclarecimento acerca do papel do Estado, dado que seus objetivos são voltados para a nação e que disso decorre a necessidade da criação de regras para o território. De acordo com Ribeiro Junior (2001, p. 322), O Estado é uma instituição política, que contém uma *organização*, que com ele se confunde: o Governo. O Estado seria ineficaz se não contasse com essa organização complexa, que legisla, executa e julga [...]"

Essa instituição pode até utilizar meios violentos e coercitivos para impor sua ideologia, conforme ocorrido no Brasil no período do militarismo, por exemplo. O Estado desenvolve uma cultura política comum partilhada por todos os cidadãos, sendo uma forma de organizar a sociedade. A política, na acepção do termo, origina-se:

[...] (do grego *politeiôn*, viver em sociedade) é a arte ou ciência do governo do Estado. Não há sociedade organizada sem a égide da Política. A este termo, sempre se devem ligar as idéias de organização e administração. Refere-se ao sistema ou forma de governo, ou é a arte de governar e, como tal, orienta o Estado na direção e defesa de seus interesses ou daqueles da nação (RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 313).

Por outro lado, as políticas públicas são conjuntos de ações desenvolvidas pelas instituições do Estado nos diferentes setores da sociedade, e são necessárias para que o homem possa viver em sociedade. Ocorrem em áreas como educação, saúde, transporte, cultura, meio ambiente, economia, turismo e outras. As ações derivadas das políticas públicas atingem os interesses da comunidade em geral e deveriam visar o bem comum. Porém, algumas dessas

ações podem não ser planejadas corretamente ou podem ser elaboradas por aqueles que visam benefícios próprios ou beneficiar determinados grupos em detrimento de outros.

Esta atividade pode ser exercida de várias formas, variando de acordo com o regime que vigora na sociedade. Pode-se ter a monarquia – onde as decisões são tomadas por uma única pessoa –, ou a democracia – onde o governante é escolhido pelo povo através de uma eleição –, dentre outras. A política, de forma geral, pode ser exercida não só pelo governo, mas também por outros órgãos e instituições sociais. Contudo, as políticas públicas são de exclusividade do Estado. São ações, tomadas através de um processo público, que visam à escolha de alternativas para as deficiências que uma determinada sociedade possa vir a apresentar. Esses planos de ações devem ser elaborados e depois concretizados através de obras conjuntas entre governo e comunidade. Mas nem sempre isso se concretiza. Principalmente quando se trata de um país como o Brasil, palco de grande desigualdade sócio-econômica e graves problemas políticos de origem histórica. Devido a estes problemas, muitas vezes apenas uma pequena parcela da sociedade tem seus interesses privilegiados, em detrimento da grande maioria da população que, provavelmente por falta de conhecimento de seus direitos, interesse e informação, acaba não participando destas ações.

No turismo, assim como em outros setores da sociedade, torna-se fundamental a elaboração de políticas públicas adequadas para que se alcance o desenvolvimento satisfatório da atividade. Isso não é, entretanto, tão simples. Desde a década de 1930 – quando a intervenção pública no Brasil começava a ser mais expressiva –, o setor público vem tomando algumas medidas para tentar organizar a atividade; no entanto, a fiscalização, a criação de incentivos e normalização do setor não tem sido o bastante para que o turismo se desenvolva adequadamente. Deve-se considerar, portanto, que o turismo passa por alguns obstáculos na administração pública; obstáculos como a falta de interesse dos administradores com o setor, ao relegar para segundo plano as atividades de lazer e, conseqüentemente, o turismo. Mas, esta visão está aos poucos mudando, afinal já se verificou que nas últimas eleições foram citadas por alguns candidatos e candidatas em suas propostas de campanha políticas ações para o setor do turismo, o que não acontecia anteriormente. O que persiste, porém, é a atitude de muitos gestores públicos que só dão a devida importância ao turismo quando têm a certeza

de que o investimento gerará lucro, o que é um erro, se consider o lazer, a cultura e o turismo também precisam de investimentos, como qualquer outro setor, para garantir qualidade de vida à população, independentemente de dar retorno financeiro ou não.

Além disso, o turismo, desde que bem planejado, pode trazer impactos positivos para a economia local, como conservação ambiental, aumento nos postos de trabalho, melhoria da infra-estrutura, valorização da cultura local, dentre outros. Pode também trazer impactos negativos como consequência da falta de planejamento, tais como a poluição, problemas na infra-estrutura, choque de culturas, criminalidade, e desestruturação do trabalho tradicional. Tem-se, devido à potencialidade para o bem ou para o mal das economias locais, a necessidade de políticas públicas eficazes para o planejamento correto da atividade. A falta de experiência profissional também é um grande obstáculo, pois, em geral, não são profissionais da área que atuam nas secretarias de turismo. Nesse jogo de interesses políticos decorrente de “acordos” em que não há o compromisso com a qualidade do serviço prestado, são indicadas pessoas desqualificadas para cargos de suma importância, o que prejudica uma ação planejada para o setor. A troca de cargos a cada quatro anos em função das eleições (excetuando-se os casos de reeleição) dificulta em muito a continuidade dos projetos na área. Outro fato a se considerar e que exige preocupação é que:

[...] dentro do quadro neo-liberal, no qual as privatizações ganham vulto, torna-se comum o setor público agir como se somente a iniciativa privada tivesse competência para administrar alguns setores produtivos, o que, associado à falta de recursos financeiros coloca, conforme alguns prefeitos, o município em franca desvantagem [...] (WEISSBACH, 2001, p. 164).

O setor público não pode jamais delegar sua responsabilidade para a iniciativa privada. Isso se aplica, sobretudo, aos municípios, que estão próximos à população e acabam perdendo sua autonomia para resolver questões relativas às suas necessidades, visto que “[...] é preciso que o Estado recupere o seu papel regulador e propositor de políticas que supram as necessidades da sociedade” (BURSZTYN, 2003, p. 2). O que não pode acontecer é o Estado, dentro desta perspectiva neoliberal, limitar-se somente à implantação de infra-estrutura,

relegando outras funções importantes, como a de estímulos para o setor através da criação de incentivos. Outro fato importante é saber se esses investimentos dispensados pelo município estão realmente beneficiando a sociedade, ou apenas alguns interesses particulares:

[...] as políticas públicas desenvolvidas sob a égide do ideário neoliberal tendem a priorizar a formação de produtos turísticos voltados para o grande mercado, forçando a adequação das condições locais no sentido de alcançar uma maior eficiência em seus serviços e conseqüentemente, gerar o maior lucro possível (BURSZTYN, op cit.).

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT – (2001), a intervenção do setor público no turismo se justifica por diversos motivos, principalmente quando os interesses da sociedade em geral são ameaçados. Essa intervenção surge para garantir a igualdade na concorrência pelos recursos, para que o consumidor, ou melhor, que o cidadão não seja prejudicado pelo controle do mercado exercido por algumas poucas empresas. A intervenção também é justificável quando se faz necessário administrar os bens públicos, dado que alguns deles não podem ser oferecidos pelo setor privado, mas sim tão somente pelo Estado visando ao benefício de todos os cidadãos, sem exclusão; conta-se entre esses bens públicos a infra-estrutura e a segurança, por exemplo. Deve-se ainda regularizar o setor turístico para evitar os “custos sociais”, custos estes que não são imputados à produção e geram impactos a uma determinada região e/ou aos demais setores econômicos, afetando assim a população; a poluição, por exemplo, deve ser combatida através da criação de instrumentos como impostos, taxas ou multas para atitudes que prejudiquem a sociedade ou o ambiente:

[...] a principal vantagem do envolvimento do Estado seja evitar o desenvolvimento desenfreado, motivado unicamente pelo lucro por parte das empresas, o que pode ser prejudicial para o futuro do turismo no país como um todo [...] (ABDEL-WAHAB *apud* PEREIRA, 1999, p. 10).

Sendo assim, o Estado torna-se o ponto de equilíbrio entre os interesses particulares e públicos; suas ações devem ter como objetivo alcançar o

bem estar comum, satisfazendo, portanto, os interesses da sociedade em geral. Dentre as formas de administração pública, é peça fundamental para o desenvolvimento do turismo elaborar ações orientadoras e estimuladoras. Isso é imprescindível para a ordenação e bom desempenho das atividades ligadas ao setor, contanto que estejam voltadas para o interesse público. Devido à enorme potencialidade do turismo e seu impacto na economia, existe o risco de que advenham conseqüências maléficas à sociedade, por isso, vale ressaltar que a grande importância do papel desempenhado pelo Estado e de sua intervenção no setor se dá por meio das políticas públicas. De acordo com Oliveira (2006), as diretrizes para atuação da administração pública são determinadas pela Constituição Federal e instrumentalizadas pelas normas de direito administrativo. Deste modo, a lei passa a ser o instrumento que garante justiça e igualdade a todos os cidadãos. Quando a lei passa a vigorar, é sinônimo de que o Estado representa os ideais de justiça e da efetiva participação popular. O Estado de Direito Social e Democrático surgiu a partir da própria evolução mutável do interesse público; ou seja, novas formas de atuação administrativa foram exigidas para que a administração pública atingisse seus fins. O aumento da fiscalização e de punições nas áreas de proteção ao meio ambiente e defesa do consumidor serve como exemplo de áreas que antes não recebiam preocupação do Estado, mas que, devido ao interesse público e suas exigências, passaram a ser amparadas por novas estruturas de atuação administrativa.

## **2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO**

No item anterior, foi apresentada resumidamente a conceituação e definição do principal tema desta discussão: as políticas públicas. É evidente que este tema, pela sua enorme complexidade, pode e deve ser mais aprofundado, mas para esta pesquisa espera-se que as idéias expostas sejam suficientes para dar o embasamento necessário a este novo item, que se propõe a explicar qual a relevância das políticas públicas na atividade turística no Brasil.

É notório o papel que a atividade turística exerce na economia de diversos países. Em um sistema capitalista, este é um dos aspectos que mais

atraem interesses, tanto do setor privado, quanto do setor público. Como se verá mais detalhadamente no item que trata da evolução histórica por que passaram as políticas públicas do turismo no Brasil, percebe-se que desde o início algumas medidas para a estruturação da atividade turística no Brasil foram baseadas em interesses capitalistas. Porém, deve-se esclarecer que esta atividade não pode ser pensada somente sob o prisma desta premissa capitalista, pois o turismo deve antes de tudo beneficiar as comunidades locais, gerar desenvolvimento e impactar o mínimo possível o meio ambiente e a cultura local.

Sendo papel do Estado manter o equilíbrio entre os interesses públicos e particulares, planejando e fiscalizando as atividades do setor, cabe aqui explicar rapidamente o porque de o termo 'desenvolvimento' ser muito utilizado quando abordado a política. Há algum tempo, o termo 'crescimento' era utilizado com mais frequência. Crescimento é compreendido como expansão da riqueza, ampliação das quantidades de bens e serviços. O termo, no entanto, foi substituído por desenvolvimento, já que este último é entendido como um processo que resulta na melhoria das condições de vida das populações. O Brasil, conforme Franco (2006), foi um país cujo crescimento econômico deu-se rapidamente e em curto espaço de tempo, mas que, conseqüentemente, aumentou a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Na visão do autor, desenvolvimento só é, efetivamente, desenvolvimento se for humano e social. Uma forma de explicitar essa idéia é imaginar uma determinada localidade que vive na pobreza, sofre um processo de desenvolvimento e, a partir de um dado instante, passa a ter acesso à cidadania e a todos os recursos que uma sociedade moderna civilizada oferece; isto é, o desenvolvimento se faz quando a cidade passa a oferecer comodidade à população.

No turismo, tem-se uma particularidade que pode ser um agravante na formulação das políticas públicas para o setor: a sua complexidade de envolver uma enorme variedade de sub-setores, conhecidos como *trade* turístico, constituído pelas empresas que formam o setor, tais como empresas de alimentos e bebidas, meios de hospedagem, agências de viagens, empresas de eventos e diversos outros sub-setores que influenciam na tomada de decisões referentes ao setor. Só para se ter uma noção da grandiosidade de setores que envolve a atividade, será citado os representantes do atual Conselho Nacional de Turismo, conforme

declaração do Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH – em entrevista no dia 10 de maio de 2006:

Tem 60 membros do Conselho, dos quais 20 e poucos membros são do governo e o restante da iniciativa privada. Tem representações como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Ministério da justiça, Ministério das relações exteriores, ABAV- Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABIH, BRAZTOA- Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, ABEOC – Associação Brasileira de Empresas de Eventos, Associação Nacional dos Parques Temáticos, ABLA - Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis, enfim, todas (BRASIL XXI ..., 2006).

Existem mais ministérios, bancos e associações que não foram citados. Para a OMT a enorme quantidade de sub-setores não é um ponto positivo, devido à complexidade de lidar com tantos interesses, alertando que isso:

[...] complica a tomada de decisões gerais, pois cada subsetor tem problemas diferentes e específicos; e a heterogeneidade do setor que gera maiores problemas para as administrações públicas em função da coordenação do mercado (OMT, 2001, p. 158).

Já Dias, compreende que neste caso se torna imprescindível a participação dessas instituições no Conselho, que é responsável por discutir e formular as Políticas Públicas para o setor:

Essa característica do turismo facilita o desenvolvimento do empreendedorismo, pois envolve necessariamente a multiplicação de micro e pequenas empresas que vão desenvolver produtos específicos que auxiliarão na composição do produto global. O setor público pode funcionar nesse processo todo como facilitador, indutor e organizador [...] (DIAS, 2005, p. 139).

O objetivo da política para o turismo não pode ser exclusivamente promocional, ou seja, não pode se limitar ao investimento no comércio para aumentar o fluxo de visitantes; tampouco o objetivo pode ser meramente genérico, isto é, não pode apenas contribuir para a renda da comunidade local, pois isto é o objetivo de toda política econômica. O objetivo principal da administração pública

deve ser, conforme a OMT (2001, p. 159) “[...] criar e manter as condições adequadas para aquecer a competitividade das empresas e das regiões turísticas [...]”. Fazendo-o através de todo um planejamento. Esse planejamento deve ser muito cauteloso, deve analisar minuciosamente o setor, determinando pontos fortes e fracos, observando tanto o lado da demanda, quanto o da oferta. É o setor público o único capaz de arcar com custos e analisar informações para uma correta tomada de decisão, considerando-se a impossibilidade de a iniciativa privada fazer o mesmo, por falta de recursos.

Deve-se entender por Política de Turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o Turismo no país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. Ela deverá nortear-se por três grandes condicionamentos – o cultural, o social e o econômico – por mais simples ou ambiciosos que sejam os programas, os projetos e as atividades a desenvolver; por menores ou maiores que sejam as áreas geográficas em que devam ocorrer; quaisquer que sejam suas motivações principais ou os setores econômicos aos quais possam interessar (BENI, 2001, p. 100).

Apesar de nos últimos anos ter ganhado um espaço maior nas discussões econômicas e acadêmicas, as condições do turismo no Brasil ainda não colocam o país como um dos destinos turísticos mais procurados pelo mundo. Como explicar, então, que um país de extensão continental e de diversas belezas naturais e culturais não tenha conseguido ainda um desempenho maior no setor turístico? Uma das causas é a ausência de planejamento do setor aliada à falta de políticas públicas com programas e projetos de incentivos, investimentos e fiscalização. Concordando com Pereira (1999, p. 19), o papel do Estado não deve ficar na realização de projetos que visam somente “[...] investimentos gerais e de infra-estrutura somente com recursos públicos [...]”, pois isso é uma prática em desuso.

O planejamento racional do turismo implica a existência de políticas públicas: de saneamento, saúde, transporte, de proteção ao consumidor, de distribuição de renda. Esse tipo de planejamento exige geralmente objetivos de médio e longo prazos, e imposição de limites às áreas de atuação e ao lucro imediato, o que é inaceitável para os capitais que operam nessas áreas de negócios (BARRETO; BURGOS e FRENKEL, 2003, p. 36).

A política de turismo, segundo Dias (2003, p. 126) “[...] de um modo geral, está inserida na política econômica mais ampla de um país, com seus desdobramentos regionais e locais”, como visto nas duas últimas gestões públicas, através de seus projetos específicos decorrentes de suas políticas para o turismo, uma optando pela municipalização, ou seja, investindo no local, e a atual gestão que baseia suas políticas no regional, ou seja, na regionalização do turismo.

Questões interessantes, como a falta de interesse dos cientistas políticos de estudarem o turismo, ignorando desta maneira as problemáticas decorrentes desta atividade, devem ser discutidas em relação às políticas públicas: “[...] grande parte dos impactos negativos atribuídos ao turismo pelos geógrafos e antropólogos deve-se à falta de políticas para prevenir os problemas suscitados” (BARRETO; BURGOS e FRENKEL, 2003, p. 35).

Esta pesquisa procura refletir até que ponto as políticas públicas influenciam na gestão do turismo em um pequeno município, já que para Dias (2003), um município pode por si só atrair investimentos e promover o turismo de modo eficiente, não necessitando, portanto, das ações dos organismos nacionais. Além disso, investimentos e programas regionais podem contribuir para o desenvolvimento da atividade turística, mas a comunidade local é que irá definir o rumo deste desenvolvimento através de sua participação na escolha dos caminhos a serem seguidos. Esta forma de participação pode dar-se através da criação de associações, conselhos, organizações não-governamentais, autoridades locais, dentre outras.

A comunidade local – ignorada nas formulações das políticas públicas – não pode jamais ser excluída desse processo, já que ela está diretamente ligada à hospitalidade do turista e, atualmente, é beneficiada ou prejudicada pelo turismo. De acordo com Pereira (1999, p.13), “Torna-se imperativa a participação ativa, consciente, deliberada e decisiva da comunidade no processo de formulação e implementação da política pública de turismo [...]”.

Destituídas da noção da importância da comunidade local para o desenvolvimento do turismo, as políticas públicas estão propensas a beneficiar, na maioria das vezes, o setor privado. “As políticas de turismo estão começando a se tornar mais sensíveis às necessidades da população local e estão reconhecendo também que nem todos os tipos de turismo são necessariamente benéficos [...]” (PEREIRA, 1999, p. 13). Isso significa que o turista deve manter o contato com o

ambiente natural e a comunidade local, para que haja o desenvolvimento do turismo social e sem tantos impactos ambientais, pois “[...] o modelo das grandes construções e complexos turísticos, que assolam o meio ambiente e atraem turistas que não consomem a cultura e os produtos locais, está fadado à extinção” (PEREIRA, 1999, p. 18). Esse modelo de turismo social surge da possibilidade de oferecer à população em geral, principalmente à de baixa renda, momentos de lazer e convivência com pessoas e hábitos que não são comuns a sua rotina diária. De acordo com Weissbach (2001, p. 43):

Políticas de incentivo ao turismo social podem ser coordenadas pelos poderes públicos municipais em associação com empresários [...]. Dentre algumas medidas que podem ser adotadas, a criação de pacotes turísticos surge como uma alternativa [...].

Sabe-se que a maioria dos investimentos no setor turístico no Brasil beneficiou muito mais a região nordeste do que as outras regiões. Portanto, analisar o caso de um município no norte do Paraná é um desafio, pois os investimentos nesta região e neste setor são escassos, o que constitui um dos principais entraves para o seu desenvolvimento. Mas, também é importante salientar que “A história das políticas urbanas no Brasil envolve concepções errôneas, omissão e participação equivocada do poder público, e ainda intervenções acertadas [...]” (CRUZ, 2002, p.34). É esta a questão, logo, que será apresentada no próximo item: a evolução das políticas públicas através do tempo, partindo da década de 1930. Isto é imprescindível para o entendimento da atividade no momento atual, que apresenta reflexos de todas essas ações errôneas e também de atitudes que contribuíram para que a atividade pudesse se desenvolver, ainda que não exatamente da maneira esperada.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL

As origens das políticas públicas para turismo na esfera global estão situadas logo após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1940 e 1950, nos Estados Unidos “[...] marcada pela regulamentação do trabalho, da limitação do seu tempo, das férias remuneradas, da aposentadoria, da evolução dos transportes, da comunicação, além de outras conquistas da sociedade moderna [...]” (PEREIRA, 1999, p. 9). Esta seria já, portanto, uma forma de atuação do Estado no âmbito do turismo.

No Brasil, alguns autores divergem quanto à data correta do início da preocupação dos órgãos governamentais com o turismo. Dias (2003, p.128) diz que “Os primeiros sinais de participação do Estado na atividade turística coincidem com a maior intervenção deste na economia, na década de 1930 [...]”. Dias, assim como Cruz (2002), determina o início da história das políticas públicas no Brasil através do estudo da legislação criada no período, como, por exemplo, a criação do Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938 – o primeiro a tratar do assunto –, que em seu artigo 59 dá as disposições de regulamentação da venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres no Brasil.

Já para Becker (1995), a preocupação governamental com o turismo no Brasil é bastante recente. Data da década de 1950. Concordam com ela os autores Cavalcanti e Hora (2002), que também analisam esse processo das políticas públicas para o turismo no Brasil. Destacam-se, nesse período, a indústria automobilística – marcando a importância do transporte rodoviário –, o início da construção da malha rodoviária e a ascensão de novas classes sociais, como a média e a urbana, que criam a necessidade de viajar, copiando os modelos de países do “Primeiro Mundo” (BECKER, 1995).

Bezerra (2005, p. 99) diz que “No Brasil, a participação do setor público na estruturação do turismo começou com a criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo [...]”, no final da década de 1960, e do CNTur – Conselho Nacional de Turismo. A EMBRATUR foi, mais adiante, transformada em Instituto Brasileiro do Turismo e passou a ter funções diferentes daquelas para as quais foi criada. Essa discussão será realizada posteriormente. Outro dado que faz a autora trabalhar com este período é a análise do “[...] decreto-lei n. 1.191, de

27 de outubro de 1971, que equiparava as atividades turísticas às indústrias básicas para efeito de concessão de incentivos fiscais”, sendo, portanto, o momento em que o turismo passa a fazer parte das políticas públicas federais.

Os autores que estudam a trajetória histórica das políticas públicas do turismo no Brasil se baseiam principalmente na legislação que foi se construindo ao longo do tempo a partir, principalmente, da década de 1930, quando alguns decretos e leis são criados aleatoriamente para atividades com fins turísticos que necessitavam da intervenção do Estado. Estas medidas que foram tomadas isoladamente e sem planejamento não foram suficientes para que houvesse o desenvolvimento da atividade turística no país, dado que esta atividade ainda sofre graves problemas como, por exemplo, a dificuldade de financiamentos e investimentos. De acordo com Azevedo (2002, p. 185), A ausência, por longo período, de políticas públicas em relação ao turismo e à capacitação de recursos humanos para o setor deixou marcas profundas”, com reflexos até hoje.

A partir desta discussão sobre a divergência entre os autores quanto à data correta do início da intervenção estatal nas políticas públicas para o turismo, far-se-á uma cronologia dos principais acontecimentos que marcaram sua evolução histórica no país. Será adotada a década de 1930 como o período do início da intervenção do Estado nas políticas do turismo, não só pelo contexto econômico da época, mas também pelos decretos-leis que surgiram isoladamente para o início de uma tentativa de controle da atividade. Os decretos-leis representam o marco da preocupação com o setor turístico, ainda que essas ações tenham sido de cunho capitalista, beneficiando em sua maioria empresas particulares.

Serão adotados também, para melhor compreensão deste processo histórico por que passaram as políticas públicas para o turismo no Brasil, três períodos divididos por décadas. A divisão destes períodos foi realizada para facilitar a compreensão desse processo iniciado em 1930, adotando o modelo elaborado por Cruz (2002), que fez uma divisão marcada pelos principais acontecimentos históricos relacionados ao turismo, mas que não foi seguida literalmente nesta pesquisa. O primeiro período começará, conforme mencionado acima, na década de 1930, e irá até o início da década de 1960. O segundo período se iniciará a partir do final da década de 1960, quando se iniciou também o período da ditadura militar – que influenciou significativamente o desenvolvimento do turismo no país com a criação da EMBRATUR em 1966 – indo até o final da década de 1980. O terceiro

período começa a partir do início da década de 1990 – quando o governo do então presidente Collor faz uma importante mudança na EMBRATUR, tornando-a responsável por formular e executar a Política Nacional de Turismo – e irá até o início de 2000. O momento atual das políticas públicas para o turismo, que pela primeira vez tem um Ministério específico, será analisado no capítulo 3.

### **3.1 PRIMEIRO PERÍODO: DÉCADA DE 1930 A 1960**

O primeiro momento histórico das políticas de turismo, conforme atribuem alguns autores, está entre as décadas de 1930 a 1960, devido ao contexto histórico-econômico do Brasil na década de 1930, em que o país adota como modelo de desenvolvimento a industrialização e tem forte intervenção do Estado. O setor de lazer, como consequência, também se beneficia, pois com a mudança da população para os novos centros urbanos fez-se necessária a construção de alguns equipamentos de lazer para atender a esse novo modelo de sociedade. Assim, o turismo que faz parte do setor de lazer também cresce, porque se criou na classe trabalhadora a necessidade de viajar em seus períodos de férias.

Ainda neste período, é importante lembrar da importância que a capital, Rio de Janeiro, considerada como “portão” de entrada do país, teve para o início do fluxo de turistas no Brasil, ainda que este fluxo fosse reduzido. De acordo com Cavalcanti e Hora (2002), o Rio de Janeiro apresentava os principais atrativos que uma cidade turística poderia ter por ser cidade portuária, centro administrativo nacional, centro cultural do país, possuidora de atrativos turísticos naturais e histórico/culturais, estâncias climáticas, hidrominerais, cidades litorâneas, cassinos e equipamentos de lazer como parques públicos, teatros, dentre outros. Este primeiro momento também é considerado como:

[...] jurídico institucional das políticas nacionais de turismo, pois nessa fase, que vai até 1966, essas políticas eram resultantes de diplomas legais desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, fundamentalmente à regulamentação de agências de viagens e de turismo (CRUZ, 2002, p. 42).

Percebe-se neste momento que há uma preocupação do Estado em sistematizar a atividade, porém com medidas isoladas. Como ainda não existia uma preocupação do Estado na sistematização da atividade turística para uma política de turismo, serão citados alguns decretos e leis que a maioria dos estudiosos classifica como marco deste primeiro período:

- Decreto n. 3616 - 23/03/1932: fixa a temporada de turismo no Distrito Federal;

- Decreto-lei n. 406 - 04/05/1938: dispõe sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.

- Lei n. 25 - 30/11/1937: define a proteção aos monumentos de interesse histórico e artístico nacionais;

- Decreto-lei n. 1915 - 27/12/1939: o decreto-lei da criação da Divisão de Turismo, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio, para Dias (2003, p. 128), este “[...] pode ser considerado o primeiro organismo oficial de turismo da administração pública federal [...]”, que tinha por finalidade fiscalizar e organizar as atividades turísticas internas e externas, ou seja, relativas às agências de viagens.

- Decreto n. 2240 - 23/07/1940: regula as atividades de agências de viagem e turismo. Para Cruz (2002, p. 45), este decreto é “O primeiro diploma legal que trata, exclusivamente, da atividade turística [...]”. É bom destacar que naquele período, no Brasil, conforme afirmam Cavalcanti e Hora (2002), a forma dominante de turismo era a marítima. O transporte aéreo ainda estava no seu início e desestruturado e o transporte rodoviário, devido às más condições das estradas, quase não existia.

No governo de Juscelino Kubitschek (JK), há uma melhora na infraestrutura básica no país, através de seu modelo de desenvolvimento, com o Plano de Metas 1956-1961 e com seu lema “avançar 50 anos em 5”. Assim, somente na década de 1950 é que o turismo no país começa a desenvolver-se mais amplamente e de modo um pouco mais sistemático. Neste período, órgãos municipais de turismo são criados em algumas capitais como Salvador e Recife. Mas mesmo após todo o esforço do governo desde fins da década de 1950 para melhoria da infra-estrutura, principalmente com relação às estradas através de uma política de ‘automobilização’ (CAVALCANTI E HORA, 2002) o turismo ainda é tem muito expressão no país como atividade econômica.

Um órgão importante criado para o setor turístico no Brasil, mas que apesar de seu propósito de coordenar, planejar e supervisionar a execução de uma Política Nacional de Turismo, segundo (DIAS, 2003), não conseguiu por em prática estas metas, é a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Esta Comissão foi instaurada pelo Decreto n. 44.863 de 21/11/1958 na esperança de dar a atividade uma ação mais ordenada, articulando uma política nacional de turismo; entretanto, após quatro anos de sua criação é extinta pelo decreto-lei 572. Para Cruz (2002), a política instituída pela COMBRATUR não chega a se efetivar porque é abandonada ao ser extinta. Em 1961, através da lei n. 4.408, foi criada pelo Ministério da Indústria e Comércio a Divisão de Turismo e Certames. Para Cruz (op. cit, p. 48), essa divisão “[...] nasce com a tarefa de executar as diretrizes de uma política inexistente”. O órgão é criado, mas, mesmo com a preocupação do governo federal de determinar uma política para o setor, somente em 1966 é que surge a primeira política nacional de turismo. No Quadro 01, segue um resumo das principais intervenções governamentais neste primeiro período.

**QUADRO 01** – Resumo das principais intervenções governamentais (1930-1960)

<b>Década</b>	<b>Marcos da ação governamental no turismo</b>
1930	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de alguns equipamentos de Lazer;</li> <li>- Classe trabalhadora viaja em períodos de férias;</li> <li>- Rio de Janeiro (portão de entrada do país);</li> <li>- Período considerado “jurídico institucional das políticas nacionais de turismo”;</li> <li>- Criação de alguns diplomas legais;</li> <li>- Regulamentação das agências de viagens;</li> <li>- Proteção aos monumentos históricos e artísticos nacionais;</li> </ul>
1950	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhora na infra-estrutura básica do país;</li> <li>- Início do planejamento de uma Política de Turismo, com a COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo;</li> </ul>

### 3.2 SEGUNDO PERÍODO: DÉCADA DE 1960 A 1980

Com o Golpe Militar de 1964, as relações sociais passaram por grandes transformações. Ficaram ainda mais evidentes as diferenças sociais outrora dinamizadas pelos governos modernistas, principalmente o de Juscelino Kubitschek (CAVALCANTI e HORA, 2002). Neste momento o crescimento do PIB do Brasil era de 12% ao ano, com inflação de 18%. Fizeram-se empréstimos do exterior conseguindo, com isso, estruturar uma base de infra-estrutura, criaram-se milhões de empregos, construíram-se projetos considerados faraônicos como a Trans-amazônica e a ponte Rio-Niterói, porém como consequência negativa, elevou-se a dívida externa de juros exorbitantes, dívida esta que o país ainda hoje não consegue pagar. Dado este contexto histórico-econômico, a segunda fase:

[...] inicia-se quando da promulgação do Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que define e institui, pela primeira vez, uma política nacional de turismo e cria ainda os organismos oficiais para levar a cabo sua efetivação. Esse período vai até 1991, com a revogação daquele Decreto-lei pela Lei 8.181 de 28 de março, que reestruturava a EMBRATUR e dá início ao que consideramos o terceiro período da história das políticas nacionais de turismo do país [...] (CRUZ, 2002, p.42).

É neste momento que se define a primeira Política Nacional de Turismo (1966), criando o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Isso significa um passo muito importante para a política de turismo nacional, pois a atividade turística passa a ser mais valorizada e reconhecida por atenuar – pela concessão de incentivos financeiros e fiscais – as diferenças regionais brasileiras, privilegiando as regiões Norte e Nordeste. A EMBRATUR representa o marco da política de turismo no Brasil, pois teve um papel muito importante na sua condução (CRUZ, 2002).

O primeiro presidente da EMBRATUR no período de 1966 a 1971 foi o carioca Joaquim Xavier da Silva, indicado pela influente Associação Comercial do Rio de Janeiro. Joaquim era secretário de Comércio do Ministério da Indústria e Comércio. Foi este presidente, de acordo com Santos Filho (2005b), que utilizou o termo “indústria” para classificar esta atividade pela primeira vez. Essa conotação

do termo “indústria” é ainda hoje discutida na área acadêmica por diversos autores. Na época, utilizar este termo dava certa credibilidade e seriedade ao setor, pois a indústria era muito forte para a economia, afinal o setor de serviços não tinha a importância que tem atualmente. Em 2001, por exemplo, segundo dados da EMBRATUR, o turismo brasileiro estava presente na quarta posição como gerador de receitas na balança comercial, ou seja, uma atividade do terceiro setor na frente de produtos da indústria como os químicos, os minérios metalúrgicos, as máquinas e os aparelhos mecânicos (BRASIL, 2004a). Essas medidas fizeram, portanto, com que o turismo ganhasse credibilidade e “[...] equiparado a uma indústria e adaptado às reais necessidades da expansão capitalista no Brasil, o turismo passou a desfrutar dos mesmos incentivos concedidos à atividade industrial [...]” (CAVALCANTI E HORA, 2002, p. 58). É válido ressaltar também que a época por que passou Xavier quando estava na EMBRATUR era a do militarismo. A melhora na infra-estrutura urbana proporcionada pelo poder público contribuiu para o desenvolvimento da atividade turística, constituindo-se também em oferta turística, pois beneficiou a demanda de turistas e de investidores.

De acordo com Cruz (2002, p. 52), em 1967 instituiu-se o Sistema Nacional de Turismo, que “[...] teria como principal atribuição a organização do setor, do ponto de vista da administração pública [...]”, porém, como todos os planos, teve problemas de interpretação de suas funções como o da “conscientização do turismo brasileiro”, pois Cruz (2002) faz a indagação de como isso seria possível. O termo conscientização é muito polêmico e em praticamente toda a legislação turística elaborada no país termos como este que podem ter diferentes interpretações foram utilizados sem qualquer explicação de como isso pode ser aplicado na prática, como quem será o responsável por executá-lo ou de quem custearia as despesas. “Conscientizar o turismo”. Como seria capaz o turismo de tomar consciência de algo? Seria talvez a população, o empresariado? O principal problema de expressões desse tipo se reflete na desorganização da atividade e na ineficiência de toda uma política que teria o papel de organizar o setor.

Em 10 de abril de 1969 foi instituída pelo CNTur a Resolução CNTur n. 71, que segundo Dias (2003, p. 130), “[...] traz indicações para elaboração do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) [...]”. Cruz (2002) considera que apesar de toda a política desta resolução, seus objetivos e diretrizes jamais saíram do papel, e até 1992 nenhum outro documento que tratasse do turismo de forma tão ampla

como este foi elaborado. Sendo assim, durante este período a política nacional de turismo ficou restrita somente a incentivos fiscais e financeiros, direcionados para o setor hoteleiro, porém continuou em vigor o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo (Resolução CNTur 31). Esse plano, de acordo com Cruz (2002, p.55), foi “[...] criado com o intuito de orientar a aplicação dos incentivos fiscais instituídos em 1966 para estimular o desenvolvimento do turismo no país [...]”.

Em 1977, a Lei n. 6505, de interesse da EMBRATUR, dispõe sobre atividades e serviços turísticos, estabelecendo condições para seu funcionamento e fiscalização e a lei n. 6513 se refere à criação de áreas especiais e locais de interesse turístico e sobre o inventário de bens de valor cultural e natural com finalidade turística (CAVALCANTI e HORA, 2002).

Em 1979, a EMBRATUR lança a idéia dos “portões de entrada” em Manaus, Recife, Fortaleza, Belém e Salvador, com o objetivo de estimular pacotes para a região Norte e Nordeste. Até à Nova República, a EMBRATUR possuía poderes excepcionais, controlando todo o *trade turístico*, legislando e executando ao mesmo tempo. Este órgão teve uma grande importância para o crescimento do turismo no país, principalmente para o setor de meios de hospedagem, pois através da concessão de incentivos fiscais e/ou financiamentos, aumentaram o número de aposentos e o número de hotéis. No final da década de 1970, o Brasil passava por uma forte crise econômica e o governo militar perdia sua credibilidade. Após vinte anos de ditadura e um processo de redemocratização, o país elege seu primeiro presidente civil.

No início da década de 1980, de acordo com Cavalcanti e Hora (op. cit), a EMBRATUR, em parceria com o Ministério do Trabalho, implementa terminais de turismo social, com o objetivo de estimular os sindicatos a organizarem viagens turísticas na baixa temporada. Outra medida tomada no início desta década foi a tentativa de se criar uma outra imagem do Brasil no exterior, com a finalidade de atrair um consumidor com maior poder de compra, implantando-se a tarifa “ponto-a-ponto” que dava 40% de desconto em tarifas para onze cidades européias. São Paulo, no mesmo ritmo, cria o “passaporte turístico” que dava desconto em lojas e assistência médica a turistas estrangeiros. Graças a estímulos à zona costeira, a atividade turística se desenvolve aos poucos. Um fator questionável é a qualificação profissional para o setor de turismo que praticamente não aparece nas ações da EMBRATUR (Cavalcanti e Hora, 2002).

Entre o período 1980 – 1983, a política voltada para a hotelaria fez com que o número de hotéis crescesse consideravelmente e os recursos do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) – instituído em 1971 – beneficiaram os centros de eventos e a rede hoteleira.

Após 1985, o número de pessoas na classe média cresce e padrões de consumo capitalistas impulsionam a atividade. Entre 1985 e 1986, após a liberação do mercado para o exercício e exploração de atividades de serviços turísticos, é lançado pela EMBRATUR o “Passaporte Brasil”, com o objetivo de estimular o turismo interno e também a construção de Albergues da Juventude para atrair um novo segmento para o turismo. Neste mesmo momento, a preocupação ambiental no mundo se torna muito forte e o Brasil, mesmo que envolvido por pressão internacional, tem como premissa esta questão abordada em suas Políticas, e em 1981, com a Lei n. 6938, apresenta a Política Nacional de Meio Ambiente. Com isso, a atividade turística no país tem em sua política a atenção para com este tema de preocupação mundial. Assim, em 1987 a EMBRATUR lança como segmentação do turismo um novo produto para um nicho de mercado preocupado com esta questão, o turismo em paisagens naturais, denominado “turismo ecológico” ou “ecoturismo”, que teve divulgação e assimilação somente com a ECO-92. Ainda em 1987, a EMBRATUR dispõe sobre a preocupação dos meios de hospedagem em dar tratamento adequado aos portadores de deficiências físicas, regulamentando as condições e facilidades destes equipamentos turísticos a este público (CAVALCANTI e HORA, 2002). No Quadro 02, segue um resumo dos principais acontecimentos que marcaram este segundo período, referentes à intervenção governamental no turismo.

**QUADRO 02 – Resumo das principais intervenções governamentais (1960 – 1980)**

<b>Década</b>	<b>Marcos da ação governamental no turismo</b>
1960	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de uma primeira Política de Turismo no país;</li> <li>- Criação do CNTur (Conselho Nacional de Turismo);</li> <li>- Criação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo);</li> <li>- Sistema Nacional de Turismo;</li> <li>- Indicações para a elaboração do PLANTUR (Plano Nacional de Turismo)</li> </ul>
1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de áreas especiais e locais de interesse turístico e inventário de bens de valor cultural e natural com finalidade turística;</li> <li>- EMBRATUR lança os “portões de entrada”;</li> <li>- Tarifa “ponto a ponto”;</li> <li>- FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo;</li> <li>- “Passaporte Brasil”;</li> <li>- Turismo ecológico</li> </ul>

**3.3 TERCEIRO PERÍODO: DÉCADA DE 1990 A 2000**

Este último período é para alguns autores um momento pelo qual ainda passa a trajetória das políticas públicas para o turismo no Brasil. Ele se inicia na década de 1990. Entretanto, não será adotada esta mesma metodologia de divisão de períodos, pois se entende que a partir de 2003, ao se criar um Ministério específico para o turismo, iniciou-se também um novo período para a história das políticas públicas para o turismo, que será analisado no capítulo três. Este terceiro período é marcado por algumas mudanças importantes.

No governo Collor, a lei n. 8181, de 28 de março de 1991, determinou que a EMBRATUR fosse responsável pela formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo, assumindo a competência do extinto CNTur [...]” (BEZERRA, 2005, p.101).

Essa lei transformou o órgão em autarquia, passando de empresa para instituto e também estabeleceu, um ano depois, as diretrizes da Política Nacional de Turismo. Neste momento, o turismo passa a agregar alguns valores importantes como o da conservação do patrimônio natural e cultural do país, além de mencionar a valorização do homem como destinatário final deste desenvolvimento.

Mas, o marco desta mudança foi a descentralização que ocorreu para dinamizar a atividade turística, que até então era centralizada pela EMBRATUR, ou seja, como empresa pública e com base legal, a EMBRATUR tinha o poder de controlar e ao mesmo tempo legislar e executar sobre as questões referentes ao turismo. O que muda com essa descentralização é que o governo federal passa a participar mais das tomadas de decisões referentes ao turismo, podendo também coordenar e induzir as ações desta atividade. Além disso, a execução desta atividade passa a ser também de responsabilidade dos estados e municípios, incorporando a participação da iniciativa privada (BECKER, 1995).

Cruz (2002) critica este momento e com razão, pois o decreto 448 de 1992, da lei 8181/91, é difícil de ser realizado por dar a entender que o desenvolvimento do turismo provocará uma mudança na economia, no sentido de que haverá uma redução das disparidades na renda nacional. Questiona também que nos objetivos dessa Política Nacional de Turismo, que preconiza a democratização do turismo nacional, não é mencionado de que maneira esses objetivos serão concretizados. Afinal, a questão da distribuição de renda não é tão simples assim de se resolver e não seria resolvida somente com esta política para o turismo. Salaria ainda que “[...] a política deve orientar o processo de planejamento” (CRUZ, op cit, p. 58) e não contribuir para a desorganização do setor, cometendo equívocos como este. Em julho de 1992, institui-se o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR – sendo considerado o principal instrumento da Política Nacional de Turismo – PNT. Dias (2003) aponta que este Plano foi criado com o intuito de ser um instrumento de desenvolvimento regional.

O Plantur é o principal instrumento da PNT, direcionando as ações para os setores público e privado. Nele estão previstos o desenvolvimento de pólos turísticos, o fortalecimento do turismo interno, o programa de qualidade e produtividade do setor, a formatação de recursos humanos para o turismo, o ecoturismo, o Mercosul e todo um programa de marketing segmentado. Merece destaque especial a estratégia de articulação institucional no âmbito governamental e privado. Os objetivos do Plantur, seguindo visível tendência neoliberal, foram voltados para reestruturar o turismo a partir da parceria entre o setor público e o privado [...] (CAVALCANTI e HORA, 2002, p. 66).

O PLANTUR teve uma incoerência fundamental descrita por Cruz (2002), pelo fato do plano preceder à política. Isso aconteceu porque a Política Nacional de Turismo não havia ainda sido implementada, o que ocorreu somente em 1996. Justamente por este motivo, o PLANTUR não chega a ser posto em prática, pois o plano deveria vir como conseqüência para efetivar a política. Como o PLANTUR não foi instituído, permaneceu o Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo. Cavalcanti e Hora (2002, p. 66), questionam o plano, principalmente pela “[...] falta de articulação, tanto intra como intersetorial, além do descaso com o planejamento territorial [...]”. As propostas do plano não levaram em conta as especificidades regionais. As políticas de turismo neste período indicam uma mudança de orientação, se comparada aos governos anteriores a 1990.

Outro fato questionável é que o PLANTUR compreendia que a classe média necessitava de hospedagem mais econômica, como, por exemplo, albergues, apesar de não ter sido citada nenhuma pesquisa para realmente saber do tipo de hospedagem que ela gostaria de utilizar. Em seguida, o plano dá preferência para o desenvolvimento de “hotéis âncoras”, ou seja, os *resorts* de padrão internacional. Isso pode explicar a explosão de *resorts* construídos no nordeste brasileiro e tão questionados por não beneficiar a comunidade local, um equívoco que não poderia acontecer, já que, como discutido anteriormente, as políticas públicas devem envolver e beneficiar a comunidade local. Deve-se considerar também o contexto de instabilidade política por que passava o país com o *impeachment* de um presidente da república quando o PLANTUR foi criado. Vale analisar as diferentes metas entre a Política Nacional de Turismo (2003-2007) e o PLANTUR de 1992, como mostra o Quadro 03 que faz esta comparação:

**QUADRO 03** – Comparação entre o PLANTUR (1992) com o PNT (2003-2007)

<b>PLANTUR (1992)</b>	<b>PNT (2003 – 2007)</b>
Atingir 2.600.000 turistas até 1994.	Aumentar para 9 milhões o nº. de turistas estrangeiros até 2007.
Criar 490 mil novos empregos diretos e indiretos	Até 2007 irá criar 1.200.000 novos empregos e ocupações no turismo.
Iria aumentar a receita cambial de 1,4 bilhão em 1990, para 3 bilhões de dólares até 1994.	Acredita gerar 8 bilhões de dólares em divisas

Fonte: BECKER, 1995 e BRASIL, 2003<sup>a</sup>  
Organizado por: DOMINGOS, 2007.

No PLANTUR acreditava-se atingir 2.600.000 turistas até 1994, o que ocorreu em 1996, dois anos depois do esperado, quando foram recebidos 2.665.508 turistas. Já o PNT (2003-2007), diz que vai aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil até 2007, mas segundo dados da EMBRATUR (Livreto de turismo 2007 – 2010), (BRASIL, 2006), em 2005 entraram 5.400.000 turistas, e em 2004 entraram no país 4.793.703. De acordo com estes dados, será mesmo que em 2007 teremos nove milhões de turistas ao ano entrando no País?

O PNT menciona que até 2007 irá criar 1.200.000 novos empregos e ocupações no turismo, o PLANTUR 490 mil novos empregos diretos e indiretos. O PNT afirma que vai gerar 8 bilhões de dólares em divisas e o PLANTUR que iria aumentar a receita cambial de 1,4 bilhão em 1990, para 3,0 bilhões de dólares até 1994. O Plano atual, apesar de superficialmente e em apenas um parágrafo tenta explicar como poderá fazer para alcançar essas metas. Mas, no caso do PLANTUR não há nada mencionando como isso poderia ser realizado.

A operacionalização da política de turismo envolveu a incorporação de programas preexistentes e a criação de outros, tais como: o Programa Nacional de Ecoturismo, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Integrado (Prodetur/NE) (BEZERRA, 2005, p. 102).

Pode-se avaliar o envolvimento do governo com o turismo no país nesse período analisando-se alguns desses programas, como será realizado neste momento. O PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo – foi criado em 1992, e só após dois anos de sua criação é que começou a operar realmente. “O PRODETUR foi concebido como um programa de inversões em infra-estrutura nos locais considerados de elevado potencial turístico no Nordeste brasileiro” [...] (BEZERRA, 2005, p. 103).

De acordo com Dias (2003), outro programa instituído no governo em 1994 que teve repercussão e adesão bastante significativas foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), com um comitê próprio, o “Comitê Executivo para o PNMT”. Este programa criado já com a premissa de

descentralização da política instaurada no início da década de 1990 significava um novo modelo de gestão turística, buscando maior eficiência e eficácia na administração desta atividade de forma mais participativa.

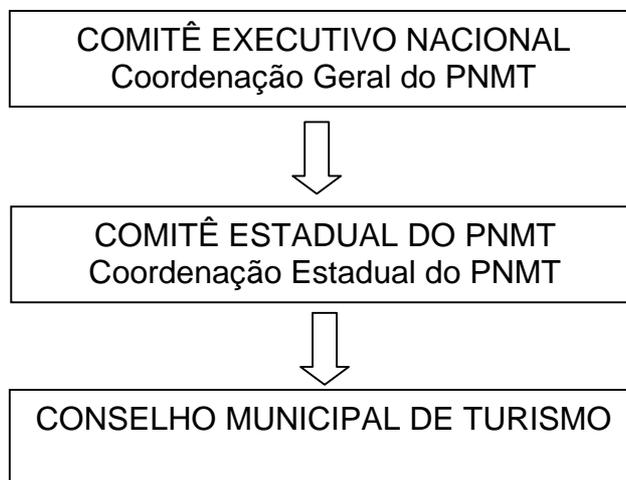
Os objetivos do PNMT estão centrados no município, e estabelecem linhas gerais que devem ser seguidas para desenvolver o turismo em termos sustentáveis nos municípios, baseando-se na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política (DIAS, 2003, p. 144).

Ainda segundo Dias (2003), o funcionamento do PNMT se dava da seguinte forma: a EMBRATUR identificava os municípios com prioridades para o desenvolvimento do turismo através do preenchimento anual do formulário Roteiro de Informações Turísticas – RINTUR. Após a coleta de informações, era feita uma análise e avaliação destas informações para classificar os municípios em: Municípios Turísticos (MT) e Municípios com Potencial Turístico (MPT).

O objetivo, a curto prazo, do Rintur é identificar os municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo e priorizá-los quanto à alocação de recursos públicos para o funcionamento de empreendimentos turísticos. A médio e a longo prazo objetiva nortear as atividades de planejamento do desenvolvimento turístico municipal (DIAS, 2003, p. 145).

Após esse procedimento de avaliação, o RINTUR comunicava aos órgãos estaduais de turismo os municípios selecionados. Os municípios que eram selecionados solicitavam ao Comitê Estadual do PNMT a formação de monitores municipais. Esses monitores eram escolhidos pelo município e quando considerados capacitados nas oficinas da 1ª fase – sensibilização – e 2ª – capacitação – retornavam para o município com a intenção de criar o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal para o Turismo. Após passarem por todas as etapas, cumprindo todas as exigências do PNMT, o município recebia da EMBRATUR o “Selo de Município Prioritário para o Turismo”, por ser considerado um dos municípios que tinham prioridade para receber os investimentos no setor da esfera estadual e federal “na área de infra-estrutura em programas e projetos apresentados pelas prefeituras para o desenvolvimento do turismo, e a sediar projetos turísticos

privados que solicitem incentivos governamentais” (DIAS, 2003, p. 145). A Figura 01 apresenta a estruturação dos três níveis da administração pública do PNMT.



Fonte: Dias, 2003, p. 144

**FIGURA 01** – Níveis de estruturação do PNMT

O PNMT foi muito importante porque deu início à gestão participativa do turismo, arraigou no meio turístico brasileiro a importância dos Conselhos Municipais de Turismo e iniciou o processo de exigir dos municípios que se organizem para receber recursos governamentais. Mas, no segundo mandato de Fernando Henrique suas ações não tiveram continuidade (GOMES, FERREIRA e LIMA, 2006). O Conselho Municipal de Turismo, mesmo com o Programa de Regionalização de Turismo criado pelo governo atual (2003-2007), funciona em muitos municípios como órgão participativo e bastante atuante, como será analisado no estudo de caso que trata do município de Rolândia.

Cruz (2002, p. 58) salienta que de 1996 a 1999 a Política de turismo que se institui e a “[...] mudança no perfil da demanda exige múltiplas ações no sentido de modernização de territórios para uso do turismo no país [...]”, ocasionado principalmente pelos programas de infra-estruturas básica e turística. Parte-se desta análise da evolução histórico-crítica das políticas públicas para o turismo, para a análise das políticas públicas atuais da gestão (2003-2007) no capítulo três. Agora, com a reeleição presidencial e governamental, também serão analisadas as

propostas para o turismo deste novo período da gestão pública (2007-2010). O Quadro 04 mostra as principais intervenções do governo neste terceiro período:

**QUADRO 04 – Resumo das principais intervenções governamentais (1990-2000)**

<b>Década</b>	<b>Marcos da ação governamental no turismo</b>
1990/ 2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMBRATUR é transformada em autarquia;</li> <li>- Diretrizes da Política Nacional de Turismo (1996-1999);</li> <li>- O turismo tem a responsabilidade na conservação do patrimônio natural e cultural do país;</li> <li>- Descentralização da EMBRATUR;</li> <li>- Instituição do (PLANTUR) Plano Nacional de Turismo;</li> <li>- Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo;</li> <li>- Criação do (PRODETUR) Programa de Desenvolvimento do Turismo;</li> <li>- Instituição do (PNMT) Programa Nacional de Municipalização do Turismo;</li> <li>- Criação dos (COMTUR's) Conselhos Municipais de Turismo;</li> </ul>

## 4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS PARA O SETOR

Neste capítulo serão analisadas as políticas públicas atuais para o turismo no Brasil. Este novo momento iniciou-se em 2003 com a criação de um ministério específico para o turismo e será considerado nesta pesquisa o quarto período da história das políticas públicas para o turismo no Brasil, lembrando que no capítulo anterior foi apresentado os outros três períodos. Primeiramente, será feita uma discussão dessas políticas nas esferas federal e estadual. A municipal será abordada no último capítulo.

Segundo a OMT – Organização Mundial do Turismo – quanto maior o poder do turismo na economia de determinado local, maior será a necessidade de o setor público intervir com seus diferentes níveis. Sendo assim, “A atuação do setor público efetua-se na maioria dos países, por meio de uma estrutura vertical com três níveis básicos de organização: nacional, regional e local” (OMT, 2001, p. 163). O nível regional de atuação dá-se quando a região pertence a mais de um país, como no caso da região amazônica, pertencente também aos países vizinhos ao Brasil, sendo considerada um destino turístico por si mesma.

A atuação do setor público em *nível regional* está sendo cada vez de maior importância, pois a região é considerada às vezes um destino turístico por si mesma, independentemente do país em que se situe. Uma região pode inclusive pertencer a dois países diferentes (como o Vale do Danúbio) (OMT, op cit, 163).

O termo regional será discutido neste trabalho em um momento específico. A estrutura de organização do setor público do Brasil será neste capítulo dividida em três partes ou escalas: a supranacional, a nacional, a estadual. No último capítulo será estudada a escala municipal.

#### 4.1 A ESCALA SUPRANACIONAL

Os organismos oficiais de turismo, tanto públicos, como privados, são os responsáveis por negociar com os cidadãos (pessoas físicas) e a iniciativa privada o melhor meio para alcançar o desenvolvimento da atividade, atendendo assim as suas necessidades. Existem diversas organizações governamentais e privadas de turismo. De acordo com Andrade (2001), são mais de 200. Essas organizações ou organismos são extremamente importantes para as políticas públicas direcionadas ao turismo, pois através da realização de reuniões, convenções e simpósios são discutidas ações para o desenvolvimento do setor.

Um organismo que tem forte representatividade, e cuja importância para o turismo muitos desconhecem, é a Organização para as Nações Unidas (ONU). Ela trata da questão do turismo com muito cuidado, considerando o turismo como “[...] um dos elementos de maior expressão mundial nos setores de desenvolvimento sociocultural e de produção de recursos monetários [...]” (ANDRADE, op cit, p. 209). Discordando com este autor, Lickorish e Carson (2000) argumentam que só eventualmente a ONU participa de atividades relacionadas ao turismo e que sua intervenção fica limitada a questões como saúde, segurança, e em algumas raras ações ambientais em países em desenvolvimento.

Sem dúvida nenhuma, o maior organismo supranacional no turismo é a Organização Mundial do Turismo (OMT) e, no caso desta pesquisa, que enfoca o papel das políticas públicas para o turismo em um pequeno município, é fundamental concordar com Calvente (2004a, p. 29) quando diz que “[...] a maioria dos envolvidos, na escala municipal, desconhece a poderosa OMT, mas pode ser alvo de sua ação normativa [...]”. A OMT ou WTO, em inglês *World Tourist Organization*, era conhecida por União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT) até 1975. Este órgão foi criado em 1925 durante o Congresso Internacional de Associações Oficiais de Turismo. Como a UIOOT era considerada apenas uma Associação técnica e não-governamental, somente em 1967 é que a transformaram em uma organização internacional, com o objetivo de tratar os assuntos referentes ao turismo em escala mundial. Em 1976, já como OMT, passou a ser um organismo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e em 1977 tinha um acordo oficial de cooperação com a ONU. Em 2003, a

OMT foi convertida em um organismo especializado da ONU, reafirmando seu importante papel para o turismo internacional. Em 2006, 150 países estavam integrados ao órgão com 300 membros afiliados de diversos setores tais como o setor privado, instituições de ensino, associações de turismo, dentre outros. Segue a definição da organização destacando seus principais objetivos:

Actuando como organización aglutinadora para el turismo mundial, la OMT desempeña una función de catalizadora en la promoción de la transferencia de tecnología y la cooperación internacional, **en la estimulación y la forja de asociaciones entre los sectores público y privado** y en la preconización de la aplicación del Código Ético Mundial para el Turismo, con miras a velar por que los países miembros, los destinos turísticos y las empresas incrementen los efectos económicos, sociales y culturales positivos del turismo y cosechen los máximos frutos, reduciendo a la vez en todo lo posible sus secuelas sociales y medioambientales. A través del turismo, la OMT pretende estimular el crecimiento económico y la creación de empleo, incentivar la protección del medio ambiente y el patrimonio cultural y promover la paz, la prosperidad y el respeto por los derechos humanos (OMT, op cit, s/p., grifo nosso) (OMT, 2007, s/p).

Esse organismo tem por finalidade orientar, assistir e aconselhar governos mundiais em suas responsabilidades com atividades relacionadas ao turismo, principalmente nas questões relativas às políticas para este setor. Outros órgãos que também são citados pela OMT como participantes na atividade turística são:

[...] a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e de Desenvolvimento), a OIT (Organização Internacional de Trabalho), etc. (OMT, 2001, p. 164).

Há outras agências das Nações Unidas que também participam, com maior ou menor intervenção: Organização Internacional Marítima, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Organização Internacional da Aviação Civil e outras.

A mensagem para o ano de 2007 da OMT é “fomentar o turismo para combater a pobreza”. Esta é uma idéia já contida nos Planos de Turismo no Brasil ao longo de sua história. Mas, é preciso entender que o turismo pode e deve

contribuir para a diminuição da pobreza, por isso a necessidade de planejamento do setor com políticas públicas que considerem a importância social que a atividade tem. Sozinha, entretanto, a atividade não pode arcar com a responsabilidade de “combater a pobreza”, uma vez que é preciso todo um processo de políticas públicas englobando áreas como educação, trabalho, saúde, moradia, e outras, para que isso aconteça. É importante ressaltar também que, quando mal planejado, o turismo pode causar até mesmo a exclusão social.

A OMT quer também que o turismo, diante de uma das questões mais preocupantes dos últimos tempos, o aquecimento global, uma preocupação que deve ser discutida ao se pensar em novas formas de consumo e conservação. Isto é uma ação também importante e possível de se implementar, pois as empresas que trabalham com o turismo devem fazer a sua parte na proteção do meio ambiente, adotando meios de uso racional dos recursos naturais. Já o setor público, por sua vez, deve criar mecanismos de fiscalização e políticas que incentivem e exijam essas ações das empresas.

A OMT influencia muitos países quanto às questões sobre política para o turismo. O PNMT foi um dos seus programas que, implantado em nosso país na gestão passada, obteve um dos melhores resultados. Como exemplo do sucesso desse programa, os Conselhos Municipais de Turismo, que funcionam satisfatoriamente e ainda estão ativos nos programas atuais do governo.

Após esta análise da escala supranacional, será discutido neste próximo momento como estão sendo trabalhadas as atuais políticas públicas na escala nacional para a atividade no Brasil.

## **4.2 A ESCALA NACIONAL - BRASIL**

Com a criação do Ministério do Turismo (MinTur) em 2003, o turismo passa a ser melhor representado quando em pauta as prioridades do governo federal. Até a criação da pasta, o turismo dividia com o Ministério da Cultura, as atenções para as reais necessidades do setor. Embasados em pesquisas realizadas pela WTO e pela OCDE, seguem algumas das principais funções de um ministério do turismo, de acordo com Lickorish e Carson (2000, p. 250):

- 1 Pesquisas, estatísticas e planejamento
- 2 Marketing
- 3 Desenvolvimento dos recursos do turismo
- 4 Regulamentação, incluindo regulamentação comercial
- 5 Treinamento e educação
- 6 Facilitação/liberação

Para Cruz e Sansolo (2003), o objetivo da criação do MinTur pode ser analisado sob dois prismas diferentes, um positivo e o outro negativo. Positivo, porque com a criação de um Ministério específico, admite-se que ele foi alçado aos patamares mais elevados do poder público, tornando-se compatível com as grandes prioridades do governo, como educação, saúde e economia. O lado negativo, entretanto, é que o turismo, por ser uma atividade multissetorial que depende das decisões da maioria dos outros ministérios, pode ter recebido uma pasta apenas por acreditarem que ele seja um tema inexistente ou periférico nos outros ministérios.

Apesar disso, juntamente com a criação desse novo Ministério veio a necessidade de elaborar toda uma estrutura. Tem-se atualmente a Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, que é responsável por coordenar e elaborar o Plano Nacional de Turismo (PNT) e o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Nesta Secretaria foram criados também Departamentos específicos, cada qual com suas coordenadorias também específicas (Quadro 05).

**QUADRO 05** – Os departamentos da Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo com suas coordenações gerais.

DEPARTAMENTO	COORDENAÇÃO GERAL
Planejamento e Avaliação do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão e Planejamento</li> <li>• Monitoramento e Avaliação</li> </ul>
Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação</li> <li>• Regionalização</li> <li>• Segmentação</li> <li>• Qualificação dos Serviços Turísticos</li> </ul>
Promoção e Marketing Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eventos</li> <li>• Publicidade</li> </ul>
Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações Multilaterais</li> <li>• Relações Sul-americanas</li> </ul>

**Fonte:** BRASIL, 2007  
Organizado por DOMINGOS, 2007.

Neste mesmo período, criou-se também a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo com a finalidade de subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional para a consecução da Política Nacional de Turismo. De acordo com o MinTur, nessa secretaria existem quatro departamentos:

- Departamento de Infra-estrutura;
- Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo;
- Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo e o;
- Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo.

As três principais ações desta secretaria são: sinalização turística, Prodetur Nordeste e Prodetur Sul – que ficam vinculadas a um determinado departamento. O responsável pela implementação de projetos para a Sinalização Turística é o Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo. Já o Prodetur Nordeste e o Prodetur Sul, ficam sob responsabilidade do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo.

O MinTur optou por continuar com o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), criado no governo militar, cancelado no Governo Collor e retomado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O CNTUR, de acordo com Beni (2006, p. 29), é um “[...] órgão colegiado de assessoramento superior, integrante da estrutura básica do Ministério do Turismo e diretamente vinculado ao ministério de Estado [...]”. Este órgão é extremamente importante para a discussão de uma política para o turismo, visto que ele envolve representantes dos setores público e privado. Em entrevista, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), Eraldo Cruz, corrobora ao afirmar que o CNTUR:

É um fórum onde se discute e se aprova as Políticas Públicas Nacionais de Turismo. Por quem? Por quem faz o turismo. A cada três meses existe uma reunião, mais ou menos trimestral e com algumas extraordinárias antes ou depois para tratar de assuntos específicos, como houve nesta última, que foi para tratar o programa “Vai Brasil”, que é um programa de inclusão social do turismo

Brasileiro. O governo fala dos projetos dele, nós falamos dos nossos e colocamos em votação a priorização dos assuntos mais importantes pra todos nós [...] (BRASIL XXI..., 2006, s/p).

Ainda dentro do Conselho, tem-se as Câmaras Temáticas, que de acordo o MinTur são agrupamentos das instituições que compõem o CNTUR por temas. Cada tema possui um representante de uma entidade que é membro do CNTUR. Esses representantes são indicados de acordo com a familiaridade com o tema, ou mesmo indicados por Conselheiros. O objetivo destas Câmaras é o de discutir as principais questões do setor, propondo ações necessárias à resolução de problemas que dificultem a consecução da Política Nacional do Turismo. Nesta estrutura tem-se ainda um colegiado denominado Fórum Nacional dos Secretariados e Dirigentes Estaduais de Turismo. Criado em 2000, este órgão atua junto com o CNTUR para assessorar o MinTur trabalhando “[...] na elaboração e implantação do Plano Nacional do Turismo e na discussão dos principais programas e projetos do turismo brasileiro [...]” (BRASIL TURÍSTICO, 2007, s/p.).

De acordo com Cruz e Sansolo (2003, p. 3), para entender melhor como funciona esse processo é preciso compreender que Planejamento “[...] é um processo contínuo de tomadas de decisões, voltado para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins [...]”, sendo que o Planejamento governamental é referente à administração pública e não pode ser confundido com o Plano, que “[...] é um documento que reúne um conjunto de decisões sobre determinado tema/área/setor [...]”. A política pública, por sua vez, funde-se ao próprio processo de planejamento, mas a principal diferença entre os dois é que a política pública é a posição que o governo tem frente a determinado assunto da vida social e este posicionamento pode ser exposto através de um documento, como um plano. O Plano Nacional do Turismo (2003 -2007), foi lançado em 2003 seguido do Programa de Regionalização do Turismo, com dois documentos: o das Diretrizes Políticas e o das Diretrizes Operacionais. Ainda dentro desse mesmo Programa, foi lançado um outro documento abordando as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Neste ano já foi lançado o Plano Nacional do Turismo (2007-2010).

A EMBRATUR também foi reestruturada ao se criar o MinTur. Transformada em autarquia, ela ficou com a função de “[...] promoção, divulgação, e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do país no

exterior [...]” (BRASIL, 2003a p. 9). Para Santos Filho (2005b, p. 03), no entanto, transformaram a “[...] EMBRATUR em uma espécie de *Convention Bureau* Nacional, cuja função que lhe resta é a de captar e promover eventos [...]”. Isso acaba empobrecendo o órgão; desvirtuando-o dos objetivos para os quais foi criado, ou seja, normatizar o turismo brasileiro. O autor questiona ainda as ações da EMBRATUR para a formulação de políticas públicas internas em turismo, visto que este órgão deixa claro que prioriza o turismo estrangeiro a turistas internos. Isso se deve ao processo histórico-político pelo qual passou o país principalmente na época do militarismo. Conseqüentemente, a EMBRATUR carrega marcas desse período até hoje.

O Governo federal tem como uma de suas funções prover as condições financeiras e fiscais para o desenvolvimento da atividade, principalmente em países como o Brasil – que é considerado em desenvolvimento e necessita dessa intervenção para incentivar o crescimento do número de empresas e prestadores de serviços turísticos.

Os governos, de tempos em tempos, irão fornecer incentivos especiais para o desenvolvimento na forma de subsídios e vantagens tributárias. Isso é muito comum em países em desenvolvimento e em regiões mais pobres que possuem poucos recursos para o crescimento (...) os subsídios diretos variam de sistemas de empréstimos e concessões para estimular o fornecimento de certos tipos de serviços e instalações especialmente em regiões mais pobres ou remotas a esquemas de grande desenvolvimento, que envolvem a criação de novos resorts e regiões [...] (LICKORISH e CARSON, 2000, p. 248):

Algumas linhas de créditos para financiamentos de projeto e investimentos de capital de giro são o PROGETUR Turismo Investimentos, o PROGETUR Turismo Recebíveis, o Desconto de Títulos para o Turismo e o Giro Caixa Instantâneo para o Turismo. O PNT tem como objetivo aumentar a oferta de crédito e atrair investimentos do Brasil e do exterior para novas atividades na área:

[...] os ministérios do Turismo, Trabalho e Emprego e da Integração Nacional, em parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, estão colaborando com recurso no montante de 1,4 bilhão para serem investidos no setor turístico [...] (BRASIL, 2003a p. 6).

Santos Filho (2005a) argumenta que é essencial ao desenvolvimento de uma correta política para o turismo o aumento do fluxo de turistas nacionais, dando condições para a população se deslocar com a finalidade de conhecer o seu próprio país; mas, para tanto, seria necessário baixar os juros, criar incentivos fiscais e projetos de cunho social. A decorrência dessa atitude seria o aumento de empregos, melhora na infra-estrutura e, como consequência, isto atenderia também ao turista estrangeiro. O autor considera que, com isso, não seria necessário construir os hotéis de luxos da hegemonia globalizante imposta pelos estrangeiros, pois poderiam ser construídos albergues e fazer-se uso das instalações do Serviço SESC. Deve-se levar em consideração, porém, que há um grande mercado para produtos e serviços de luxo e que para que o Brasil venha a se tornar um destino turístico internacional também necessitará atender a este mercado. O importante é discutir o modo como este mercado deve funcionar: sem prejudicar as comunidades locais, ao contrário do que ocorre com os *resorts* no nordeste brasileiro, por exemplo. No PNT Brasil (2003a p. 7), o governo federal afirma que “[...] a atenção que devemos dirigir ao incremento do Turismo interno, deve ser fortalecida pelo consumo da sociedade brasileira, permitindo a todos o acesso ao lazer e às férias [...]”. Realmente, nas políticas públicas anteriores não havia uma preocupação com o turismo interno. Atualmente, verifica-se que há essa preocupação, mesmo que ainda não seja tão expressiva e provedora de resultados que atestem essas ações.

O Projeto Vai Brasil não teve tanto sucesso quanto o esperado e recebe muitas críticas por não ser tão viável como apresentado à sociedade. De acordo com Eraldo Cruz, em entrevista, Brasil XXI... (2006), esse projeto – que foi discutido em uma das reuniões do Conselho Nacional do Turismo –, trata da inclusão social do Turismo. O projeto, criado pelo MinTur em parceria com a BRAZTOA e a ABAV, tem como principal função ofertar, através de um *site* específico, serviços turísticos a preços mais baratos em períodos de baixa estação. O site não é para venda, mas sim para divulgação dos pacotes turísticos ofertados pelas operadoras e agências, servindo como um elo entre a empresa e o consumidor. Esse projeto foi lançado em 2006 com propaganda em uma grande emissora televisiva nacional. A artista que fez a divulgação do projeto interpreta a personagem de uma empregada doméstica na televisão; com isto, dava-se a entender que a população de classe baixa poderia viajar através do projeto, que

proporcionaria condições para isso. Uma outra propaganda lançada posteriormente apresentava uma banda baiana cantando uma música com o tema “Vai Brasil” – o que mais uma vez atesta que, quando se trata de turismo, a prioridade do governo é a região nordeste.

Ao reduzirem suas tarifas, os integrantes da cadeia produtiva do turismo ampliam suas oportunidades de negócios no período de baixa ocupação e permitem a uma maior parcela da população viajar pelo Brasil, aumentando assim seus lucros ([www.vaibrasil.com.br](http://www.vaibrasil.com.br), 2007).

O projeto é uma iniciativa importante, pois o papel do governo é, além de trabalhar as questões de *marketing* para uma tentativa de fortalecimento do mercado nacional, proporcionar à sociedade alternativas para a melhoria de sua qualidade de vida.

A ‘sazonalidade’ é um dos problemas do turismo. Conforme extraído de entrevista concedida a um jornal, segue o que pensava acerca do problema da ‘sazonalização’ o antigo secretário nacional de políticas de Turismo, Milton Zuanazzi, ao lançar o programa em 2005:

[...] ao mesmo tempo em que certas partes do Brasil têm períodos de alta temporada, outras regiões têm poucos turistas. As praias do Rio de Janeiro costumam ficar lotadas no ano novo, enquanto em Brasília, na mesma época, os hotéis permanecem vazios. “Vamos falar de Brasília em janeiro e fevereiro, e São Paulo nos fins de semana, das praias fora do verão” (...) A idéia é “fazer uma espécie de um casamento, entre a oferta hoteleira subocupada e uma oferta de assentos aéreos, inclusive rodoviários, subocupados. Com isso, o resultado é o barateamento do preço” (AGENCIA BRASIL, 2005).

Os preços dos pacotes na época do lançamento do programa “Vai Brasil” eram em torno de R\$ 600,00 reais. O secretário acreditava que com o aumento do fluxo de viajantes, os preços dos serviços cairiam, dado que os serviços das operadoras ficariam mais intensos. Além disso, a competitividade entre as empresas teria um papel importante para que os preços baixassem. Para medir os resultados desse projeto, seria necessária uma análise que verificasse se ele está alcançando o objetivo proposto pelo MinTur, considerando fatores como ser o projeto novo, pois no mês de julho deste ano, fez um ano de seu lançamento. É

preciso comprovar se as pessoas da classe média estão realmente viajando nos períodos de baixa temporada ao utilizarem os serviços do *site*.

Outro fato interessante é a parceria entre o setor público e o privado – tão cobrada pela sociedade nas políticas públicas para o turismo. Um outro fator interessante, de acordo com Anjos; Souza e Ramos (2006, p. 2), é que o uso do *site* é importante por “[...] se tratar de uma temática extremamente atual e de relevância para o turismo, na medida em que ilustra o uso de novas tecnologias pelo setor [...]”, no caso, a *internet*. Esses autores fazem um estudo para analisá-lo e concluem que ele é interessante e bem planejado, apresentando poucas falhas. Esse projeto, na realidade, faz parte das ações de *marketing* de um Ministério de turismo, conforme apresentado no início desse tópico, com a responsabilidade de divulgação dos destinos a ele vinculados.

Um documento que simboliza a preocupação com o rumo da atividade no país foi lançado em 2006 durante o Congresso Brasileiro de Turismo. De acordo com entrevista na *internet* do atual secretário nacional de políticas de Turismo (NOGUEIRA, 2007, s/p), a preocupação que se tinha em 2006, ano eleitoral para governo federal e estadual, era a de que, mesmo se o presidente não fosse reeleito, o turismo seguisse um planejamento até 2010 para garantir a continuidade dos projetos atuais, mantendo uma proposta que não teria de começar do nada. O Livro de Turismo, intitulado “Turismo no Brasil (2007-2010)” (BRASIL, 2006), está disponível no site do MinTur. Este documento foi elaborado pelo Conselho Nacional de Turismo, e contém uma análise do cenário mundial e nacional do turismo com propostas para o período de 2007 a 2010.

Neste ano, foram lançados outros dois importantes documentos para a análise da atividade turística no país, contribuindo para o planejamento do setor através da possibilidade de compreensão e mensuração desse importante segmento. Um desses documentos foi o estudo “Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo – 2003”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), (BRASIL, 2006). O objetivo deste estudo foi o de apresentar informações relacionadas ao turismo no País com base nas estatísticas sobre a produção (oferta) de bens e serviços, os gastos das famílias, e as características da mão-de-obra ocupada (emprego) desse setor. Foram analisados além dos aspectos econômicos da produção dos bens e serviços, os gastos realizados pelas famílias brasileiras com a aquisição de produtos consumidos em

viagens não-rotineiras. É a primeira vez que o IBGE divulga resultados de pesquisas sobre turismo realizadas pela própria instituição. O outro estudo realizado foi disponibilizado pela revista EXAME em abril. O “Anuário Exame 2007 – 2008 Turismo” apresentou 6000 dados que abrangem as 70 maiores empresas do setor, o perfil das 20 nacionalidades de turistas que mais visitam o país e o calendário das maiores feiras de negócios no Brasil. Além disso, apresentou a lista dos 150 empreendimentos hoteleiros em projeto ou em construção no Brasil, mostrando uma pesquisa exclusiva com os maiores empresários do setor apontando as prioridades para o turismo no país, demonstrando o panorama completo da infra-estrutura turística nos 27 estados brasileiros.

Na gestão do governo anterior, o foco dos programas do governo federal eram os municípios, através da implantação do PNMT, já discutido no capítulo dois. Na primeira gestão do atual governo, iniciada em 2003, o foco desse programa foi direcionado para as regiões com a criação e implantação do programa de Regionalização do Turismo de nível federal e estadual. Cabe neste momento a discussão sobre o que o governo, partindo desse programa, entende por regionalização. Qual é a visão que a Geografia tem sobre regionalização e qual sua importância para o turismo?

Para Reis (2003, p. 11), “[...] o turismo regional representa a revitalização das identidades, ao criar mecanismos de manifestação das expressões culturais [...]”. Sendo assim, o Programa de Regionalização do Turismo veio como uma evolução do PNMT. Para esse autor (op cit, p.10), “[...] região não se limita pelo fundamento geográfico, mas pelas características culturais e históricas que possui [...]”. Pode-se pensar que o autor está dando a conotação de elementos geográficos da Geografia tradicional e descritiva; os aspectos físicos da paisagem natural. Mas, a Geografia, atualmente, aborda a configuração territorial, que compreende também os elementos produzidos pela sociedade. Muitas das regionalizações, feitas com critérios geográficos, compreendem os elementos culturais e históricos, como, por exemplo, o conceito de região metropolitana. Talvez Reis queira enfatizar que a região, nessa concepção em que se enquadra o turismo, deve ter um direcionamento a partir de características sócio-culturais, ou a partir da interação da sociedade com o seu meio.

Sendo o turismo reconhecido por propiciar estas relações, torna-se fundamental que essa nova concepção da atividade seja implantada pelos órgãos

públicos. De acordo com Gomes (1995), em Geografia, o termo 'região' deriva do latim *regere*. Para Corrêa (1998), o termo também vem do latim, mas da palavra *régio*, que significa governar e/ou reinar. *Regione*, na época do Império Romano, designava áreas que necessitavam de administração local e que estavam subordinadas às regras de Roma. A noção de região natural originou-se na Geologia com Gallois, que de acordo com Moraes, (1999, p. 75), "[...] compreendia a região como uma parcela da superfície terrestre dotada de uma unidade natural, com a sua individualidade estabelecida através de elementos da natureza". Com a evolução dos estudos da Geografia, entretanto, o conceito foi humanizado e o termo região ficou entendido por "[...] um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza [...]" (MORAES, op cit, 76). Tem-se no Programa de Regionalização do Turismo a seguinte definição para o termo regionalização "[...] regionalização deve ser entendida como 'a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística' [...]" (BRASIL, 2004b, p.11). Verifica-se que o Programa de Regionalização do Turismo tem como conceito sobre região:

O Programa de Regionalização do Turismo assume a noção de território como espaço e lugar de integração do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos disponíveis. Esta noção de território propõe uma coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento (BRASIL, op cit, p. 11).

Assim, a idéia de região do Programa de Regionalização do Turismo está de acordo com os conceitos de região da ciência geográfica. Para ocorrer a integração entre os diversos agentes é necessário um envolvimento maior entre os diversos setores da sociedade, e, nesse sentido, uma definição geográfica é que a "[...] região é considerada como fração do espaço, catalisador de determinadas relações e convenções que o definem e caracterizam [...]" (CUNHA, 2000, s/p.).

O Programa de Regionalização do Turismo federal considera que a regionalização do turismo deve ser entendida diferentemente da macrodivisão só administrativa – como Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste – adotada pelo

País. Para o Programa, este conceito de regionalização deve ainda ser entendido como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, estados e até países, o que na prática não está acontecendo. Beni (2006) está correto ao afirmar que a “ponta”, ou seja, os agentes públicos municipais, os que estão mais próximos aos turistas e à comunidade, não entenderam o conceito do governo sobre a regionalização.

Falta ainda mais clareza nos objetivos das ações do governo federal frente ao turismo em seus planos e programas. As metas que se pretende atingir são audaciosas e vão precisar de um enorme esforço do governo federal, através de todos os seus ministérios. Nota-se também que os conceitos se repetem nos planos, programas e projetos, por exemplo, no PRT os objetivos do Programa e seus fundamentos são exatamente os mesmos do Plano Nacional de Turismo.

Outra questão é que, por exigência do Programa, cada estado criou pelo menos três produtos turísticos, ou roteiros, que os levaram a uma precipitação conceitual na questão de regionalização (BENI, 2006), porque a criação desses três roteiros deu-se normalmente nas regiões onde já se encontravam os grandes pólos turísticos, assim as outras regiões do estado ficaram desprivilegiadas, como no caso do Norte do Paraná. Sendo assim, somente estes grandes produtos turísticos já desenvolvidos é que têm prioridade para receber investimentos e toda a atenção do governo. Em pequenos municípios isso não é uma maneira correta de consolidar a atividade, já que existem estudos comprovando o potencial dessas regiões.

Com a recente nomeação de Marta Suplicy, do mesmo partido do atual governo, para o Ministério do Turismo, substituindo Walfrido dos Mares Guia, criou-se uma nova expectativa para o setor. O antigo ministro, apesar de ter agradado muito ao setor privado, foi muito criticado por deixar de lado as classes média e baixa. Com a entrada da nova ministra, que não é formada na área do turismo, é psicanalista, ex-prefeita de São Paulo e do partido do governo – considerado de cunho socialista –, espera-se que o turismo social e o turismo interno possam ser mais desenvolvidos, pois o programa “Vai Brasil” não gerou grandes resultados. Mesmo que em declarações no site do MinTur a ministra afirme em seu discurso que dará continuidade aos projetos já implantados, caberá somente ao tempo apresentar os resultados dessa nova mudança.

De acordo com a Agência Estado (2007), o Ministério do Turismo quer ainda incentivar a vinda de turistas norte-americanos e hispânicos e, para isso,

o governo irá investir U\$\$ 11 milhões em propaganda nas cidades de Miami, Nova Iorque, Los Angeles e Chicago. Segundo a ministra, com o apoio dos demais países do Mercosul, esse valor será aumentado para U\$\$ 19 milhões em 2010. Ela também tem interesse em aumentar a quantidade de turistas norte - americanos. Além disso, a ministra teve uma reunião no dia 27 de junho para discutir com algumas companhias aéreas americanas vôos com destino a cidades do país como Manaus e Belém.

Apesar do grave problema aéreo no país, o que representa problemas para o setor turístico, no mês de junho também foi lançado o Plano Nacional do Turismo (2007-2010), apresentado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Ministra do Turismo, Marta Suplicy. A frase principal do Plano trata da inclusão social com o *slogan* “uma viagem de inclusão” que, de acordo com o Presidente, terá a proposta de facilitar financiamentos de pacotes a preços mais acessíveis a aposentados e posteriormente a estudantes e trabalhadores. Cerca de 16 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas, apostando no desenvolvimento do turismo interno.

No primeiro momento, de acordo com a ministra, os pacotes serão restritos a aposentados das cidades de São Paulo e Brasília. Sendo assim, uma maneira de incentivar o turismo interno, pois os pacotes devem custar de R\$ 50,00 a R\$ 60,00, em parcelas de 10 vezes. Com juros baixos, esse valor será pago por meio de crédito consignado. A proposta desse projeto é que futuramente ele seja ampliado com crédito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo a Agência Estado (2007), foi realizada uma pesquisa com a população de Londrina para saber a opinião deles sobre o programa de crédito consignado para viagens. Os três entrevistados alegaram que não gostariam de emprestar dinheiro para viajar, já que o lazer é visto como item supérfluo e não pretendiam entrar em dívidas com medo, principalmente, dos juros altos. No site do Ministério ainda não há menção sobre esta proposta.

Há neste Plano uma ênfase na qualificação profissional, desenvolvimento regional e promoção do turismo no exterior. O turismo está integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também lançado este ano e “[...] propõe ações, metas e um plano conjunto de investimentos em infraestrutura, bem como medidas de incentivos aos investimentos privados, aliados a uma busca de melhoria na qualidade do gasto público [...]” (BRASIL, 2007b, p. 8). O

programa prevê medidas de incentivo ao investimento privado. Assim como a OMT, o plano acredita que o turismo pode erradicar a pobreza e a fome. O turismo pode até contribuir, mas vale ressaltar mais uma vez que, por si só, não pode erradicar esses problemas, pois é necessário um conjunto de outras políticas para que isso aconteça. De acordo com este Plano, o Programa de Regionalização do Turismo trouxe resultados. De 2004 a 2005, foram identificadas 219 regiões turísticas, com 3.203 municípios, sendo que 119 roteiros foram visitados. Nesta época foi elaborado o 'Plano Cores', referente ao plano de *marketing* para o turismo principalmente no exterior. Também foi realizado o Salão do Turismo em 2005, no qual foram apresentados 453 roteiros, 134 regiões, com a participação de 959 municípios.

Em 2005-2006, as regiões turísticas foram reavaliadas e caíram para 200, mas o número de municípios subiu para 3819. No Salão do Turismo de 2006, 87 roteiros foram identificados com o padrão internacional e 396 roteiros para o mercado nacional.

O novo Plano Nacional do Turismo está muito mais completo do que o lançado em 2003. Faz um balanço das ações desenvolvidas nos quatro primeiros anos, com relação ao Programa de Regionalização do Turismo – Plano Aquarela. Fizeram uma boa análise do setor no mercado interno e externo, constatando que o país ainda tem muito que fazer para contribuir na inclusão social brasileira e colocar o país como um dos principais destinos turísticos nacionais. Também é muito mencionada a questão da gestão descentralizada do turismo, envolvendo diversos setores da rede privada e o poder público. O Plano demonstra também consciência da dificuldade das micro e pequenas empresas que prestam serviço à atividade turística para obter créditos para investimentos e o problema da infra-estrutura básica de um modo geral.

Um dos tópicos que mais se destacou foi a questão da qualificação profissional, muito cobrada pelos estudiosos da área e inexistente nos planos anteriores. Mencionam também a fragilidade do grau de internacionalização da oferta turística, principalmente das companhias aéreas e das operadoras de turismo.

Após esse diagnóstico do setor, o PNT (2007-2010), apresenta algumas metas para esses quatro anos. No Quadro 06, será feita uma comparação com as metas do Plano anterior.

**QUADRO 06** – Metas do PNT (2007 -2010) e PNT (2003 -2007)

Meta 01 - Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno.	Meta 04 - Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos.
Meta 02 - Criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações.	Meta 01 - Criar Condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações no turismo.
Meta 03 - Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.	Meta 05 – Desenvolver no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da federação e distrito federal.
Meta 04 - Gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.	Meta 03 - Gerar 8 bilhões de dólares em divisas.
Fonte: BRASIL, 2007b e BRASIL, 2003 <sup>a</sup> .	

Como visto no Quadro acima, algumas metas são parecidas, apesar do Plano atual ser mais detalhado e menos superficial que o anterior. Caberá ao tempo apresentar os resultados dessas metas, porém vale lembrar que o PNT anterior não conseguiu alcançar a maioria de suas metas, como, por exemplo, o desembarque nacional, que tinha por meta chegar a 65 milhões, mas que em 2006, de acordo com dados da Infraero, alcançou somente 46,3 milhões desses desembarques.

Muitas informações e propostas do PNT atual foram copiadas do Livro do Turismo, lançado em 2006. Aquilo que naquele documento era considerado como eixo foi adaptado e transformado em macroprogramas e programas, conforme Quadro 07.

**QUADRO 07 – Os Macroprogramas e Programas do PNT (2007 – 2010)**

<b>MACROPROGRAMA</b>	<b>PROGRAMA</b>
Planejamento e Gestão	-Implementação e descentralização da Política Nacional de Turismo; -Avaliação e monitoramento do Plano Nacional de Turismo; -Relações Internacionais.
Informação e Estudos Turísticos	-Sistemas de Informações do Turismo; -Competitividade do Turismo Brasileiro.
Logística de Transporte	- Ampliação da malha aérea internacional; -Integração da América do Sul; -Integração Modal nas regiões turísticas.
Regionalização do Turismo	-Planejamento e gestão da Regionalização; -Estruturação dos Segmentos Turísticos; -Estruturação da Produção Associada ao Turismo; -Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo;
Fomento à Iniciativa Privada	-Atração de Investimentos; -Financiamento para o Turismo;
Infra-Estrutura Pública	-Articulação interministerial para Infra-estrutura de apoio ao turismo; -Apoio a Infra-Estrutura Turística;
Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos	-Normatização do Turismo; -Certificação do Turismo; -Qualificação Profissional.
Promoção e Apoio a Comercialização	-Promoção Nacional do Turismo Brasileiro; -Apoio a Comercialização Nacional; -Promoção Internacional do Turismo Brasileiro; -Apoio a Comercialização Internacional.
Fonte: (BRASIL, 2007b).	

No próximo item serão abordadas as políticas públicas para o turismo no estado do Paraná, analisando todo o seu contexto histórico e como elas interferem no desenvolvimento da atividade.

### 4.3 A ESCALA ESTADUAL – O PARANÁ

Assim como o Brasil, o Paraná também tem ações governamentais relacionadas ao turismo. Em 2003, o estado lançou a Política Estadual de Turismo (2003-2007) (PARANÁ, 2003), um documento generalista, mas uma tentativa de apresentar à sociedade o que o governo estadual tem como premissa para o desenvolvimento da atividade, propondo metas, objetivos e estratégias. De acordo com este documento, é a primeira vez se lança oficialmente no Paraná a Política de Turismo desde que o turismo passou a ter uma representação pública. Mas, como aconteceu com o Plano Nacional de Turismo, as metas foram lançadas, porém não há menção de como elas serão alcançadas. As áreas estratégicas a serem trabalhadas por esta Política são: Gestão pública e articulação institucional para o turismo, Envolvimento da sociedade com o turismo, Municipalização e regionalização do turismo, Qualidade do produto turístico, Estatísticas do turismo, Proteção ao Patrimônio Natural/Histórico/Cultural, Financiamentos e divulgação do produto turístico paranaense.

Datam da década de 1950 as primeiras organizações que se preocuparam com o turismo no estado. Segundo PARANÁ (2003), em 1953 foi criada a Câmara de Expansão, em substituição ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) – que mantinha um órgão denominado Divisão de Turismo, subordinado à Secretaria do Governo. Uma de suas preocupações era a divulgação dos pontos turísticos do Paraná. Em 1966, foi criado o Departamento de Turismo e Divulgação, sendo que o primeiro estava vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, e o segundo vinculado ao Serviço de Imprensa do Palácio do Governo. A primeira organização pública do turismo no Paraná “[...] voltada ao planejamento da atividade e não apenas à sua divulgação [...]” (PARANÁ, 2005, p.13) denominava-se Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR) e foi criada através da Lei n. 5948 de 1969, que também criou o Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR). O CEPATUR formulava as diretrizes para o turismo, enquanto a PARANATUR tinha como objetivo fomentar a atividade.

Como nesta época, final da década de 1960, o presidente da EMBRATUR atribuiu o termo “indústria” à atividade turística, o CEPATUR e a PARANATUR passaram a fazer parte, em 1974, pela lei n. 6636, da Secretaria de

Estado da Indústria e do Comércio. Em 1983, a PARANATUR foi vinculada à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, vínculo este que permaneceu até 1986, quando a PARANATUR retornou à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Em 1989 foi extinta a PARANATUR e criada a Fundação de Esporte e Turismo (FESTUR), vinculada à Secretaria Especial de Esporte e Turismo, cujas atividades de turismo ficaram sob responsabilidade da Diretoria de Turismo. Em 1991, a FESTUR foi transformada em autarquia estadual, passando a denominar-se PARANÁ TURISMO. Em 1995, ela esteve vinculada à Secretaria de Esporte e Turismo e em 2001 vinculou-se à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Esta entidade mantém-se como entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita própria, autonomia administrativa e financeira (PARANÁ, 2005). Este resumo da evolução histórica das políticas públicas do Paraná é importante para se compreender a atual estrutura da Secretaria Estadual de Turismo.

No final de 2002, pela lei n 13.986, criou-se a Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Este órgão vincula-se diretamente à administração do Governo do Estado e tem como objetivo a estruturação e o monitoramento da Política Estadual de Turismo, com finalidades relativas à definição de diretrizes, proposição e estruturação da política de governo quanto ao turismo nas modalidades de promoção, normatização, fiscalização e incentivo. Para conseguir atingir estes objetivos, conta com o apoio de suas assessorias, coordenadorias, grupos setoriais e órgãos. O Quadro 08 demonstra esses órgãos com seus objetivos específicos:

**QUADRO 08** – Órgãos vinculados a SETUR, com seus objetivos.

<b>Órgão</b>	<b>Objetivo</b>
PARANÁ TURISMO	“Executar a Política Estadual de Turismo e a implantação de programas e projetos de incentivo, de desenvolvimento e de fomento ao turismo, executando ações que buscam promover o turismo no Estado do Paraná”.
Centro de Convenções de Curitiba	“Oportunizar à comunidade o acesso à cultura, à arte e ao conhecimento científico e tecnológico, através de infraestrutura adequada e equipada, fomentando o turismo de eventos, movimentando a economia local”.
Serviço Social Autônomo (ECOPARANÁ)	“Desenvolver com base no triângulo produtivo, produtos turísticos e culturais, que promovam o desenvolvimento sustentável e decorrente inclusão social”.

Fonte: PARANÁ, 2007a, s/p.

Organizado por DOMINGOS, 2007.

Os escritórios da SETU e da PARANATURISMO foram regionalizados e, dessa maneira, foram criados escritórios nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Ponta Grossa, com o “[...] intuito de fortalecer e otimizar as ações públicas de turismo, tanto dos representantes do poder público como da iniciativa privada dos municípios paranaenses, incentivando ações em parceria [...]” (PARANÁ, 2005, p. 15).

O Programa de Regionalização do Turismo do governo federal foi adaptado para o estado e em 2004 foi lançado o “Programa de Regionalização do Turismo no Paraná”; entretanto este documento foi muito superficial, com apenas duas páginas contendo alguns parágrafos copiados do programa nacional. Neste documento, percebe-se a importância que o governo deu ao PNMT, pois se menciona que:

[...] o Programa de regionalização do Turismo chega como uma evolução natural do PNMT, na medida em que o desenvolvimento regional só é possível quando há um forte preparo na unidade base da região: os municípios. Com a Regionalização, os municípios serão capazes de se articular para coordenar conjuntamente seus esforços, tornando-se mais competitivos e garantindo melhores resultados nas suas ações de desenvolvimento do turismo local e regional.

De acordo com a Revista Exame (2007), o Paraná é considerado a “quinta maior indústria de turismo no país”. O faturamento deve ultrapassar 4 bilhões de reais ainda em 2007. O estado recebe 3,9 milhões de turistas do próprio estado. A revista apresenta que o governo lançou um projeto intitulado “Litoral – Emoções o ano inteiro” em parceria com o SEBRAE para que o litoral seja freqüentado o ano inteiro. Pretende-se assim estimular a área de eventos no litoral. Para isso, ressaltam a importância de se ampliar a infra-estrutura nos sete municípios da costa leste, ofertando mais conforto aos turistas ao sediar diversos eventos como shows, peças teatrais, convenções e competições esportivas. Destacam o município de Morretes, que está construindo um Centro de Convenções orçado em 2,5 milhões de reais e um Centro Cultural multiuso, com restaurantes, lojas, bibliotecas e auditório para 500 pessoas, além de área para shows com capacidade para 10.000 pessoas.

Ainda de acordo com a revista, os principais dados sobre turismo apresentam como sendo as principais atrações turísticas do estado: Foz do Iguaçu – com o Parque Nacional do Iguaçu e a Hidrelétrica de Itaipu, que recebem 1.592.000 visitantes por ano –, seguido do Parque Estadual Vila Velha, em Ponta Grossa – com 61 000 visitantes por ano. Sobre o perfil da maioria dos turistas, 74% deles são de procedência de outros estados e o restante de turistas é do exterior (26%). Faltou, porém, analisarem a porcentagem dos turistas do próprio estado nesta pesquisa. A permanência da grande maioria é por um período de até três dias (72%). O meio de hospedagem mais utilizado são hotéis (48%) e casas de parentes ou amigos (45%). O meio de transporte mais utilizado é o carro (64%), seguido do ônibus (21%) e do avião (13%). De 2004 a 2005, o motivo de estrangeiros realizarem suas viagens ao estado mudou. Enquanto as viagens por motivo de lazer diminuíram, as viagens por motivo de negócio aumentaram. Os principais turistas estrangeiros são os argentinos, 146.000, americanos, 123.500, e paraguaios, 63.000 visitantes por ano. De acordo com dados da EMBRATUR publicados pela revista, os principais locais que receberão incentivos em 2007 são Curitiba, santuários ecológicos do litoral, Natureza, História das rotas dos tropeiros, Foz do Iguaçu e Caminhos do lago Itaipu. Contam-se ainda 114.325 empregados na atividade turística. A participação no PIB do estado chega a (3,7%), sendo investidos na promoção do turismo 8,4 milhões de reais por ano. A participação da verba de fomento do turismo no orçamento do estado é 0,49% (REVISTA EXAME, 2007).

No Programa de Regionalização do turismo do estado, após a realização da Oficina de Planejamento em abril de 2003, o Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo concluiu que existiam no estado nove regiões turísticas: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Sul, Centro Sul e Sudoeste, marcando o início do processo de regionalização do Paraná (PARANÁ, 2007b s/p). De acordo com o PRT (2007c), dessas nove regiões turísticas apenas quatro foram priorizadas para desenvolvimento do turismo no Estado e o norte do Paraná não entrou nesta classificação das quatro primeiras. Isso ocorreu após análise de alguns critérios para identificação de Regiões Turísticas.

No site não está claro quem estabeleceu esses critérios, mas foi com eles que o Estado determinou essas quatro regiões. Os critérios foram: grau de atratividade dos recursos, existência de demanda real, destinos comercializados por agências de turismo, infra-estrutura de apoio ao turismo, equipamentos e serviços turísticos, existência de estrutura de gastos turísticos, sensibilidade política coletiva para o turismo, organização turística municipal, planejamento turístico municipal e participação no PNMT. Esses critérios são bem estruturados, porém não se pode determinar como eles foram analisados na prática e quem foram as pessoas que fizeram este estudo; portanto, garantir que a escolha das regiões prioritárias foi justa é impossível. As quatro regiões selecionadas são: Litoral, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, além de Curitiba e Região Metropolitana, conforme Resolução nº 007/04 do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná (PARANÁ, 2007b s/p). Na Figura 02, observa-se melhor como estão distribuídas as regiões turísticas do Paraná, com seus principais atrativos.



**FIGURA 02 – Mapa das Regiões Turísticas do Paraná**

Sendo assim, o Norte do Paraná não entrou nesta classificação das quatro primeiras regiões consideradas prioridade para o turismo. Não satisfeitos, os representantes dos municípios pertencentes ao norte do Paraná criaram a Agência de Desenvolvimento do Turismo no Norte do Paraná (ADETUNORP), para implantação da quinta região ou como denominam “o quinto produto turístico do estado”. O principal segmento a ser trabalhado nesta região é o turismo rural, como dito em uma das reuniões mensais da Agência, em 28 de novembro na cidade de Londrina; na mesma reunião obteve-se mais informações sobre as funções desta Agência. Calvente (2004b) afirma que na década de 1990 já havia um discurso favorável à execução do turismo rural no norte do Paraná e isso não mudou, pois como se vê esse é o segmento do turismo que mais chama a atenção ao se referir sobre as potencialidades no norte do Paraná.

Para que esta região se desenvolva, a ADETUNORP está elaborando em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (SEBRAE) um projeto intitulado “Rota do Café”, que seria também um projeto do trem itinerante turístico-cultural. O SEBRAE já está fazendo o inventário turístico dos atrativos turísticos da zona rural dos municípios do Norte do Paraná, pois o grupo que está fazendo este estudo é de Curitiba e já possuem experiência na elaboração de rotas, pois participaram na elaboração da Rota dos Tropeiros do Paraná.

Esse trem passaria por alguns municípios que fizeram parte da história da cafeicultura do Paraná como Apucarana, Arapongas, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Londrina e outros municípios da região norte do Paraná. A partir das entrevistas realizadas nesta pesquisa, bem como através da reunião da ADETUNORP em novembro de 2006, não se chegou a um consenso sobre quais seriam corretamente os municípios que fariam parte dessa Rota, pois ainda não foi apresentada a lista que definitivamente os designaria. Este projeto também tem como objetivo revitalizar as estações ferroviárias desses municípios, transformando-as em museus, centros de informações turísticas e centros para comercialização do artesanato local. A ADETUNORP já realizou um estudo prévio dessas estações ferroviárias. Esse estudo foi encaminhado para os municípios verificarem como está a situação dessas estações, sendo que a grande maioria está abandonada e muitas destruídas. Dos 59 municípios do norte paranaense que estão participando da Agência, apenas cerca de 30 a 40 realmente têm possibilidades de desenvolver o turismo. Segue a relação, enviada via *e-mail*, dos 59 municípios que são integrantes da ADETUNORP. Eles estão classificados por ordem alfabética e o município grifado é o de Rolândia (Quadro 09):

**QUADRO 09 – Municípios integrantes da ADETUNORP**

<b>Item</b>	<b>Municípios integrantes</b>	<b>Item</b>	<b>Municípios integrantes</b>
1	Alvorada do Sul	31	Lunardelli
2	Andirá	32	Lupionópolis
3	Apucarana	33	Mauá da Serra
4	Arapongas	34	Nova Fátima
5	Assai	35	Nova Santa Bárbara
6	Bandeirantes	36	Novo Itacolomi
7	Bela Vista do Paraíso	37	Porecatu
8	Borrazópolis	38	Prado Ferreira
9	Cambará	39	Primeiro de Maio
10	Cambé	40	Rancho Alegre
11	Cambira	41	Ribeirão Claro
12	Carlópolis	42	Rib. Pinhal
13	Centenário do Sul	43	Rio Bom
14	Congonhinhas	44	<b>Rolândia</b>
15	Cornélio Procópio	45	Santa Cecília do Pavão
16	Faxinal	46	Santa Mariana
17	Florestópolis	47	Santana do Itararé
18	Figueira	48	Santo Antônio da Platina
19	Ibaiti	49	São Jerônimo da Serra
20	Ibiporã	50	São João do Ivaí
21	Itambaracá	51	São Pedro do Ivaí
22	Ivaiporã	52	São Sebastião da Amoreira
23	Jacarezinho	53	Sapopema
24	Jaguapitã	54	Sertanópolis
25	Jandaia do Sul	55	Sertaneja
26	Japira	56	Siqueira Campos
27	Jataizinho	57	Tamarana
28	Leópolis	58	Tomazina
29	Lidianópolis	59	Wenceslau Braz
30	Londrina		

Fonte: ADETUNORP, 2007 (via e-mail)

Organizado por DOMINGOS, 2007.

Durante a reunião da ADETUNORP, realizada em 28 de novembro de 2006 em Londrina, foi dito que “o objetivo desta Agência é associar educação, cultura e negócios, fazendo do turismo um instrumento aglutinador de recursos pelo desenvolvimento sustentável”. Em entrevista a esta pesquisadora, o diretor da PARANATURISMO explicou melhor qual o papel de uma Instância de Governança, que no caso do norte do Paraná é representado pela ADETUNORP. Ele disse que a ADETUNORP representa a região em praticamente todos os segmentos do turismo, já que ela pode fazer convênios com várias outras entidades, receber recursos e atuar dentro da iniciativa privada, coisas que o Estado não pode fazer (Entrevista 06). Segue as responsabilidades de uma Instância de Governança Regional, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, Brasil (2004b, p. 190):

- Planejamento e coordenação das ações, em âmbito regional e local.
- Articulação, negociação e estabelecimento de parcerias, em âmbito regional e local.
- Monitoramento e avaliação das ações do Programa, em âmbito local.
- Produção e sistematização de dados e informações.

Durante uma reunião da ADETUNORP (28 de novembro de 2006), um dos participantes que estava explicando o papel da Agência disse que a ADETUNORP realiza reuniões mensais para se discutir as principais ações da Agência, sendo que cada uma dessas reuniões é realizada em um município diferente. Ainda de acordo com ele, as empresas que podem participar são empresas públicas, autarquias, empresas privadas, pessoas físicas, terceiro setor, associações e instituições de ensino, e outras. Foi dito também que, pelas normas da Agência, “à Instância de Governança Regional, não compete a operação do turismo, pois isso é competência exclusiva da iniciativa privada”, ou seja, o empresariado é que tem de criar e investir nos empreendimentos turísticos, propiciando a comercialização dos serviços turísticos. Nas reuniões, percebe-se uma grande preocupação com o empresariado do setor, como os da hospedagem e gastronomia.

Em um curso ofertado no dia 18 de julho deste ano em uma universidade particular de Londrina, foi discutida a questão da “Roteirização Turística”. Uma das palestrantes, ao apresentar os objetivos da criação da Instância de Governança, criticou o papel do Estado, alegando que com essa iniciativa ele

passa suas obrigações para o empresariado. A palestrante, porém não levou em consideração que uma Instância de Governança tenha como requisito obrigatório participantes da sociedade em geral e órgãos públicos, portanto sua afirmação não corresponde com a proposta do governo já que o setor privado deve ter um relacionamento com os órgãos públicos, mas que cada um deve ter seu papel bem definido. E é claro, portanto que não se pode desconsiderar que os empresários são essenciais para o desenvolvimento do turismo e sem a sua iniciativa a atividade turística não acontece. Segundo declarações em entrevista a um jornal de Londrina, a especialista em Geografia Humana, Yoshya Nakagawara, falta maior articulação da sociedade organizada (Gazotti, 2007, p. 3) “Falta de projetos, articulação e contato entre as lideranças. Essa é a realidade atual do desenvolvimento da região Norte do Paraná [...]”. Para ela é preciso uma maior participação da população, universidades e associações comerciais, alegando que não se pode deixar tudo a cargo dos governos.

Dentro da estrutura do Programa de Regionalização de Turismo, a Instância de Governança tem suas responsabilidades específicas, assim como o MinTur, os Órgãos Oficiais de Turismo de cada Estado e os Órgãos Municipais de Turismo. Em todos os momentos de planejamento da atividade turística deve haver uma relação de parceria entre as duas esferas, já que, como visto, a Instância de Governança neste caso é formada também pela iniciativa privada. Sua atuação restringe-se a promover e a estimular o desenvolvimento turístico regional, fazendo parcerias com diversos órgãos, como instituições e entidades.

Conforme dados da palestra em novembro de 2006 em Londrina, a Agência definiu ainda as competências dos grupos participantes. Foi apresentado, de acordo com as normas de seu estatuto, que a iniciativa privada tem a função de formatar roteiros, comprometer-se com a qualificação dos seus produtos e serviços, criar redes de ação com o setor público, assumir compromissos éticos, ter responsabilidade social, promover produtos e sua comercialização.

Os parceiros ficam com a responsabilidade de criar ações para beneficiar o turismo, tais quais disponibilizar cursos, palestras, seminários, promovendo a capacitação empresarial de micro e pequenos empresários. Os parceiros, que podem ser os órgãos, instituições, entidades econômicas e financeiras, são muito importantes para realizar a consolidação de roteiros ao promover a inclusão, a inovação e a adequação tecnológica aos produtos turísticos,

preservar sua tradição e costumes, contribuir para a conservação e bom uso dos recursos naturais, histórico-culturais, receber o turista com hospitalidade e cortesia e orgulhar-se de sua localidade.

A sociedade civil deve seguir os princípios de educação ambiental, participar de movimentos relacionados ao turismo, conservar e promover a melhoria dos atrativos turísticos, e prestar serviço de informação turística – o que é muito importante.

“Ao poder público, muito pouco sobra”, é com esta frase que um dos participantes da ADETUNORP se refere ao poder público em reunião da agência em novembro de 2006. De acordo com ele, o poder público deve, juntamente com as agências e parceiros municipais, estaduais e federais, somar esforços na viabilização de recursos para infra-estrutura e infra-estrutura turística na região. Isso é muito importante porque o principal investidor na área do turismo é o empreendedor; o empreendedor faz, de acordo com ele, 70% do ‘acontecer’ do turismo, sobrando 30% para os governos municipal, estadual e federal, que têm, na realidade, a obrigação de fazê-lo. Esse participante considera que o poder público tem muito pouco a fazer, mas sabemos que não é bem assim. Ainda que alguns achem que ao poder público se restringem os investimentos em infra-estrutura – o que por si só já representa custos consideráveis e essenciais para a dinâmica da atividade –, o poder público tem como função principal definir as políticas para o setor, o que vai determinar o rumo do desenvolvimento da atividade.

Os sócios fundadores são aqueles que, como diz o nome, participaram da fundação da Agência, os sócios participantes são aqueles que podem participar de todas as assembleias, independente de serem associados ou não, com alguns direitos e obrigações. O sócio participante é aquele que paga mensalidade, que tem voz, voto, que está participando.

No mês de abril aconteceu em Curitiba, durante o Fórum de Secretariados e Monitores Municipais de Turismo, uma mostra das regiões turísticas. O tema do Fórum desse ano foi “investindo no turismo”. Os mini-cursos tiveram como tema o desenvolvimento dos “produtos turísticos” – é assim que eles denominam os destinos turísticos – classificados por rotas ou atratividade. Esses “produtos”, na verdade são segmentos do turismo, turismo rural, turismo cultural, turismo de aventura e ecoturismo.

Como visto acima, a ADETUNORP e a PARANÁ TURISMO querem transformar o “produto” turismo rural em atrativo principal da quinta região turística do estado, o norte do Paraná. Percebe-se a conotação empresarial e capitalista do setor, tratando a atividade turística como produto. Neste sentido não se vê uma coerência neste tipo de política estadual, pois na área da educação, o governo tem uma posição diferente, não admitindo sequer a utilização do termo “empreendedorismo” nos cursos profissionalizantes. Na área da educação, o termo está vinculado à época do governo anterior (Jaime Lerner), que deu um sentido neoliberal para a educação. Já na área do turismo, entretanto, as políticas se direcionam ao empresariado do setor, ressaltando sua importância para desenvolver a atividade.

No dia 09 de abril deste ano, durante uma palestra do VI Encontro de Turismo Rural na exposição agropecuária de Londrina, foram apresentados por um participante da ADETUNORP os seis roteiros turísticos relacionados na mostra das regiões turísticas em Curitiba, durante o Fórum Estadual de Secretariados e Monitores Municipais de Turismo. Esses roteiros, denominados “produtos”, já estão sendo comercializados por duas agências de viagens de Londrina. Analisando o cenário turístico da região do norte do Paraná, muitos municípios não estão preparados para atender a este mercado. De acordo com a ADETUNORP, no Quadro 10 segue a descrição desses seis “produtos”.

**QUADRO 10** – Os seis roteiros turísticos apresentados pela ADETUNORP para comercialização no norte do Paraná.

<b>1. Roteiro do Agronegócio, Biodiesel e Grãos.</b>	Envolve os municípios de Londrina, Campo Mourão e Foz do Iguaçu.
<b>2. Roteiro da Exposição Rural de Londrina.</b>	Leva os turistas a conhecerem Londrina. Envolve os municípios de Londrina, Campo Mourão, Cascavel, Medianeira e Foz do Iguaçu.
<b>3. Roteiro da Tecnologia da Soja Alimentar.</b>	Envolve os municípios de Londrina, Cambé e Rolândia.
<b>4. Roteiro Fé na Estrada.</b>	Turismo religioso e rural. Envolve os municípios de Apucarana, Cambira, Novo Itacolomi, Borrazópolis, Lidianópolis e Lunardeli.
<b>5. Roteiro Caminhos da Natureza, Vida e Meio Ambiente, Turismo Rural, Aventura e do Meio Ambiente.</b>	É realizado entre os municípios de Londrina, Tamarana, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Rolândia, Jataizinho, Santa Mariana e Cambará.
<b>6. Roteiro da Pesca e do Turismo Rural.</b>	Realizado nos municípios de Carlópolis e Ribeirão Claro.

Fonte: ADETUNORP, 2007

Organizado por DOMINGOS, 2007.

Para verificar se esses roteiros realmente estavam prontos e sendo comercializados, foi solicitado à Agência de Turismo Terra Nova de Londrina o envio dos orçamentos<sup>1</sup> via correio eletrônico no mês de abril. Como esperado, os roteiros não correspondem ao que foi apresentado. A empresa enviou três roteiros com uma descrição aparentemente improvisada, com explicações superficiais e cópias dos *sites* dos locais a serem visitados. Os roteiros são diferentes dos apresentados pela ADETUNORP. Um deles, o da Rota dos Grãos, não inclui, a despeito do que outrora fora informado, a parte do Biodiesel, e só envolve o município de Londrina, os municípios de Cambé e Rolândia não são citados no orçamento.

De acordo com a Agência de Turismo, nesta excursão os visitantes teriam três dias para conhecer a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), em Londrina. No roteiro há várias informações superficiais, como “o grupo passa por lugares interessantes de Londrina”, não se explica quais são esses locais. Também não são especificados

<sup>1</sup> Os três orçamentos enviados via correio eletrônico pela Agência de Turismo Terra Nova estão no Anexo A.

o hotel e o restaurante ao dizerem “almoço em uma churrascaria”. Haveria ainda uma visita a fazendas e cooperativas de soja, mas não se especifica quais serão. Nos três roteiros apresentados está inclusa pensão completa (café da manhã, almoço e jantar) e o pacote é vendido para grupos com no mínimo 15 e no máximo 40 pessoas; os valores são diferentes dependendo do grupo formado. Também não há menção ao nome do hotel e do restaurante, tampouco como será realizado o transporte.

O segundo roteiro é definido como “rota das cooperativas”, nome que não foi mencionado na lista divulgada pela ADETUNORP – continente dos seis roteiros que foram apresentados também em Curitiba. Nesse roteiro, o grupo faz algumas visitas a pontos turísticos, como Foz do Iguaçu e visitas técnicas às cooperativas dos municípios de Medianeira, Cascavel, Campo Mourão e Maringá. Em Londrina, as visitas são nas fazendas e na Sociedade Rural do Paraná, visitas estas realizadas em sete dias de viagem. As informações das cooperativas foram retiradas de páginas da *internet*.

O terceiro e último orçamento é intitulado “rota do gado”, nome que também não consta da lista apresentada pela ADETUNORP. Neste roteiro, são visitadas fazendas de criação de gado dos municípios de Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu. Esse roteiro, assim como os outros, não possui muitos detalhes.

Essa análise demonstra claramente que os projetos desenvolvidos para o turismo são isolados, visando apenas o agronegócio, destinados a fazendeiros, criadores de animais e empresários do agronegócio. Pouco se falou em apresentações culturais e visitas a pontos turísticos, com exceção do roteiro por Foz do Iguaçu, específico para turismo. Houve uma precipitação em lançar os roteiros, primeiro apresentados em Londrina e posteriormente em Curitiba pela ADETUNORP. Foi mencionado pela ADETUNORP que esses roteiros já estariam sendo comercializados por duas agências de viagens da cidade de Londrina, mas somente uma respondeu à solicitação de envio de orçamento. Percebe-se nitidamente que os roteiros foram feitos na improvisação, sendo que foram enviados somente três dos seis roteiros solicitados. Nota-se que não correspondem ao que foi apresentado, pois os temas são diferentes, como a “rota do gado” e a “rota das cooperativas”. Nos roteiros não são mencionados os pequenos municípios da região, como Cambé, Rolândia e Apucarana. Como já discutido anteriormente, prevalece uma visão equivocada do Programa de Regionalização do Turismo,

mostrando claramente que as políticas acabam sendo interpretadas de forma diferente das apresentadas, pois os roteiros devem ser mais do que simples rotas.

Ainda neste dia foi dito por uma pessoa da mesa, um agente público estadual que não será identificado, que “os proprietários rurais cheguem a construir *resorts*”. Essa afirmação está equivocada, pois não corresponde às Diretrizes do governo para o Turismo Rural, que diz que:

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, pelo resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural (BRASIL, 2003b, p. 14).

Portanto, a construção de *resorts* pelos proprietários rurais de acordo com a afirmação do secretário não corresponde aos interesses da realidade da maioria dos empresários do setor que possuem pequenos estabelecimentos com poucos funcionários.

Vale ressaltar que a SETU lançou em 2007, os resultados de uma pesquisa para o turismo no estado. Intitulado “Estatísticas do Turismo no Paraná 2000/2006”. Fazem um estudo sobre os atrativos turísticos do estado, uma análise geral da hotelaria, passageiros em aeroportos, rodoviárias, ferroviárias e terminais marítimos nos municípios de Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e da região do litoral e região dos municípios lindeiros do lago de Itaipu. Analisam e apresenta-se dados sobre a residência permanente dos visitantes nestes locais, qualificação da cidade, intenção de retorno e indicação para outras pessoas, motivo e forma de viagem, hospedagem e transporte. Verifica-se a imagem da cidade, conceituação da infra-estrutura. De acordo com este documento (PARANA, 2007), as pesquisas realizadas pelo Departamento de Estatística do estado foram baseadas em pesquisas primárias (dados processados pelo Departamento) e outros secundários (dados coletados e agrupados).

Já na área da educação, um aspecto positivo que chama a atenção na gestão atual do governo estadual, aspecto esse iniciado em 2003, permanecendo

o mesmo após a reeleição no final de 2006, é a implantação de cursos técnicos profissionalizantes na área de Turismo. Os cursos profissionalizantes de nível técnico foram quase todos fechados na gestão anterior e, em 2004, retornaram com cursos de diferentes áreas determinadas pelo Ministério da Educação. No Quadro 11, seguem os municípios que possuem os cursos técnicos em Turismo, a quantidade de cursos na cidade e em que região do estado se encontram.

**QUADRO 11** – Municípios e a quantidade de cursos técnicos que possuem

	<b>Cidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Região turística</b>
1	Apucarana	1	Norte
2	Cascavel	1	Costa Oeste
3	Castro	1	Campos Gerais
4	Curitiba	3	Costa Leste
5	Foz do Iguaçu	1	Vale do Iguaçu
6	Palmeira	1	Campos Gerais
7	Ponta Grossa	1	Campos Gerais
8	Prudentópolis	1	Campos Gerais
9	Santa Mariana	1	Norte
	<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	

Fonte: Dados coletados durante curso em Curitiba sobre os Cursos Técnicos em Turismo em abril de 2007. (DOMINGOS, 2007).

Os cursos Técnicos em Turismo foram implantados em alguns colégios estaduais do Paraná e são ofertados gratuitamente – alguns ofertando concomitantemente o Guia de Turismo Regional. Este curso de guia era ofertado anteriormente somente por escolas particulares. Pela primeira vez o governo estadual, através da Secretaria Estadual de Educação, se preocupou com esta área para formação de profissionais da base operacional, apesar de não atenderem a real necessidade das empresas do setor turístico, como camareiras, *barmanns*, garçons e outros. São profissões que realmente apresenta carência de mão-de-obra qualificada e esses cursos não possibilitam tal formação. Assim, o mercado de trabalho se torna mais restrito, bem como somente poderem se formar como guia de turismo regional, ou seja, podendo atuar somente no estado do Paraná. Dessa maneira ficam impossibilitados de atuarem em viagens interestaduais, restringindo seu campo profissional, em que guias sem autorização continuam realizando viagens e excursões, para os principais destinos turísticos do país. A Secretaria de

Educação não quer discutir a autorização desses cursos de Guia de Turismo Nacional. Uma questão que chama a atenção é a distribuição desses cursos de turismo no estado, pois eles se encontram, na sua maioria, em regiões turísticas como Campos Gerais, Norte, Costa Oeste, Leste e Vale do Iguaçu. Em quantidade, se concentram mais na região dos Campos Gerais e Curitiba, mas cada região do estado possui pelo menos um curso.

Após toda uma análise das políticas públicas na esfera supranacional, nacional e estadual, veremos no próximo capítulo como toda esta estrutura interfere na atividade turística de um pequeno município, no caso, o município de Rolândia no norte do Paraná.

## 5 A ESCALA LOCAL

Este último capítulo tem como objetivo apresentar o município de Rolândia, local de realização do estudo de caso dessa pesquisa, e demonstrar através de análises e interpretações o resultado das entrevistas com os principais agentes públicos e comunidades envolvidas com a questão do turismo no município. Os motivos da escolha de Rolândia estão relacionados aos questionamentos de como as políticas públicas federais, estaduais e municipais influenciam no desenvolvimento da atividade turística local. O fato de residir há 16 anos no município e ter desenvolvido uma pesquisa sobre a relação entre meio ambiente e turismo como Trabalho de Conclusão de Curso na graduação (AMADEU e DOMINGOS, 2003), bem como estagiar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo também contribuíram para estudar este tema.

Como metodologia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso que, segundo Barros e Lehfeld (1990), no campo das ciências sociais é uma metodologia voltada para a coleta de informações sobre vários casos ou um específico. É considerada uma metodologia qualitativa de estudo, pois não há preocupação com dados estatísticos. Nesta pesquisa utilizou-se como estudo de caso o município de Rolândia e, para a coleta de informações, utilizou-se a entrevista, que é:

[...] uma técnica de coleta de dados que supõe o contato face a face entre a pessoa que recolhe e a que fornece informações, em geral sobre si própria, muito embora tais informações possam se referir a outras pessoas e eventos relevantes [...] (MOURA; FERREIRA e PAINE, 1998, p. 77).

Segundo Barros e Lehfeld (1990, p. 81), uma das características da entrevista é que ela “[...] é uma técnica que permite o relacionamento entre entrevistado e entrevistador”. Isso é muito interessante, pois enriquece a pesquisa ao verificar *in loco* a realidade das pessoas envolvidas com o tema. É necessário ressaltar também que essas entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos entrevistados, com uma exceção. Optou-se pelas entrevistas semi-estruturadas, seguindo-se um roteiro preliminar de perguntas (Apêndice A), pois elas são flexíveis e se adaptam à situação concreta, tendo assim o entrevistador a liberdade de

acrescentar ou eliminar perguntas quando necessário para aprofundar e esclarecer pontos importantes ao assunto. A amostragem foi intencionalmente direcionada, pois foram entrevistadas 10 pessoas que possuem características específicas para refletir a opinião do assunto principal, selecionando-se os locais para encontrá-las (MOURA, FERREIRA e PAINE, 1998). Optou-se por não divulgar os nomes dos entrevistados, visto que o nosso interesse são suas opiniões frente aos temas relacionados a esta pesquisa, já que todos eles estão envolvidos com o turismo. Para identificá-los será utilizada a numeração que vai de um a dez, de acordo com sua realização.

## 5.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A vinda dos alemães para a América do Sul, mais especificamente para o Brasil, é mais recente se comparada à de outros povos europeus como holandeses, espanhóis, portugueses e franceses. Data do século XIX, e se deve à orientação político-comercial das grandes potências coloniais. No princípio vieram médicos, cientistas, militares e outros; comerciantes, entretanto, vieram somente após a proclamação do Imperador Dom Pedro I em 1822 – que abriu as portas também para os alemães poderem viver neste país. As primeiras colônias alemãs com seus imigrantes lavradores e sitiantes surgiram no sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul. Municípios atualmente importantes, como Joinville, em Santa Catarina, nasceram destas colônias (PRUSSER, 1957). Os alemães se interessaram pelas terras do norte paranaense, mas tudo começou com os ingleses, fundando Londrina – “a pequena Londres” – no início da década de 1930:

[...] pois as Companhias que se incumbiram da colonização e da construção da estrada de ferro nesta parte do Paraná eram de origem inglesa – a «Companhia de Terras Norte do Paraná» e a «Companhia Ferroviária de São Paulo - Paraná», ambas sucursais da «Paraná Plantations» [...] (PRUSSER, 1957, p. 122).

O diretor da Paraná Plantations de Londres, o general Asquith, os responsáveis pela Companhia de Terras Norte do Paraná e os diretores da

Sociedade para Estudos Econômicos em Além-Mar, permitiram a criação da colônia Roland, hoje Rolândia. O responsável pela vinda dos alemães a esta colônia foi seu posterior diretor nascido na região de Breemen na Alemanha, Oswald Nixdorf. De acordo com Prusser (1957, p. 122), “Era ele agricultor estudado com experiências práticas em Sumatra, nas Índias Holandesas, tendo voltado à Alemanha em fim de 1931 à procura de uma nova colocação no exterior [...]”. Na época em que foi convidado a ir à Inglaterra conversar com o presidente da *Plantations*, trabalhava para uma dessas companhias inglesas na Argentina. Nixdorf foi nomeado procurador da Sociedade de Estudos e se encarregou de anunciar os benefícios da terra fértil e promissora que as famílias alemãs iriam escolher para viver. O objetivo de Nixdorf era, portanto, atrair as famílias alemãs para virem morar no norte do Paraná. A Companhia de Terras ficou responsável pela repartição e distribuição dos lotes, estabelecendo as condições para seu pagamento e planejamento de toda uma infra-estrutura – incluindo transporte, hospedagem e alimentação – que pudesse amparar as famílias que chegassem. Essa posição da companhia foi fundamental para ampará-los neste momento.

Segundo Prusser (1957), a Companhia queria valorizar a região, pois, quanto mais colônias se formassem no norte do estado, mais a região ficaria atrativa e, conseqüentemente, viriam mais pessoas, interessadas em morar nestes locais. Nixdorf precisou buscar um local distante de Londrina para fundar a colônia alemã:

[...] saindo de Londrina, Nixdorf foi escolher as terras apropriadas para a colônia em mira, um serviço não muito fácil, pois a Companhia queria ver isso o quanto mais distante, a fim de valorizar os terrenos entre essa e os patrimônios já existentes (PRUSSER, op cit, p. 21).

Dessa maneira, para chegar à futura colônia Roland Nixdorf partiu de Londrina, que nesta época tinha sua meia dúzia de ruas dentro da mata fechada, passando pela colônia do atual patrimônio do Heimtal, sete quilômetros ao norte (composta por russos-alemães). Eles ajudaram muito esses novos exploradores, posto que já estavam ali há mais tempo, e tinham experiência e conhecimento da região. Para chegar ao local exato, tinham que fazer a abertura da mata – com todas as dificuldades da época.

De acordo com Villanueva (1974, p.52), “[...] a primeira casa de madeira construída em Rolândia foi a de Eugenio Larianoff, um paulista que trabalhava na CTNP, que foi o hotel Rolândia, casarão grande e bem dividido, com duas alas de quartos e amplo salão de refeições [...]”. Este hotel foi construído em 1934 e ainda está em funcionamento, sendo que quase nada foi alterado na sua estrutura física, tornando-o assim, além de um equipamento turístico, um potencial atrativo para o município. De acordo com entrevistas, segue uma citação que ressalta a importância dos alemães para o turismo no município:

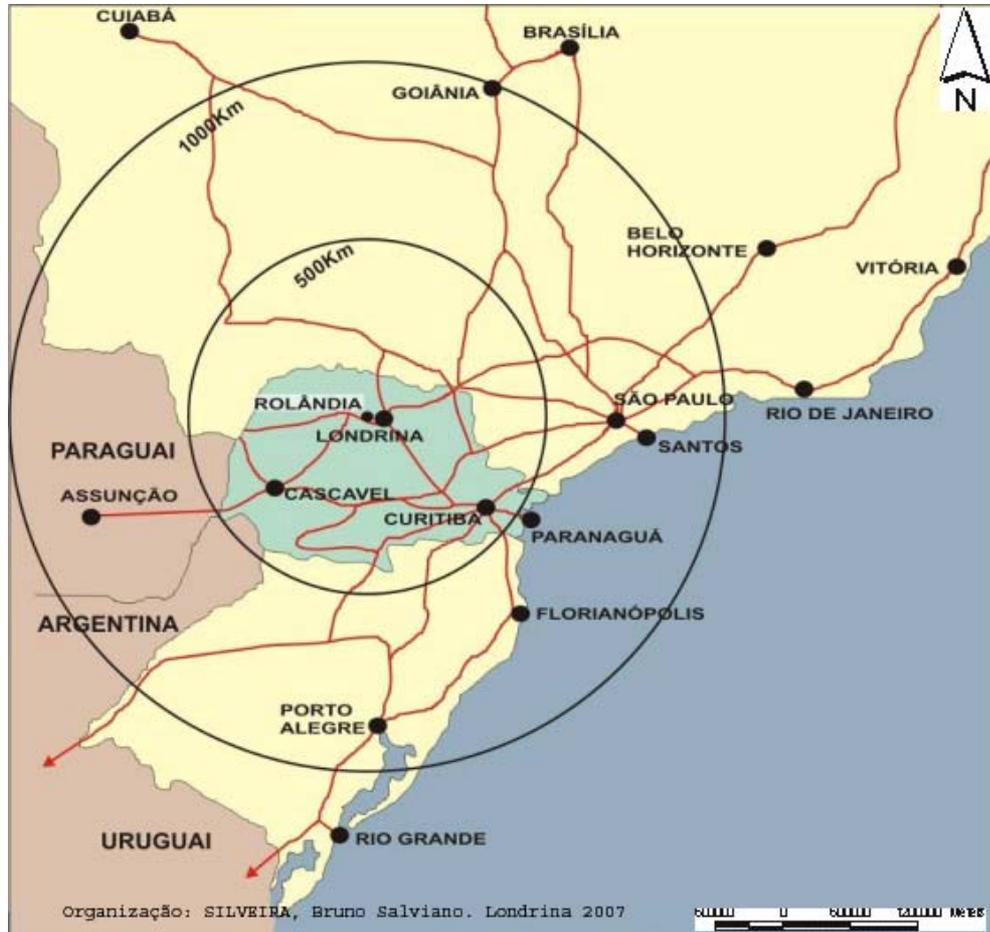
Quando se fala de turismo, todo mundo se lembra da colônia alemã, da sua culinária e da cultura. Apesar de termos também a cultura japonesa e a italiana, a que se sobressai é a alemã. Isso é um potencial muito grande e as pessoas não percebem isso (ENTREVISTA 04).

Compreender a origem da colonização alemã em Rolândia é fundamental, pois ela influenciou significativamente na história do município, já que uma grande parte dos seus atrativos turísticos tem origem nessa cultura.

## **5.2 O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**

A posição geográfica do município de Rolândia, de acordo com Schwengber (2003, p. 45), “[...] é determinada pelas coordenadas geográficas de 23º, 18’, 35” de latitude sul e 51º, 22’, 9” de Longitude W [...]”. Como o município está entre a linha divisória da zona Equatorial e a Temperada, o seu clima é temperado e seco, de topografia levemente ondulada, possuindo 96,7% de área mecanizável. De acordo com o Plano Diretor do município de Rolândia (2006), fazem limites com Rolândia os municípios de Jaguapitã (norte), Arapongas (sul), Pitangueiras e Sabáudia (oeste), e Cambé (leste). Rolândia possui dois distritos, Nossa Senhora da Aparecida (Bartira) e São Martinho. Rolândia é também privilegiada por sistemas hidrográficos, pois possui uma quantidade razoável de rios, córregos e vertentes. Os principais rios que fazem parte deste município são: Bandeirantes, Ribeirão Vermelho, Ema e Cafezal. Córregos importantes, como o

Elefante, Jaú, Tucum, Caiubi, Macuco e Bule, também fazem parte da hidrografia. Na Figura 03 está o mapa que localiza Rolândia no Paraná, ao sul do país:



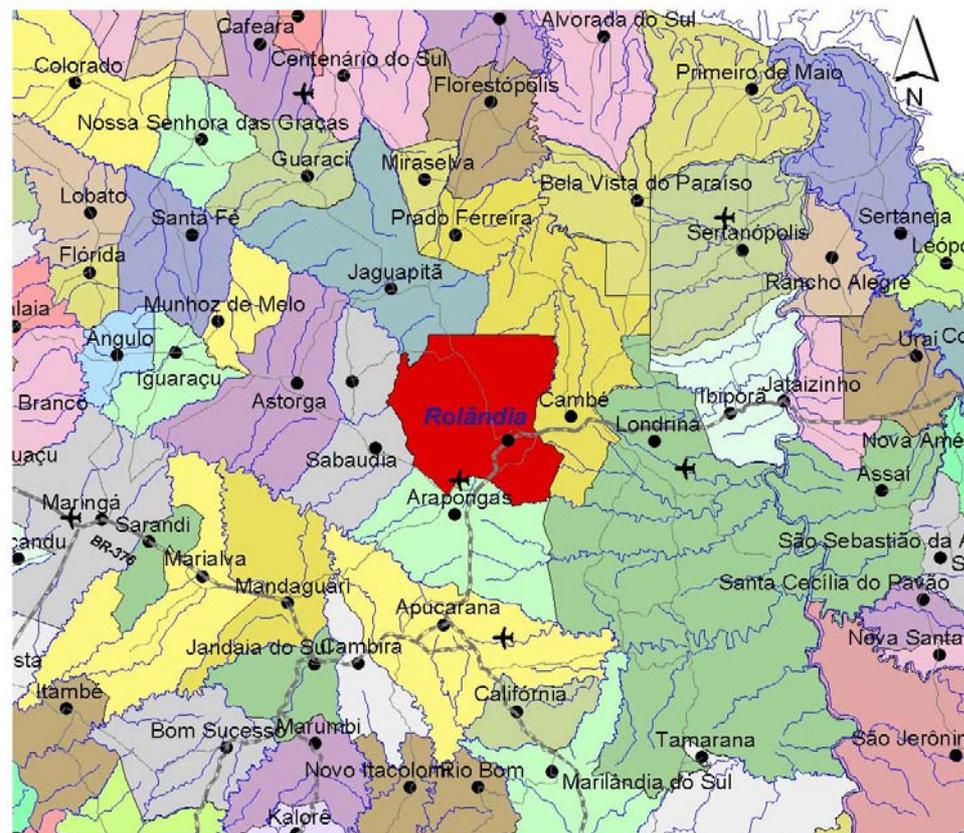
Fonte: Rolândia, 2006.

**FIGURA 03** – Localização de Rolândia no sul do Brasil.

Quanto às principais vias de acesso, Rolândia é ligada pela BR 369 à capital paulista numa distância aproximada de 560 quilômetros e à capital paranaense, Curitiba, é ligada pela BR 379, com distância aproximada de 385 quilômetros. Do mais importante porto do Estado, em Paranaguá, dista 480 quilômetros. Outras estradas interligam o município com cidades de São Paulo e Oeste e Sudeste do Paraná, sendo todas elas asfaltadas. O sistema ferroviário que divide o município é atualmente um dos grandes problemas de falta planejamento urbano, pois acaba gerando alguns transtornos aos moradores, como o fato do pátio de manobras localizar-se muito próximo ao centro da cidade. Os trilhos, que atravessam a cidade, atrapalham o trânsito de veículos e bicicletas quando os

vagões para descarregar ou carregar produtos durante algum tempo. Esta estrada de ferro teve grande importância histórica para Rolândia, pois a ligava a São Paulo – possibilitando a vinda de muitos imigrantes e migrantes. Atualmente é administrada pela América Latina Logística Brasil S.A. (ALL) (SCHWENGBER, 2003).

Com uma população de 49.410 habitantes (2000) e área terrestre de 467,310 Km<sup>2</sup>, Rolândia tem densidade populacional de 108,21 habitantes/Km<sup>2</sup>, superior à média da Mesorregião do Norte Central Paranaense (74,61 habitantes/Km<sup>2</sup>) e à do Estado do Paraná (47,88 habitantes/Km<sup>2</sup>) (ROLÂNDIA, 2006). Na Figura 04 o município de Rolândia em destaque no norte do Paraná:



✈ Aeroportos      - - - - Rodovias Federais      — Rodovias Estaduais      — Rios  
 Organização: Silveira. B. S. Região de Rolândia, 2007  
 7000 0 7000 14000 Meters  
 1:700000

Fonte: Rolândia, 2006

**Figura 4** – Localização de Rolândia no norte do Paraná

No norte do Paraná, um dos recobrimentos de floresta importante é a floresta estacional semidecidual, mas o processo de colonização da região para o desenvolvimento do setor primário, ou seja, devido às atividades rurais – especialmente a agricultura – em expansão, teve como consequência uma redução drástica desta floresta. Os dados do IBGE (ROLÂNDIA, 2006) de 1985 indicavam a existência de matas naturais em apenas 2,16% dos 1.155 hectares da área total do município. Ainda segundo o IBGE, em 1995 as áreas de matas nativas, somadas às áreas produtivas não utilizadas, totalizavam apenas 4,52% das terras ou 1.705 hectares. As áreas de pastagens (naturais + artificiais) representavam 15,17%, 6.029 hectares da área total do município, e as áreas de lavouras 74,80% ou 29.727 hectares. O atual Plano Diretor<sup>2</sup> do município menciona que a devastação da floresta é de tal ordem que não são observadas as determinações do Código Florestal (Lei Federal n. 4771/65, Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA 302/2002), que exige 20% da área das propriedades como reserva legal (ROLÂNDIA, 2006). Na Figura 05 observa-se o atual centro comercial com canteiros floridos, graças à última gestão municipal, que teve uma maior preocupação com o paisagismo ao fazer diversos canteiros pela cidade.

---

<sup>2</sup> Uma parte do rascunho do Plano Diretor de Rolândia foi enviada via *e-mail* no dia 11 de junho de 2006.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 05** – Centro Comercial de Rolândia

As principais áreas de matas nativas estão em algumas propriedades rurais como na Fazenda Carambola, Fazenda Luz do Sol, Fazenda São Geraldo, Fazenda Balu, Fazenda Pito Aceso (que abastece de água o distrito de São Martinho), Fazenda Bimini, Mata do Campaner e Fazenda Bela Vista. Na área urbana da cidade, a legislação impede o parcelamento do solo para fins urbanos a 70 metros dos cursos de água. Tendo em vista a quantidade de fundos de vales existentes nas proximidades da área urbanizada, o atual Plano Diretor do Município aponta que Rolândia tem a possibilidade de criar parques lineares urbanos e desse modo se constituir no futuro em um dos municípios de maior qualidade ambiental do norte do Paraná. Isso é muito questionável, já que no município faltam espaços para lazer, inexistindo locais públicos para que a população tenha contato com a paisagem natural, como um bosque, parque ou outro tipo de Unidade de Conservação. A proximidade das áreas urbanizadas das áreas de plantio de lavouras e a necessidade de pulverizações com agrotóxicos é causa de conflitos entre habitação e atividades relacionadas à agricultura (ROLÂNDIA, 2006). Outro problema é o atual aterro sanitário da cidade – localizado na zona rural –, causa de conflitos com a comunidade local, que freqüentemente manifesta-se em

protestos alardeando a temerosidade com relação aos efeitos da poluição. Esse é o caso da Fazenda Bimini, que fica próxima ao aterro, e é conhecida pelo trabalho de Educação Ambiental à comunidade do município e região.

### 5.3 OS RECURSOS E AS POTENCIALIDADES DE ROLÂNDIA PARA O TURISMO

Entende-se por potencialidades determinados atrativos, sejam eles materiais ou imateriais, que uma localidade possui e que precisam ser adequados para se tornarem atrativos turísticos. Devem ser planejados adequadamente, oferecendo a infra-estrutura necessária para que sejam aproveitados para o turismo, em benefício principalmente da comunidade local. Já os recursos turísticos são os atrativos que o município possui e já estão estruturados para receber visitantes.

De acordo com o Presidente do Conselho Municipal de Turismo, a atividade turística em Rolândia é recente. A primeira pousada para turismo rural foi criada para atender as pessoas que vinham participar da *oktoberfest*, festa alemã criada em 1988 e que, na época, atraía grande número de visitantes de municípios e estados vizinhos. Essa festa ainda hoje é muito importante para o turismo no município, porém não atrai mais o mesmo número de visitantes da região por não possuir mais todas as tradições culturais de quando criada. Como será adiante apresentado, existem alguns outros atrativos que, se adequados e planejados, podem ser ofertados a visitantes (excursionistas e/ou turistas), além de alguns projetos turísticos em andamento. Conforme as entrevistas realizadas, segue o que a grande maioria opinou sobre turismo no município:

Rolândia é um dos municípios da região que tem melhores condições para o turismo, sobretudo no que se refere ao turismo rural. Rolândia é um município colonizado pelos alemães e evidentemente todas as fazendas, as construções em madeira da época permanecem até hoje com alguma estrutura (ENTREVISTA 01).

O turismo rural é um dos segmentos com potencial para ser desenvolvido mais citados nas entrevistas. Em 2000, a Secretaria de Turismo lançou um esboço de um mapa turístico (Anexo B) sobre como seria a futura “Trilha

dos pés vermelhos”, com a participação de alguns proprietários rurais da região, mas esta trilha não chegou a ser implantada – mesmo porque alguns dos atrativos não estavam preparados para receber visitantes. Considerada a rainha do café, no auge da cafeicultura nas décadas de 1950 e 1960, Rolândia possui em sua área rural antigas instalações que podem ser utilizadas para o turismo, algumas com arquitetura européia.

Não é para amanhã isso, mas vai acontecer, então o COMTUR está meio parado porque não tem aonde ir. O que nós vamos fazer? Potencial existe, gente animada e interessada existe só que infelizmente estão faltando infra-estruturas (ENTREVISTA 05).

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) chegou a fazer, quatro anos atrás, um inventário na área rural dos locais com potencialidade turística. Com isso, detectou-se que a estrada de São Rafael, que já trabalha com o turismo, a Pousada das Alamandas, o SPA Recanto das Figueiras e a comunidade do Dezinho, ilustrada com a capela São Pedro (Figura 06), deveriam ser o projeto principal para o desenvolvimento da atividade turística no município.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 06** – Capela São Pedro (Comunidade Dezinho)

Como relatado nos depoimentos, a maioria das pessoas acredita no potencial turístico do município, porém, esse potencial não está sendo desenvolvido. Apesar das divergências sobre essas potencialidades – pois cada um defende um tipo de turismo específico, como o rural, o gastronômico, o cultural e o tecnológico –, acredita-se que, caso haja um apoio maior da administração pública, futuramente o turismo receberá um fluxo maior de visitantes no município.

O turismo em Rolândia tem tudo para ser um turismo forte e estamos trabalhando para que ele possa se fortalecer cada vez mais. Nós estávamos fazendo alguns trabalhos de pesquisa para adequar os pontos que precisavam ser melhorados. Rolândia tem um potencial muito forte para se dar bem com a parte turística (ENTREVISTA 07).

Porém, há quem acredite que não há turismo no município: “Na verdade o turismo nem existe, não funciona” (ENTREVISTA 04). Apesar de ter dito isso, esta mesma pessoa volta a afirmar, ao longo da entrevista, que o município tem potencialidade, mas falta desenvolver.

É importante destacar ainda a análise que CALVENTE (2004a, p. 46) faz sobre o produto turístico ao afirmar que na realidade “[...] é a soma dos atrativos, que gera a corrente turística até o lugar, das facilidades e dos acessos. Fator extremamente importante é a distância da área até centros urbanos importantes, de onde sai a demanda [...]”. Neste sentido, o município de Rolândia, através de seus organismos competentes, terá de melhorar os atrativos para que tenha condições de receber os visitantes. O COMTUR fez no ano de 2005 um inventário dos equipamentos e pontos turísticos, propondo melhorias posteriormente apresentadas aos empresários de Rolândia. De acordo com a ex-secretária de turismo da cidade, algumas mudanças surtiram efeito, como as reformas feitas pelos restaurantes. Quanto à distância, os atrativos da zona rural ficam próximos à cidade, o que é um fator muito positivo por evitar grandes deslocamentos dos visitantes, facilitando a ida a estes locais.

Como centros urbanos importantes próximos ao município, têm-se os municípios de Londrina e Maringá. Em entrevista, uma participante do COMTUR diz que falta a Secretaria Municipal de Turismo realizar uma pesquisa para saber de onde e como são os visitantes que chegam ao município, pois, de acordo com ela, o município recebe pessoas vindas de municípios próximos como Florestópolis,

Porecatu, Prado Ferreira e outros. Residentes de municípios em um eixo de 150 quilômetros de distância de Rolândia param na cidade e pegam um outro ônibus até Londrina para fazer tratamentos médicos. Como os ônibus de suas cidades geralmente não vão direto para Londrina, os passageiros precisam pegar um outro ônibus até lá e, enquanto ficam esperando este ônibus, muitas pessoas aproveitam o tempo para fazer compras na cidade. Esse é um fato interessante que em nenhuma outra entrevista foi mencionado. É realmente necessário fazer uma pesquisa na rodoviária para verificar o perfil desses visitantes, pois ali pode estar um nicho de mercado desconhecido até então que poderia ser aproveitado pelo turismo de compras.

Já a pousada das Alamandas, localizada no eixo de turismo rural do município, recebe visitantes da região, mas de municípios maiores, como Maringá, Londrina e de municípios do estado de São Paulo. Portanto, é certo que se faz necessária a realização urgente de um estudo de demanda para o município, o que ainda não foi feito. Durante a Oktoberfest também poderia se fazer um levantamento da demanda para analisar a origem dos principais visitantes da festa, o que auxiliaria no planejamento do *marketing* turístico. A seguir, os principais recursos turísticos<sup>3</sup> que o município possui.

#### **5.4 OS RECURSOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**

##### **a) Museus**

O museu agrícola da colonização do Paraná, mais conhecido por museu japonês (Figura 07), está localizado na estrada Rolândia/Pitangueiras, quilômetro 1. Foi construído e é mantido pela Aliança Cultural Brasil-Japão-Paraná e inaugurado por ocasião dos festejos dos 70 anos da imigração japonesa no Paraná (IMIN 70), em junho de 1978. Nele é possível encontrar peças antigas ligadas à cultura japonesa, assim como pinturas, roupas, artesanato e ferramentas de trabalho no campo, além de um típico jardim japonês.

---

<sup>3</sup> As informações sobre estes recursos foram obtidas por documentos da antiga Secretaria de Cultura no ano de 2005.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 07** – Museu Agrícola da colonização do Paraná

Também foram construídas duas casas, sendo uma de palmito para representar os antigos ranchos habitados pelos imigrantes japoneses no norte do Paraná (Figuras 08 e 09). Essas duas casas contêm todos os utensílios de trabalho e domésticos utilizados na época. Possui ainda uma estátua em bronze em tamanho natural que mostra uma família de imigrantes japoneses e estátuas grandes de animais como um dinossauro. Na área não construída, está prevista a construção de um parque temático para comemorar o centenário da imigração japonesa no Paraná. Rolândia é privilegiada nesta questão cultural, por isso muitos acreditam nesse potencial para desenvolver este tipo de turismo.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 08** – Primeira casa do pioneiro japonês



Fonte: Pesquisa de campo. (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 09** – Segunda casa do pioneiro japonês

O museu municipal (Figura 10) foi criado em 1989, pela Lei nº 1939/89 e reúne objetos, documentos e depoimentos dos pioneiros, com um grande acervo de fotos que contam a história do município. Possui ainda um espaço para obras de arte a fim de apoiar os artistas locais nas exposições. Este museu é mantido pela Prefeitura e localiza-se no centro da cidade.

De acordo com ROLÂNDIA (2007), no ano de 1975, o Município recebeu como doação um trator, para a formação de um Museu, o qual ficou por duas décadas em um galpão do Município. Em 1983 teve início, dentro do Departamento de Cultura, a criação de um pequeno acervo, onde se recolheu fotos, depoimentos de pioneiros, juntamente com alguns objetos, através da professora e historiadora Cláudia Francisca Portelina Schwengber. Em 1989, através da Lei Municipal n 1939/89 foi criado o Museu Municipal. Em 1994 deixou as dependências do Departamento de Cultura para ser instalado em um prédio do Estado, sendo que este se constituía inadequado. No ano de 1995, foi mais uma vez transferido, agora para uma residência locada pelo Poder Público, passando no ano seguinte, mais precisamente, em 20 de dezembro de 1996, para outro prédio do Estado. Embora o espaço seja ainda insuficiente e inadequado para o Museu, assim denominado pela Lei, o Museu Municipal de Rolândia possui um arquivo contendo documentos, fotos, reportagens, referentes à história do município e região. Está localizado no centro da cidade e é aberto ao público de segunda a sexta-feira.



Fonte: Pesquisa de campo. (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 10** – Museu municipal de Rolândia

Outro museu que poucos conhecem é o museu sacro (Figura 11). Ele fica na Igreja católica Matriz São José. É um museu que foi fundado em 29 de junho de 1987 e contém peças sacras como duas batinas e 18 casulos completos em forma de violão usadas em dias de festa para rezar a missa nas décadas de 1930, 40 e 50 pertencentes ao Padre José Herions e a batina do Bispo Dom Geraldo Fernandes, umas das poucas coleções de paramentos religiosos na região. Também cadernos, agendas e diários do Padre José Herions e manuscritos onde anotava tudo referente a sua chácara, a Igreja, a cidade e a sua vida particular. Não fica aberto permanentemente e só recebe visitas com agendamento prévio.



Fonte: ROLÂNDIA, 2007.

**FIGURA 11** – Museu sacro

O museu do café, ou do imigrante, um outro museu de Rolândia, foi idealizado primeiramente pelo Sr. Tobias Schauff, que montou um museu da sua família. Este museu ficava abaixo de uma caixa d'água na fazenda Santa Cruz. O Sr. Tobias precisou vender a fazenda e mudou-se para uma outra, mas na nova fazenda não havia espaço para montar o museu.

Em conversa com o proprietário do SPA Recanto das Figueiras, que desde 1998 tinha a idéia de montar um museu do café em sua propriedade, este sugeriu que o Sr. Tobias levasse as peças para o novo local em 1999. O museu do café, como diz o Sr. Tobias é um “museu dentro de um museu”, pois ele foi montado na parte de baixo da antiga tulha de café.

A Sra. Inge Vendas também contribuiu para a organização deste museu doando inclusive quatro quadros a óleo de sua mãe Nanuk, nome do atual Centro Cultural do município. A esposa do Sr. Tobias, Cecília Schauff, cadastrou todas as peças, mas após seu falecimento esse cadastro não teve continuidade.

Muitas pessoas do município contribuíram para que o museu pudesse ter a quantidade de peças que tem atualmente, pois além das peças que ficam em seu interior, há também carroças e outros equipamentos na parte externa. Stephan Gaier contribuiu doando as réplicas feitas com palitos de sorvete da igreja Matriz São José, de São Rafael e da primeira capela de Rolândia – que ficava na chácara do Padre José Herions. O Sr. Iut, que tinha uma madeireira, doou algumas peças e ferramentas, como serrotes, para que fosse feita também uma réplica da Igreja Luterana de Rolândia. A família Saegesser, proprietária da pousada Marabu, doou uma prensa em madeira para óleo vegetal de 1943. A maioria das carroças veio da fazenda Santa Cruz. No museu existem diversas peças, eletrodomésticos e utensílios domésticos, de higiene pessoal, objetos de decoração e outros utilizados no dia a dia de uma fazenda na época da colonização do município. Na área externa há algumas ferramentas como debulhadores de milho e carroças antigas.

O museu (Figura 12), com a orientação de uma funcionária do SPA –, de alguns amigos, parentes e uma museóloga de Rolândia, foi limpo e foram organizadas as peças para que o museu pudesse ser inaugurado em 20 de julho de 2004, pois neste dia o Sr. Caio Kochweser, ex vice Ministro das finanças da Alemanha veio visitar o SPA e juntamente com o Sr. Tobias e outros convidados fez uma comemoração simbólica para que o museu fosse inaugurado.

O museu é pouco conhecido pela comunidade, mas recebe algumas visitas de europeus a parentes em Rolândia. Todas as terças-feiras os hóspedes do SPA fazem uma visita para conhecer o museu. Abre somente para visitas com agendamento, conforme disponibilidade.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 12** – Museu do café

Existe ainda um projeto lançado recentemente para a construção de um museu do rádio. Nele estarão expostas peças antigas da mídia rádio. Uma emissora da cidade já está solicitando que a comunidade doe objetos, fotos, peças, equipamentos ou qualquer outro material que possa fazer parte do acervo.

#### b) Igreja Matriz São José

Constitui um dos prédios mais importantes da cidade e é considerada umas das mais belas igrejas do Paraná. De acordo com o Inventário Turístico do Município (ROLÂNDIAAb, 2007) em 1935 veio da Alemanha o Padre José Herions, para administrar seus ministérios sacramentais em Rolândia. Em 19 de março de 1938, foi concluída a construção da igreja em madeira e em 1942 é criada a Paróquia de Rolândia e Padre José Herions é nomeado o Primeiro Vigário oficial da cidade.

Em 1947 foi fundada a Primeira Comissão para a Construção da atual sede da Igreja Matriz. E em 17 de outubro de 1948, com o trabalho de voluntários da comunidade iniciou-se a construção da atual Igreja (Figura 13). Porém

ela foi inaugurada em 01 de maio de 1955, ainda inacabada. Padre Carlos Bonetta ao assumir a Paróquia em 1954, concluiu a obra com o acabamento interno da igreja, tendo como artista dos afrescos o senhor Franciscus Pavlovic, nascido em 1892 na Eslovênia, que chegou ao Brasil em 1923 onde decorou e pintou outras 13 igrejas e capelas em alguns municípios do país. A pintura “Glória de São José” no arco da Igreja Matriz foi feita nos últimos meses de 1966. A abside do altar-mor “A Glória do Deus-Trino”, (visão do Profeta Ezequiel), foi pintada pelo sobrinho de Franciscus, Alberto Pavlovic, de Bauru, entre janeiro e setembro de 1966, o qual aprendeu a arte com o tio.



Fonte: Pesquisa de campo. (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 13** – Igreja Matriz São José

Após 1962, oficialmente terminam-se os últimos detalhes da Igreja. Possui ainda em seu interior obras artísticas de grande valor cultural, com destaque para as 14 estações da Via Sacra entalhadas em madeira por Conrado Josef Mozer, sendo que o Crucifixo da Capela do Centro Comunitário também é de sua autoria. Também em madeira, o Púlpito foi esculpido pelos artistas Edith StremLOW e Eovaldo Cotting.

Possui ainda grandiosos vitrais coloridos feitos pela empresa paulista “Vitrais Galliano”, em 1957. Tem em seu interior ainda algumas pinturas em óleo sobre tela com representações bíblicas, entre elas uma tela do século XVII e os trabalhos artísticos do pintor rolandense José Dias. Localiza-se na área central da cidade, mas devido a atos de vandalismo a igreja não permanece aberta o dia todo, apenas nos horários das cerimônias. Pode ser visitada mediante agendamento na Casa Paroquial.

### c) Igreja Luterana

De acordo com o Inventário turístico do município (ROLANDIAa, 2007), a igreja Luterana foi inaugurada em 04 de setembro de 1949. A arquitetura lembra o estilo gótico das igrejas da Alemanha e a sede atual foi construída em tijolos e no interior encontram-se vários detalhes em madeira. O projeto foi trazido da Alemanha e a própria comunidade foi a responsável pela construção. Na torre encontram-se três sinos, de tamanhos diferentes, com as inscrições: Fé, Amor e Esperança. Esses sinos foram fabricados em Curitiba. A comunidade Lutero Evangelista de Rolândia foi fundada em 1º de janeiro de 1937, com o objetivo de atender aos imigrantes vindos da Alemanha. O primeiro pastor, Hans Zischeler, chegou em 01 de fevereiro de 1936, permanecendo à frente da comunidade por 26 anos, transferindo-se posteriormente para Joinville.

A comunidade promove duas festas tradicionais: em maio, a da colheita, e em outubro a comemoração do seu aniversário, que em 1988 foi denominada Oktoberfest, com baile, desfile de carros alegóricos e almoço, com pratos típicos da cozinha alemã, dando origem a mais famosa festa de Rolândia. Para visitação ao templo   necessário agendamento prévio, o templo está localizado no centro da cidade. Na Figura 14, sua fachada.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 14** – Igreja Luterana

#### d) Festa Alemã – Oktoberfest

Esta festa alemã que acontece em Rolândia foi inspirada em uma festa centenária realizada na Alemanha, com o logotipo utilizado na divulgação da festa (Figura 15,), com o desenho do mascote, simbolizado por um barril de chope. Em Blumenau, Santa Catarina, uma versão maior da festa também realizada no Brasil atrai milhares de visitantes. A festa em Rolândia começou em 1988 e foi criada pela igreja Luterana. Ela acontece todos os anos no mês de outubro.



Fonte: Rolândia, 2007

**FIGURA 15** – Logotipo da Oktoberfest

Para se ter uma noção da grandiosidade da festa, em 1988 recebeu 1500 visitantes e em 1995, apesar das chuvas intensas, recebeu 82.000 visitantes. No entanto, atualmente o número de visitantes vem caindo. De acordo com depoimento em entrevista a esta pesquisa, foi citado que:

A oktoberfest começou pela tradição alemã. É uma festa com intuito de divulgar a cultura alemã, a alegria, a culinária e a música. Ela começou pequena na Igreja Luterana por três anos. Depois aumentaram a festa, mas sempre preservando as peculiaridades, pois isso era o diferencial da nossa festa, como a comida, a cultura, as músicas e etc. Eram realizadas apresentações de corais e os shows eram as atrações com bandas de música alemã. Isso claro acompanhado de chope, que também era interessante, mas não era o principal. O chope fazia parte porque todo mundo gosta e uma festa alemã tem que ter o chope (ENTREVISTA 04).

O desfile de rua (Figura 16) também é uma grande atração. Pelo centro da cidade os grupos folclóricos, empresas, entidades e escolas da cidade se

apresentam com trajes típicos e carros alegóricos. Durante o desfile há a distribuição de chope, o que atrai uma grande quantidade de pessoas.



Fonte: Rolândia, 2007.

**FIGURA 16** – Desfile de Rua da Oktoberfest

Além disso, esse evento é considerado um atrativo turístico no calendário de eventos do Paraná. Dura dez dias e conta com três ginásios que comportam até 8 mil pessoas e um restaurante com capacidade para 2.200 pessoas sentadas. Na área externa (Figura 17) acontecem apresentações de grupos de danças típicas, bandas alemãs, barracas de alimentação e *souvenirs*.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007).

**FIGURA 17** – Área externa da Oktoberfest

A barraca mais tradicional é a da batata recheada. Atualmente as grandes atrações da festa são os bailes com bandas regionais, os shows de bandas nacionais, participação de grupos folclóricos, chope e refrigerante, pratos típicos da cozinha alemã, comercialização de artesanatos e *souvenirs*. Nas entrevistas, houve muita reclamação da participação de bandas nacionais de outros gêneros musicais como, por exemplo, sertanejo, *pop-rock* e outros, pois acreditam que isso descaracterizou a festa. Antigamente somente bandas alemãs participavam, o que era um diferencial da festa.

#### e) Pousada Rural Marabu

Há 70 anos, quando o norte do Paraná estava começando a ser desbravado, Arnold e Alice Rechsteiner, um casal de suíços, decidiram – de acordo com as informações no site da pousada (CHÁCARA MARABU, 2007) – investir em novas terras com o intuito de formar um novo lar. Para isso teriam que enfrentar alguns problemas como aprender uma nova língua, adaptar aos novos costumes, outro clima, outras plantas, animais e doenças. Arnold trabalhava como tradutor de

inglês para o alemão e nos meses de inverno era instrutor de esqui nos Alpes suíços. Acostumado ao frio maravilhou-se com o clima subtropical do Brasil. Alice trabalhava como camareira em luxuosos hotéis. Mas o casal queria recomeçar suas vidas num lugar distante da Europa, que por aqueles anos sofria uma grande crise com muitos rumores de fanatismo e guerra.

Por acaso lhes caiu em mãos um livro de um aventureiro suíço que tinha viajado pelo Brasil. No livro, o autor mencionava uma família suíça que morava em Rolândia, os "Grob". Assim, por meio desta família, o casal suíço conseguiu comprar terras da companhia de terras inglesa. Vieram de navio, que também transportava muitos outros europeus. Chegaram em 1 de outubro de 1937 ao Brasil, no porto de Santos, e depois de muitas horas de viagem chegaram a Rolândia, que naquela época tinha apenas uma estação de trem com algumas casas. Só havia mata nativa. Nos primeiros dias dormiram no hotel que havia perto da estação. Mas, rapidamente Arnold construiu um pequeno rancho com as primeiras árvores derrubadas e então puderam se mudar. Primeiramente construíram um rancho simples e ao longo dos anos construíram uma casa de peroba onde funciona atualmente a pousada. Arnold a construiu somente com a ajuda de sua esposa e de um livro que explicava como fazer as vigas e caibros. O nome "Marabú" é de um pássaro, que também dá nome ao córrego que passa pela propriedade. Na Figura 18, a sede da propriedade onde funcionam o restaurante e a pousada.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 18** – Pousada rural Marabú

Arnold não concordava com a modernização trazida pelo progresso. Seus vizinhos começaram a utilizar agrotóxicos, tratores e colhedoras, mudando toda a característica da região, fazendo desaparecer muitas espécies de animais e plantas. A poluição da cidade já podia ser percebida nos esgotos e rios, e nas cidades a poluição visual e sonora era grande para quem estava acostumado com o campo. Arnold viveu até seus últimos dias negando-se a participar desta “modernidade”; mantendo o seu pedaço de terra livre de agrotóxicos, inseticidas, pesticidas, herbicidas e adubos químicos. Era contra a utilização de máquinas para o tratamento da terra, assim como todo e qualquer ato de sofrimento para com os animais. Ele era contra a matança e o confinamento de animais para a finalidade de se produzir carne para o consumo humano, pois acreditava que sem consumir carne as pessoas vivem mais saudáveis. Depois de sua morte, Alice continuou a manter a chácara, vendendo seus produtos numa carroça na cidade. Ela também era vegetariana, passando este conhecimento para sua filha, netos e bisnetos, que até hoje cultivam esta forma saudável de viver.

Anos mais tarde, Úrsula, filha de Alice, veio morar novamente na chácara com seu marido Heino e seus três filhos, que depois de adultos e morando no exterior continuaram a morar na Chácara Marabú, não utilizando agrotóxicos nem adubos químicos. A mata nativa de 24000 metros quadrados foi mantida até hoje. Nos anos de 2005 e 2006, Úrsula e Heino foram assaltados à mão armada por três vezes e, assim, puseram a chácara à venda e foram morar na cidade. Mas os vários compradores que vieram tinham o intuito de derrubar a mata e lotear a chácara. Habitantes da cidade se juntaram dirigindo-se à prefeitura com o pedido de que a chácara e sua mata nativa fossem preservadas. Assim, por mais de oito meses esta terra estava ameaçada de ser destruída por compradores que eventualmente iriam "reestruturá-la", podendo até mesmo ser loteada para a construção de várias casas, visto que está hoje em dia próxima da cidade.

Assim reconhecendo o valor histórico e natural do lugar, familiares e amigos resolveram manter sua chácara a produção de produtos de qualidade que podem ser adquiridos na própria chácara e na feira local, como geléias, compotas e licores. Também há o almoço rural vegetariano aos domingos e a pousada rústica que geram receita para a chácara, sendo que suas atividades iniciaram este ano. A pousada tem três quartos onde podem se hospedar até seis pessoas. O café da manhã é feito com produtos da propriedade. Na pousada é servido aos sábados e

domingos, um Café Colonial em estilo Suíço, com tortas, bolos doces e salgados com receitas suíças, como Chäs wäie, Coup Bernoise, Streusselkuchen, Stängeli, Prussien, Infusion de Cynorrhodon aux fleurs d'hibiscus e o café servido é do tipo café gourmet. Há também uma trilha ecológica que atividades de educação ambiental e cavalgada para crianças. O site da pousada está disponível na língua portuguesa, inglesa, espanhola, francesa e alemã, pois recebe alguns visitantes estrangeiros (CHÁCARA MARABU, 2007).

#### f) Fazenda Bimini

Criada em 1936, prosperou com o cultivo de café na época. Localiza-se na zona rural, na PR 170, estrada de Rolândia sentido a Porecatu, e suas construções são em estilo germânico. O proprietário implantou um espaço não-formal que pudesse desenvolver a Educação Ambiental, destinado à comunidade, oportunizando o contato com a natureza. Esclarece e discute questões sobre meio ambiente, tudo gratuitamente, com atividades de visita ao casarão histórico de peroba rosa, que mede 600 m<sup>2</sup>, onde existe um acervo de um pequeno museu, a coleção de achados indígenas da região. Na figura 19, a sede da fazenda.



Fonte: Rolândia, 2007

**FIGURA 19** – Fazenda Bimini

Realiza visitas a arboretos, áreas de reflorestamento e mata ciliar. Possui banheiros ecológicos mostrando o funcionamento e o tratamento de efluentes. A Fazenda Bimini enfrenta um grande problema – já citado anteriormente –, a localização próxima ao aterro sanitário do município. Apesar deste problema, o projeto da Fazenda Bimini ganhou o primeiro lugar na categoria Humanidade na edição de 2005 do Prêmio Ambiental Von Martius na Alemanha. O proprietário da fazenda também apresentou esse projeto em sua dissertação nesse mesmo mestrado.

#### g) Estátua Roland

Na década de 1950, alguns comerciantes da cidade de Bremen, na Alemanha, visitaram Rolândia para conhecer os famosos cafezais da conhecida “Rainha do Café” – por ser um dos grandes municípios produtores de café, produto que era comercializado por eles. Devido a este intercâmbio, presentearam a cidade, em 1957, com uma cópia fiél em escala menor da Estátua Roland, que fica na Alemanha, estreitando assim os laços de amizade entre os dois países. A estátua Roland brasileira está na Figura 20.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 20** – Estátua Roland

A estátua veio da Alemanha em blocos de pedra “*litz de Oberkirtchen*” e foi trazida de navio. O nome Rolândia tem sua origem em Roland, que foi sobrinho de Carlos Magno e grande guerreiro em busca de liberdade. Representa a luta dos alemães em busca de um lugar onde pudessem reconstruir suas vidas, longe das perseguições políticas, religiosas e raciais. Atualmente a estátua encontra-se na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade, porém precisa urgentemente de manutenção, limpeza e iluminação.

#### h) Bremencenter/ Centro Cultural Brasil-Alemanha

O prédio onde se localiza hoje o Bremen Center, conhecido também como “Centro Cultural Brasil-Alemanha”, foi construído para abrigar a primeira padaria e o primeiro posto de combustível com bomba a manivela de Rolândia. Também funcionavam lá um bar, uma sorveteria, uma revenda de peças de

automóveis e uma oficina mecânica. Neste sobrado, na parte superior, funcionava ainda um salão de baile.

Seu primeiro proprietário foi, de acordo com Pedro Bernardy (2007), o lutador de boxe, Max Dietz, do patrimônio de Heimtal, próximo a área urbana Londrina. Após a morte trágica de Max Dietz, a então viúva, Frau Dietz, passou a viver com Raul Martini. Depois que Frau Dietz faleceu, o prédio passou por “carta de sentença e adjudicação” a pertencer a Raul Martini em 1977. Em cumprimento ao pedido da falecida, Raul fez a doação por escritura pública à entidade católica chamada de “Pequena Obra da Divina Providência” (Dom Orione) de São Paulo, em dezembro de 1977. Na época de Frau Dietz e Raul Martini, o prédio era alugado para a oficina Bavária e um de seus sócios morava no primeiro andar com sua esposa. Seus nomes eram Siegfried e Tita StremLOW. Tita trouxe da Alemanha a primeira muda de carvalho para Rolândia, uma madeira de lei utilizada para a fabricação de tonéis de vinho. Ela plantou-a no quintal do prédio e hoje a árvore produz sementes que são doadas para o viveiro de mudas da prefeitura, que as distribui em todo município e região.

Com a doação à entidade católica, o prédio deveria sediar um seminário, mas na época o bispo de Jacarezinho não autorizou e o prédio ficou fechado até 1981, quando foi comprado pela metalúrgica Welter. Em 1984, Pedro Bernardy e Antonio Djair Puzzi compraram o imóvel e o alugaram para o 15º batalhão da Polícia Militar do município. Após a transferência da polícia, o prédio foi totalmente reformado e hoje, com o nome de “Bremencenter”, possui salas comerciais para locação.

Neste local funciona também o “Centro Cultural Brasil-Alemanha”. Ele foi idealizado primeiramente em 1999 por Vera Tkotz, que era responsável pelo Consulado Alemão em Rolândia, inspirado no pró-arte de 1957, quando um outro local do município cedia espaço para a comunidade alemã se manifestar. Vera resolveu então montar no prédio que já estava reformado (figura 21), com fachada em estilo germânico, um espaço para desenvolver diversas atividades da cultura alemã. O consulado alemão que funcionou neste prédio durante 12 anos foi transferido, devido a vários assaltos, para outro local da cidade. Para que o local não fosse fechado, o proprietário Pedro Bernardys, decidiu mantê-lo em funcionamento e junto com Elisabeth Lovato administram o local desde 14 de

fevereiro de 2004, já que Vera Tkotz se aposentou e não pôde mais dar seqüência ao projeto.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 21** – Brementcenter

O prédio é mantido com as mensalidades dos colaboradores e voluntários, com a realização de bazares beneficentes, através da renda obtida com as aulas de alemão e com o centro de artesanato que funciona no prédio. A sala denominada “Viva Viva”, uma expressão alemã, possui um acervo de livros também em língua alemã, doados pela comunidade. Possui também um telão onde são exibidas sessões de filmes alemães. Após o filme, é servido um café, para que os participantes discutam sobre o filme, falando somente a língua alemã. Esse serviço também é oferecido à comunidade escolar, já que no município não há cinema. Deste modo, algumas escolas levam seus alunos para assistir diversos filmes, não necessariamente alemães. São ofertadas aulas da língua alemã desde 2005.

Também neste ano foram iniciadas as atividades para as pessoas da terceira idade, com o grupo de danças típicas. Desde junho de 2006, acontece todas as quartas-feiras o ensaio do coral alemão, também destinado à terceira idade.

Ainda no prédio, para aproveitar o espaço de uma sala, foi montado um local para comercialização de diversos produtos dos artesãos do município. Na realidade, de acordo com Elisabeth Lovato, o espaço foi montado para completar o espaço cultural e ajudar os artesãos de Rolândia. Este centro cultural além de atender os alemães e seus descendentes, também atende à comunidade local.

#### j) Chácara Rolândia

A chácara Rolândia foi fundada em 1937. Os pais do atual proprietário vieram de Blumenau, Santa Catarina. Naquela época, Rolândia era mata fechada, mas eles já começaram a selecionar algumas plantas. Alimentos como açúcar, sal, farinha e outros, eram escassos, portanto se alimentavam de muita caça e plantas da floresta como o palmito. Vieram para Rolândia para procurar terra nova para plantar, já que o norte do estado tinha fama de terras férteis. Primeiramente, a chácara era localizada na Rua Europa, com dois alqueires, e depois compraram mais dois alqueires no local onde hoje funciona a chácara. Como só havia floresta no começo, os pais do atual proprietário plantavam eucalipto e araucária para reflorestar algumas áreas, pois seu pai se interessava muito por plantas, como as orquídeas. Em 1943, o pai participou de uma exposição internacional em Curitiba, como não tinha dinheiro para a viagem, não pode ir até lá, mas, mesmo assim, separou algumas plantas e colocou-as em caixas que foram transportadas por trem até Curitiba. Um colega seu expôs as plantas e acabou recebendo uma medalha de prata, já naquela época, pelas plantas. Na chácara, que é considerada uma das mais belas do estado, há 1.500 plantas de vários países, como Índia, Japão, Austrália, Estados Unidos, Indonésia e outros. Já trabalharam muito com jardinagem, mas atualmente, não mais. Faziam antigamente a arborização de ruas de cidades como Maringá, Paranavaí e Londrina – cujas primeiras árvores para sombra foram da chácara, que as plantou no Jardim Shangri-lá. A maioria das árvores antigas de Londrina foi plantada pela chácara. Atualmente, trabalham mais com plantas ornamentais e frutíferas e com pequenos serviços de jardinagem, pois não tem muitos funcionários. Como plantas diferentes

têm a Segnóia, proveniente dos Estados Unidos, e é considerada a maior árvore do mundo, e a Jade, proveniente da Indonésia. A chácara abre de segunda a sábado, mas quando necessário abre aos domingos para receber grupos de visitantes que querem conhecer a chácara. Não é cobrada entrada para visitação. A chácara fica ao lado do local onde se pretende construir o portal turístico do município. Na Figura 22, a entrada da chácara.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007).

**FIGURA 22** – Chácara Rolândia

#### k) Pousada das Alamandas

A pousada das Alamandas (Figura 23) situa-se na estrada de São Rafael e era uma antiga fazenda de café que foi adaptada para receber hóspedes. A decoração é uma mescla de culturas com toque europeu. Possui diversos atrativos, como piscina, quadras esportivas, áreas para caminhadas, pavilhão de festas, jogos de salão e passeios a cavalo.



Fonte: Pousada das Alamandas, 2007.

**FIGURA 23** – Pousada das Alamandas

Possui ainda um restaurante (Figura 24) que serve comida caseira. Há cerca de três anos foi montada uma estrutura para eventos com capacidade para 100 pessoas. Conta com uma estrutura de seis chalés em estilo rústico, estruturados com televisão, cozinha e banheiro, além de uma área verde utilizada por muitos para tirar fotos e passar o dia, pois a paisagem é um dos seus principais atrativos. Nesta pousada, com as antigas sócias-proprietárias, ocorreram as primeiras reuniões para a discussão do turismo rural no norte do Paraná. Ainda hoje a Pousada é referência de turismo rural da região.



Fonte: Pousada das Alamandas, 2007.

**FIGURA 24** – Restaurante da Pousada das Alamandas

#### I) Igreja, cemitério e estrada São Rafael

Pedro Bernardy, que nasceu na comunidade São Rafael – localizada na zona rural de Rolândia na estrada de São Rafael, quilometro 05 – fez uma pesquisa com os moradores locais para estudar a história da igreja (Figura 25) e do cemitério.

Segundo ele, quem idealizou a capela foi Nikolaus, quando ainda vivia na Suíça. A estrada de São Rafael era conhecida na década de 1930 como estrada “Schlangeweg”, e já tinha alguns moradores. O terreno para a Capela (2550 m<sup>2</sup>) e para o cemitério (2500 m<sup>2</sup>), ambos denominados ‘São Rafael’, foram doados pelo pioneiro, Jose Renz, em 1933. A capela foi inaugurada em 1937, no dia de pentecostes, 17 de maio. O projeto foi executado por Rudolf Gair, com orientação de Nikolaus. Foi inicialmente construída em madeira, coberta de tabuinhas de “tamburi”. Na torre foi instalado um sino vindo de São Paulo que lembrava as igrejas das pequenas cidades européias. Em 1958, a nova capela foi construída em alvenaria, com uma torre revestida de pedras.

O nome São Rafael foi escolhido em homenagem à comunidade católica de São Rafael de Hamburgo (Rafaelsverein), prestadora de assistência aos

emigrantes católicos, que contribuíram na época com cinco contos de réis para sua construção. O quadro acima do altar, doado por Agnes Heilig, que veio da Suíça para se casar com Nikolaus, representa as figuras do anjo São Rafael e do jovem Tobias. De acordo com uma lenda, Tobias pegou um peixe, dele retirou o fel, e depois o colocou sobre os olhos de seu pai Tobit, que era cego. Após isso, começou a sair dos olhos do pai uma secreção branca e o homem começou a enxergar. Por esta lenda, na fachada da igreja foi colocado no mês de junho deste ano um quadro de madeira, com a figura do peixe. São algumas estórias e lendas que fazem desses locais atrativos turísticos interessantes.

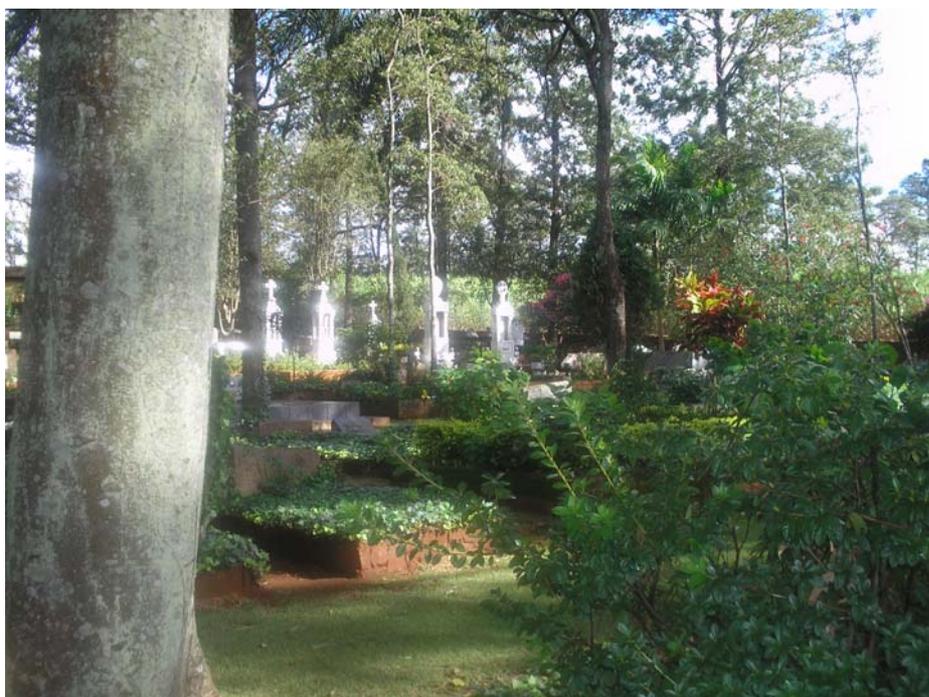
Nikolaus por muitos anos cuidou da capela e do cemitério, auxiliando nos sepultamentos. Logo após a construção da capela, um missionário vinha de Londrina para celebrar duas vezes por mês a santa missa. Posteriormente, o padre alemão José Herions passou a celebrar as missas, batizados e casamentos, indo à comunidade à cavalo. Havia uma associação da comunidade que fazia a manutenção da capela e do cemitério, organizando quermesses e festas para angariar fundos. Em 1954, o bispo de Jacarezinho sugeriu a construção de uma nova capela maior e assim, em 1956, foi construída a atual capela em alvenaria e pedras.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 25** – Fachada lateral da Igreja São Rafael

Já o cemitério de São Rafael (Figura 26), como é conhecido, apresenta algumas peculiaridades por ser bem arborizado e ter uma vegetação rasteira sobre os túmulos, lembrando um jardim. Desse modo, representa as mesmas paisagens das pequenas aldeias alemãs, isto é, o cemitério ao lado da igreja. Quando se entra no cemitério, há um corredor formado por árvores. No lado direito, sepultavam primeiro as crianças, depois os adultos católicos. Do lado esquerdo, primeiro as crianças, depois os adultos luteranos e, no fundo do corredor, em ambos os lados, as outras religiões, principalmente os judeus. O cemitério foi idealizado somente em 1940 e o primeiro sepultamento ocorreu em 14 de junho de 1940. A primeira pessoa a ser sepultada foi Paula Häussler, que faleceu ao ser atingida quando derrubava uma árvore. Importantes personalidades encontram-se sepultadas lá, como o ex-ministro do interior da Alemanha, Dr. Herich Kochweser, avô do ex-vice-ministro das finanças da Alemanha e atual diretor do Deutsche Bank da Alemanha, Caio Kochweser – nascido na comunidade de São Rafael. Além de outras personalidades alemãs que fizeram parte da história do município, como Hans Kirchhem, Oswald Nixdorf, Dr. Herrmann Maier, Heinrich Kaphan, Nikolaus Kempf, Hubert Bernardy, Heinrich Bernardy, Helmut Jung, Hans Schlange Schöningen e outros.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 26** – Cemitério São Rafael

Já a estrada de São Rafael (Figuras 27 e 28) contempla o mais novo projeto de turismo do município, pois se pretende transformá-la em um roteiro turístico local. De acordo com os representantes do COMTUR, depois de os visitantes passarem pelo futuro portal turístico e receberem toda uma orientação sobre turismo, entrarão pela Estrada de São Rafael e, além de visitarem a pousada das Alamandas, o SPA Recanto das Figueiras, a igreja e o cemitério São Rafael, apreciarão também toda uma paisagem. O depoimento de uma participante do COMTUR a esta pesquisa diz que “a estrada de São Rafael é o projeto que está em aberto. Contatamos o pessoal da comunidade local, o COMTUR fez uma reunião com o poder público com a participação do prefeito, vereadores e outros“. A estrada atualmente precisa de pavimentação, pois como se vê na Figura 27, ela está com vários buracos.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 27** – Início da estrada São Rafael



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 28** – Trecho da estrada São Rafael

O COMTUR entende que a estrada deva ser toda florida. Logo, a pavimentação da estrada, o lançamento do portal, e o interesse dos agricultores aliado à bela história do local, automaticamente deverão produzir outros roteiros. Para a concretização deste roteiro, falta calçarem a estrada com paralelepípedos. Para isso, estão aguardando a liberação de verba do governo estadual.

### m) Hotel Rolândia

O hotel Rolândia foi a primeira construção do município em madeira serrada (Peroba Rosa) – até então as construções eram ranchos de palmito, cobertos de sapé. O primeiro proprietário foi Eugênio Larionoff, que era funcionário da Cia. de Terras Norte do Paraná. Suas obras iniciaram em junho de 1934 e foram finalizadas em janeiro de 1935. O hotel (Figura 29) foi cenário das relações sociais características de um modo de vida que se iniciou nos meados da década de 1930, com a cafeicultura. Foi construído com a finalidade de atender aos inúmeros interessados em adquirir terras na região, importantes autoridades, políticos, viajantes e comerciantes que construía suas lojas. De acordo com informações do Sr. Pedro Bernardy (2007), o hotel também servia como ambulatório e consultório médico, para consultas e atendimento médico em geral na época em que não havia hospital em Rolândia.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 29** – Lateral do Hotel Rolândia

Atualmente o Hotel localiza-se em uma das principais avenidas da cidade e continua trabalhando com o serviço de hospedagem a preços baixos. Atende a viajantes e pessoas que pagam para morar no hotel por determinado período. Não serve alimentação. Apesar de ser um equipamento turístico, pode ser considerado também como um atrativo pela sua história, pois continua com móveis e estilo arquitetônico originais. Não abre para visitação interna, pois a proprietária do imóvel, desde 1965, permite somente visitas na área externa do imóvel, alegando que a visitação interna pode incomodar os hóspedes e sujar o local.

#### n) SPA Recanto das Figueiras

Pouco antes da segunda guerra mundial, a família Voch Weser deixou a Alemanha em busca de um local onde pudesse se estabelecer e produzir. Encontraram em Rolândia esse local ideal, de terra fértil. SPA quer dizer, em latim, *Solu Per Aqua* – ou seja, um lugar de repouso. A fazenda Vesaroda, sede do SPA construída em madeira, tem revestimento interno de caviúna, uma madeira típica da região (Figura 30). Suas atividades se iniciaram em setembro de 1994. O SPA tem como proposta: emagrecimento, reeducação alimentar, desintoxicação e alívio do estresse, através da combinação entre nutrição e atividade física propiciando informações que conduzam a hábitos de vida mais saudáveis.



Fonte: SPA recanto das Figueiras via e-mail

**FIGURA 30** – Sede SPA Recanto das Figueiras

Dentro desta proposta, juntamente com as necessidades e objetivos do hóspede, é traçado um programa personalizado das atividades de acordo com a estrutura do local, que oferece piscinas (Figura 31) e amplo local com área verde para caminhadas. Dentre as atividades, destaca-se: avaliação física e nutricional, palestras com especialistas de diversas áreas, arte-terapia, sauna, acompanhamento psicoterapêutico em atividades de grupo, jogos psicomotores, caminhadas e exercícios localizados. As visitas podem ser feitas somente com agendamento.



Fonte: SPA recanto das Figueiras via e-mail.

**FIGURA 31** – Piscinas do SPA Recanto das Figueiras

## 5.5 AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO

De acordo com as entrevistas realizadas, foram relatados alguns projetos em andamento e pré-projetos que visam ao desenvolvimento do turismo em Rolândia. Dentre eles, podemos citar o caminho de São Rafael (já comentado), o parque temático Yumê, o portal turístico e a implantação do projeto de sinalização turística.

#### a) Portal turístico

Segundo entrevista, o COMTUR sempre entendeu – corretamente – que um portal é a última coisa que se faz em uma cidade em relação ao turismo, porque não tem sentido um portal em uma cidade que não está estruturada. De acordo com o presidente do Conselho, um vereador em contato com um deputado federal colocou-se à frente e conseguiu um determinado valor em dinheiro. Aqui entra também a discussão de como os municípios conseguem essas verbas. Normalmente ela é recebida pelo município quando há um intermediário para fazer isso de modo mais rápido. Geralmente os políticos locais é que tomam a frente para fazer esta solicitação. Neste caso, percebe-se que houve um interesse em solicitar esta verba para a construção do portal, mas não houve a preocupação de discutir com a sociedade, ou comunidade local, se isso era realmente necessário.

Quando o Conselho ficou sabendo e que o portal não seria feito – mas apenas uma passarela ou um pórtico – interferiu, aconselhando o prefeito, explicando que isso não iria contribuir em nada para o turismo, pois de acordo com o Conselho, um portal tem que se identificar com a cidade, tem que ter sentido, tem que ter atratividade. O prefeito decidiu então entregar o projeto para o COMTUR. O *layout* do portal está no Anexo C, que foi fornecido pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura. Na Figura 32, segue um desenho do que será o futuro portal turístico. Conforme o presidente do Conselho, ele foi projetado para contemplar todas as nacionalidades que vieram para Rolândia através da imigração, mas como se vê neste desenho, a cultura alemã está em destaque.



Fonte: Rolândia, 2007.

**FIGURA 32** – Desenho do futuro “Portal Turístico”

No governo passado, no PNMT, houve uma espécie de modismo de portais turísticos sendo implantados nos municípios. A idéia da construção do portal turístico em Rolândia surgiu dos resquícios do projeto do governo anterior, mas o que de fato impressionou foi a iniciativa do COMTUR em fazer algo diferente, aproveitando o portal para outros fins mais úteis do que um simples pórtico de referência da cidade. Muitos municípios da região investiram uma grande quantidade de dinheiro nestes portais, o que, na realidade, pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento turístico local. O que aconteceu foi que o dinheiro investido poderia ter sido investido em infra-estrutura, reforma e revitalização de locais já existentes, por exemplo. Nesse projeto do portal turístico em Rolândia, é previsto que ele terá fraldário, banheiros para portadores de necessidades especiais e salas para reuniões, de acordo com o presidente do Conselho.

Estará localizado na entrada da cidade, próximo ao início da estrada São Rafael, e servirá para os carros poderem parar quando estiverem em Rolândia. Possuirá um pequeno parque de diversões para as crianças e conterá informações da cidade, ou seja, será também um centro de recepção aos visitantes. O projeto foi apresentado ao prefeito, que concordou que a Prefeitura arque com o investimento, dado que, com este novo projeto, o custo para sua construção aumentou para 180

mil reais e que a verba recebida era de apenas 80 mil. Ocorre que, segundo o prefeito, a empresa que ganhou a licitação desistiu do projeto quando percebeu que não ia conseguir continuar com a construção, pois a verba não seria o suficiente. A prefeitura terá que abrir nova licitação e o dinheiro ainda se encontra na Caixa Econômica Federal. Outro projeto que foi implantado em junho deste ano foi o da sinalização turística. Apesar de já receber algumas críticas, como a não inclusão de outros idiomas nas placas indicativas, houve inclusive depoimento de um empresário de turismo questionando o porquê de algumas propriedades particulares terem sido citadas nestas placas e outras não. Na figura 33, uma das placas de sinalização que foram implantadas no município.



Fonte: Rolândia, 2007

**FIGURA 33** – Placa de sinalização turística em Rolândia

#### b) Parque temático Yumê

Esse projeto foi apresentado pelo presidente da Comissão Paranaense da IMIN – 100, Luiz Carlos Adati, que também trabalha na Companhia de Desenvolvimento de Londrina, durante uma reunião da Agência de Desenvolvimento do Turismo no Norte do Paraná (ADETUNORP) em Londrina, no

dia 28 de novembro de 2006. Ele apresentou um vídeo com imagens virtuais de um pré-projeto em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil (IMIN 100), que acontecerá em 2008. Esse projeto terá como principal atrativo a construção de um parque temático. O interessante é que nem o prefeito e a secretária de turismo e o diretor do Conselho Municipal de Turismo estavam sabendo desse projeto, pois durante as entrevistas ninguém comentou sobre ele. Foi solicitada uma entrevista gravada com o responsável pelo projeto após apresentação do vídeo, porém ele não quis conceder. Perguntado se os organismos oficiais de turismo estariam apoiando esse projeto com verbas, ele disse que não, que ninguém estava sabendo ainda e que a verba necessária seria solicitada através das suas futuras visitas a grandes empresas, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, etc. Disse também que o Ministério do Turismo está destinando 10 milhões de reais para o turismo em Londrina e que desse dinheiro 5 milhões serão destinados para esse projeto.

No dia 27 de abril – em uma reportagem veiculada no jornal Folha de Londrina (Militão, 2007) em que figura uma foto ao lado da atual Ministra do Turismo, Martha Suplicy – Luiz Carlos Adati participou de uma reunião no MinTur com deputados federais do Paraná, solicitando esta verba de 10 milhões para a construção do Parque Temático. Os deputados federais do estado acreditam que este projeto irá beneficiar a região e o estado do Paraná como um todo. A intenção também é a de que esse projeto seja vendido para uma rede de *resorts* que possa administrá-lo. Essa idéia, no entanto, não é tão nova. Conforme atesta um *folder* distribuído em 1998, quando o então presidente da república Fernando Henrique participou dos festejos no museu japonês com a presença de milhares de pessoas, essa proposta já tinha sido apresentada. Neste *folder*, constava um desenho do futuro parque temático que seria construído no local. Apesar de não ser o mesmo projeto, a idéia não é muito diferente. Seguem algumas falas durante a apresentação do vídeo na reunião de novembro de 2006:

A gente não tem esse pensamento de fazer festa. Eu pensei numa coisa que ficasse para sempre. Seria um parque temático para visitação para que nós tivéssemos um produto turístico da nossa região. Então foi esse o pensamento de formatar um produto turístico. Um parque temático cultural, contando a histórica da nossa comunidade, desde quando ela chegou, até os dias de hoje em três pavilhões. Contando do início em 1908, depois da época da guerra e

depois os anos de 1980 (...) Vocês podem reparar que na última parte, falava muito de empresa. Aqueles espaços serão pra gente vender para um banco, o Ministério do Turismo, a Vale do Rio Doce ou uma Petrobrás. Esse projeto está orçado em 20 milhões e o nome do parque será Yumê que em Japonês quer dizer sonho. Eu coloquei esse nome, exatamente por causa disso, porque realmente é um sonho poder realizar um produto como esse (ENTREVISTA 06).

O que se percebe é que, neste jogo de interesses principalmente políticos, não há um relacionamento com o poder público municipal. Os interessados pelo projeto, que são da cidade de Londrina, não se importam se o projeto trará benefícios para o município e nem comunicaram ao prefeito e à secretária de Turismo sobre ele. Notadamente, verifica-se que as políticas públicas são deixadas de lado e não têm a preocupação de discutir com a sociedade os impactos que o projeto poderá causar para o município e à comunidade local. Um projeto tão importante e de alto custo deveria ser discutido com a sociedade, ou, no mínimo, apresentado a ela.

No mês de junho, uma reportagem no jornal Folha de Londrina (FARO, 2007) comentou a visita a Brasília do prefeito de Rolândia, juntamente com a instalação da comissão nacional organizadora da celebração IMIN, para solicitar verbas para o projeto. O encontro foi no Itamaraty, comandado pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Outros municípios do país também estão solicitando verba para esse evento, porém, para o prefeito de Rolândia, o município deve receber em torno de R\$ 10 milhões para a construção do parque temático. Para o prefeito o município tem grandes chances, visto que passou a ser considerado sagrado após a visita do príncipe Akihito no Imin-70.

Como visto, agora o governo municipal está integrado ao projeto. O prefeito comentou neste jornal que Rolândia está formando uma comissão municipal para auxiliar nos festejos, grupo formado por representantes do poder executivo, Associação Comercial e Conselho Municipal de Turismo. A festividade oficial do Estado está sendo organizada pela Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, Liga Desportiva, Cultura Paranaense e Câmara do Comércio Brasil-Japão do Paraná. Para o festejo está prevista a visita da família imperial do Japão, apresentações de grupos folclóricos de dança e música e um coral de mais de mil vozes.

## 5.6 AS INFLUÊNCIAS PÚBLICAS NA ESCALA MUNICIPAL

Para entender realmente como as políticas públicas para o turismo na esfera federal e estadual estão influenciando o turismo em Rolândia, optou-se pela análise das entrevistas com os principais agentes públicos e os voluntários que participam do Conselho Municipal de Turismo. Também foi entrevistado o chefe da regional da Secretaria de Estado de Turismo, da PARANATURISMO e do Estado do Paraná em Marilândia do Sul, no dia 30 de janeiro, no decorrer da primeira reunião do ano da ADETUNORP. Durante a entrevista, esse representante não mencionou projetos específicos para o município de Rolândia, mas citou, por exemplo, do projeto do trem turístico, que envolve alguns municípios da região norte do estado, incluindo Rolândia.

Segundo Lickorish e Carson (2000), o poder público municipal tem praticamente o mesmo papel do governo federal ou estadual. Embora não haja uma maneira ideal de organização do turismo, dois princípios devem ser comuns: primeiro, a organização deve adequar as fronteiras administrativas regionais, e segundo, ter uma boa coordenação e cooperação em todos os níveis de administração.

Os organismos municipais de turismo são indispensáveis no processo de desenvolvimento do turismo, pois têm um contato mais próximo com a comunidade e o empresariado do setor. Por isso a comunidade deve estar preparada para o desenvolvimento, para que também seja beneficiada. Quem mobiliza a comunidade são os organismos municipais de turismo, que devem dar todo o apoio e assistência necessária. Castelli (1996) afirma que o dirigente municipal de turismo deve ter muito conhecimento de *marketing* para que possa promover o turismo na sua localidade. Sendo assim, o autor considera que esse dirigente adote estratégias para comercializar o produto turístico; estratégias como a de preparar a comunidade para receber os turistas, ensinando seus munícipes a respeitarem e imporem respeito para com todos os seus valores.

Após esse processo, o dirigente municipal deve identificar seus recursos turísticos a fim de descrevê-los e qualificá-los, promovendo um relacionamento entre o setor público e o privado. O autor destaca ainda que, além de tudo isso, cada município criará e estruturará um organismo municipal de turismo

de acordo com sua própria realidade. Existe uma enorme diversidade desses organismos. Conta-se entre eles: secretarias, assessorias, conselho, diretoria, coordenadoria, unidade, autarquia, etc., sendo que a maioria dos municípios brasileiros já tem essa preocupação.

Sendo a instância executiva mais próxima do povo, a prefeitura torna-se mais sensível aos anseios imediatos populares, de forma que as ações do poder público responderão diretamente à parte interessada, tornando clara a relevância do município na tarefa de executá-la (COELHO, *apud* WEISSBACH, 2001, p. 139).

No caso de Rolândia, existe uma Secretaria de Turismo. Porém, ela está junto com as áreas de Meio Ambiente e Cultura. Isso foi motivo de reclamação durante as entrevistas, pois acreditam que três secretarias em uma dificulta um trabalho mais específico em cada área, principalmente o turismo, que não está sendo considerado prioridade. Segue um relato sobre este problema:

Quando o atual presidente criou o Ministério do Turismo, é bom frisar que aqui também deveria ter só uma Secretaria Municipal de Turismo. Não adianta misturar muito, pois o turismo depende de todas as secretarias. Então se tivesse uma secretaria específica ajudaria muito, como aconteceu com o MinTur. A partir do momento que criaram um Ministério específico de Turismo e não colocaram futebol no meio, direcionou uma ação (ENTREVISTA 05).

O relacionamento entre a atual Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura e o COMTUR também foi bastante questionado, principalmente porque muitas decisões tomadas pela secretaria não são repassadas ao Conselho, o que prejudica o trabalho do Conselho. Segue uma reclamação obtida nas entrevistas:

O que precisaria melhorar em Rolândia, na minha opinião, é por uma secretária de turismo com vontade, competente e com poder de trabalho, porque eles não tem atribuição nenhuma na prefeitura, não podem fazer nada. Em suma, é preciso mais visão administrativa para desenvolver o turismo, porque o turismo está parado (ENTREVISTA 04).

Para implementar a política municipal de turismo, foi criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – pela Lei nº 2.652/98. O COMTUR é um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil e tem por objetivo orientar e promover o turismo no Município, exercendo um trabalho voluntário sem remuneração. O papel do COMTUR, de acordo com as entrevistas, é principalmente o de fiscalizar e acompanhar os projetos, mas o Conselho nesse ano não está ativo e sua função não está sendo desempenhada como deveria.

O Conselho assessora o poder público, coloca os projetos e o que é preciso melhorar. No caso das faixas que poluíam o visual da cidade, o Conselho entrou em contato com o Batalhão da Política Militar para se amparar legalmente, solicitando a prefeitura para que as proibissem. A cidade ficou limpa e essa questão foi uma grande vitória do Conselho (ENTREVISTA 07).

Através desses depoimentos verifica-se que o relacionamento do COMTUR com o prefeito existe e está aberto a discussões de problemas e projetos. Com a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, porém, esse relacionamento não está acontecendo. Nesse sentido, é importante salientar o papel que este órgão público tem sobre a questão do turismo no município:

A intervenção das *autoridades locais* no âmbito turístico está centralizada tradicionalmente na promoção e no desenvolvimento físico da atividade em seus limites municipais, o provimento das intra-estruturas básicas que acompanham a urbanização, a manutenção dos elementos culturais locais e sua divulgação. Não podemos nos esquecer de que a administração local, que realiza o planejamento urbano, é a que concede licenças, tanto para construção como para a abertura de novas atividades, etc. (OMT, 2001, p. 164).

As modificações na estruturação do turismo em escala federal, conforme Calvente (2004a, p. 34) “[...] ainda não trouxeram mudanças significativas para a escala local”. Isso pode ser constatado pelo pré-projeto do parque temático no município. A construção desse parque não está seguindo as orientações do Programa de Regionalização do Turismo. É um projeto de interesse específico, que

não faz questão da participação do município para a sua concretização. Esse fato se torna um complicador, pois foge dos objetivos das políticas públicas para o turismo. Quanto à influência do governo federal, não foi mencionado pelos entrevistados conhecimento sobre o Plano Nacional de Turismo e seu Programa de Regionalização. Ao se comentar sobre o turismo rural, os agentes públicos também não mostraram conhecimento das Diretrizes para o Turismo Rural do governo federal. A falta de conhecimento dessas políticas pode trazer alguns problemas, principalmente o de articulação entre os três poderes, o que acaba refletindo nos projetos que não se preocupam com a comunidade local. Segue um comentário sobre a influência do governo federal no turismo no município:

O governo federal, não tem o que influenciar na verdade, é porque uma coisa de Rolândia. O governo do estado, através do setor de turismo, até poderá influenciar, mas outros níveis de governo não ajudam muito o turismo aqui, mas achar que outros níveis de governo têm colaborado conosco, na verdade não (ENTREVISTA 01)

O Programa de Regionalização do Turismo, tanto o federal, como o estadual, é conhecido apenas pelo trabalho da ADETUNORP, com o projeto da “Rota do Café”. Em entrevista com um agente público, disse que Rolândia – no passado a “Rainha do Café” –, sendo um dos municípios em que mais se produziu café, vai ter a condição para participar neste roteiro (ENTREVISTA 01). Quanto à influência das políticas públicas da esfera estadual para o turismo, a maioria citou somente o projeto da rota do café, sendo que alguns acreditam que em nada influenciam o turismo no município.

O que mais o governo estadual está influenciando o turismo é através desta rota do café. A iniciativa deste trabalho foi da EMATER, junto com a Secretaria regional de turismo. Eles montaram uma associação que é a ADETUNORP e nós estamos investindo bastante com incentivo do governo estadual (ENTREVISTA 02).

O papel da administração pública municipal é fundamental para o desenvolvimento do turismo. Pode e deve articular-se com os programas do governo federal e estadual, no caso da regionalização:

[...] o desenvolvimento via turismo, com a finalidade de que não seja restrito ou circunscrito a uma pequena parcela do espaço, deve procurar a integração regional. A região, atuando complementarmente e em conjunto, ganha força para enfrentar seus desafios. Nesse enfrentamento, um dos pontos a considerar diz respeito ao aproveitamento das especificidades locais e de suas potencialidades latentes [...] o turismo com base local afirma-se por sua singularidade e unicidade [...] (WEISSBACH, 2001, p. 144).

Todo desenvolvimento é local e, neste contexto, de acordo com Franco (2006, p. 9) “[...] este local poderá ser um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo”. Mas habitualmente quando se menciona o desenvolvimento local está-se referindo aos processos de desenvolvimento que ocorrem em parcelas de espaços subnacionais que no nosso país, na maioria das vezes, são espaços municipais. Ao mencionar sobre desenvolvimento local, logo se faz referência à comunidade local, termo já discutido nesta pesquisa, pois ela é quem deve ser a grande beneficiada das conseqüências positivas da atividade. É necessário, portanto, uma série de fatores para que isso aconteça como o nível educacional da população e a tomada de iniciativas, tanto dos órgãos públicos, como da iniciativa privada, assumindo responsabilidades. Isso depende de um processo de mudança. Além disso, “[...] a capacidade de atrair investimentos externos, em geral necessários para desenvolver plenamente as possibilidades locais, vai depender de todos esses fatores [...]” (FRANCO, 2006, p. 10). Para que essa potencialidade se desenvolva ao máximo, tornando-se dinâmica, é preciso identificar uma vocação e descobrir as vantagens de uma localidade frente às outras. No caso específico de Rolândia, esse é um dos principais problemas, visto que o município ainda não encontrou sua principal vocação para o turismo. Alguns acreditam que é o turismo cultural, outros apostam no turismo rural e alguns no turismo tecnológico. Sem determinar um tipo de turismo fica difícil desenvolver uma campanha de marketing para divulgação do produto turístico do município:

[...] o marketing do lugar, definido como a aplicação de técnicas de venda e de divulgação do lugar, serve como instrumento para fixar uma marca distinta do produto, angariando dividendos políticos e econômicos, tais como a atração de novos consumidores e maior notoriedade do atrativo turístico e mesmo do município (WEISSBACH, 2001, p. 174).

Outro fato interessante constatado nas entrevistas é que somente uma pessoa, quando perguntada sobre o conhecimento das leis municipais para o turismo, conseguiu responder. Os demais entrevistados desconheciam o tema. Foi através da lei 2.652/98 que se criou o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. De acordo com o art. 13, o orçamento do Fundo Municipal de Turismo evidenciará as políticas e o programa de trabalho da administração municipal. Além disso, o município recebeu instruções do PNMT para elaborar seu Plano Municipal de Turismo – que não foi executado. O que foi dito a respeito do desconhecimento dessas leis, durante as entrevistas, foi que “Eu desconheço essas leis, pode existir, mas talvez por ignorância eu desconheço, mas uma lei para o turismo mesmo eu desconheço, só a da formação do Conselho” (ENTREVISTA 04).

Quanto a lei de turismo, quem pode responder mais do que eu é o Conselho, porque o COMTUR esteve envolvido sempre no turismo e eu comecei a trabalhar na secretaria no ano passado e não respondo só pelo turismo. É muita coisa para gente atender, mas o Conselho é muito ativo e eles vão poder responder para você mais alguma coisa que você precise (ENTREVISTA 02).

O Paraná é um estado rico em diversidades de paisagens culturais e naturais. O norte do estado, onde se localiza Rolândia, possui atrativos que se bem explorados e com bom planejamento podem tornar uma cidade capaz de receber visitantes com mais frequência. A vocação do município para o turismo pode manifestar-se nos segmentos do turismo, como o rural e o cultural, pois, como visto no item anterior a este, existem recursos a serem empregados e projetos a serem implantados.

Uma forma interessante e produtiva de explorar positivamente tanto potencial seria através de um processo que envolvesse atividades relacionadas ao Turismo Rural, acrescentando valores a estas riquezas latentes [...]” (CALVENTE e GONÇALVES, 2004b, p. 7).

Desse modo, os pequenos municípios são reconhecidos por valorizarem a cultura de população. Sabemos da importância que as políticas públicas têm para o desenvolvimento da atividade, a partir do momento que elas propiciam investimentos em infra-estrutura, financiamentos e direcionamento no

planejamento através de uma política apropriada ao tipo de desenvolvimento que se quer para esta atividade. Nota-se através das entrevistas, a falta de articulação entre a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura e o COMTUR. Vê-se que, ao contrário da antiga gestão municipal, não existe um bom relacionamento entre os dois órgãos supracitados. Percebe-se que anteriormente o Conselho era muito mais participativo e atuante, pois realizava reuniões semanalmente. Nas Oktoberfest de 2003 e 2004, os representantes do COMTUR montaram uma barraca para divulgação dos atrativos turísticos do município, como visto na Figura 34.



Fonte: Rolândia, 2007

**FIGURA 34** – COMTUR na Oktoberfest – 2003

O Conselho organizou visitas a campo para levantamentos da situação dos recursos turísticos, fazendo o inventário, o diagnóstico e o prognóstico desses locais. Organizou eventos sobre turismo e diversas reuniões com o *trade* turístico. Elaboraram um *folder* contendo o calendário de eventos de junho a dezembro de 2003. Também elaborou um guia turístico e um vídeo sobre os principais atrativos turísticos, apresentados durante a Oktoberfest. Na época do aniversário de Rolândia, a antiga secretaria de Cultura (em 2002 e 2003) realizava roteiros turísticos dentro do município, que era aberto à comunidade. O roteiro realizado em 2003 é muito interessante, incluindo visitas a Estátua Roland, Chácara Rolândia, Porco no tacho, Aquabel e outros. Várias pessoas participaram, revelando

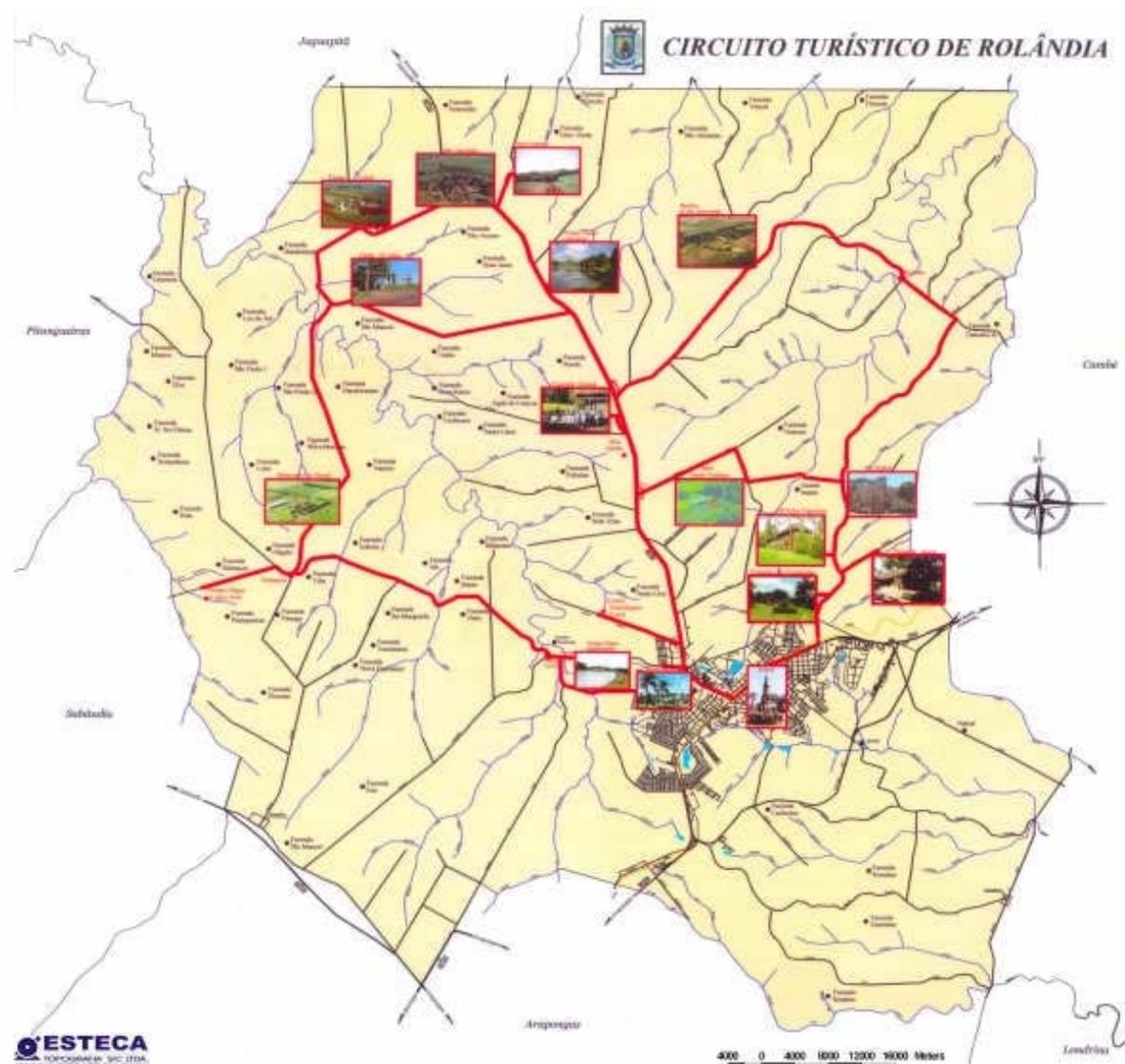
que os próprios moradores de Rolândia desconhecem muitos dos locais visitados e o seu contexto histórico.

O Conselho estruturou alguns roteiros segmentados para serem ofertados para os visitantes de Rolândia. Mas, conforme análise deste roteiro, alguns dos locais visitados não recebe visitantes ou não condiz com a atividade turística. Um exemplo é que no roteiro cultural a visita contempla o Clube Concórdia. Mas, apesar de informação de que o clube foi construído por alemães, a sede não tem arquitetura européia e nem apresenta nenhuma característica cultural que o diferencie ou o torne um atrativo. Os roteiros estão apresentados no Quadro 12, sendo que os locais foram generalizados para simplificar a apresentação, sendo que a versão original está no Anexo D.

**QUADRO 12** – Roteiros do COMTUR para serem ofertados aos visitantes de Rolândia

<b>ROTEIROS</b>	<b>LOCAIS VISITADOS</b>
Roteiro: Turismo tecnológico	Fazendas e empresas.
Roteiro: Turismo gastronômico	Pousadas e restaurantes.
Roteiro: Turismo ambiental e cultural	Fazendas e chácaras.
Roteiro: Turismo de lazer	Fazendas, clubes e hotéis.
Roteiro: Turismo cultural	Diversos atrativos turísticos como museus, clubes, igrejas e monumentos.
Fonte: COMTUR, 2007.	

No *site* da Prefeitura, no *link* Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, já está disponível o Inventário Turístico do município. Um documento que por ser oficial, está mal elaborado e sem referências dos dados apresentados. Na Figura 35, segue o mapa elaborado pelo COMTUR sobre alguns dos pontos turísticos do município. Ele está desatualizado, mas ainda é apresentado em *banner* nos eventos de turismo que o município promove ou participa.



Fonte: ROLÂNDIA, 2007.

**FIGURA 35** – Mapa Turístico de Rolândia

No dia 26 de junho deste ano foi realizado mais um roteiro turístico pelo município, intitulado “IV Rolândia Turismo”. Na Figura 36, uma foto com os participantes desse roteiro em visita a chácara Rolândia. Este roteiro foi organizado pelo COMTUR, sendo que o convite se estendeu principalmente para os membros da ADETUNORP, já que a data coincidiu com o dia de realização das reuniões da Agência. Poucas pessoas participaram deste evento, que teve como programação a visita a alguns pontos turísticos da cidade, e no final, uma palestra sobre turismo rural e um comunicado sobre as ações que estão sendo realizadas pela prefeitura

para o desenvolvimento da atividade no município. Conforme *folder* de divulgação (Anexo E), o principal objetivo deste evento é o de “Reafirmar o potencial turístico do município e estruturar o roteiro de Turismo Rural ‘Caminhos de São Rafael’”.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007)

**FIGURA 36** – Participantes do roteiro IV Rolândia Turismo.

O roteiro foi realizado na parte da tarde e as palestras, à noite, no auditório da Faculdade Paranaense (FACCAR). O roteiro foi bem planejado: os representantes do COMTUR fizeram o papel de guia de turismo, apresentando os locais visitados e conduzindo o grupo. Visitou-se primeiramente a estátua Roland, à qual o presidente do Conselho deu uma excelente explicação, contando a história e as lendas sobre ela. Depois, foi visitado o Brementcenter, para que todos assistissem a um filme sobre a atividade turística no município. Mais tarde, foram à Chácara Rolândia para uma visita e um lanche rápido. Por causa do pouco tempo disponível, o grupo foi para a Estrada de São Rafael para visitar a igreja e o cemitério de São Rafael. Foram ainda para o SPA Recanto das Figueiras. Como o local não é aberto à visitação, o objetivo era conhecer o museu do Café, o qual poucos conheciam. O Museu está em ótimo estado de conservação e organização. Dirigiram-se para o distrito do Bartira para apreciar doces artesanais feitos à base de soja, onde uma

moradora tinha inaugurado naquele mesmo dia um espaço em sua residência para comercialização desses produtos. A visita foi finalizada no Restaurante Porco no Tacho, no Km 10, onde foi servido um café da tarde. Todo trajeto foi realizado com um ônibus cedido pela prefeitura.

Para finalizar o evento, à noite foi realizada no auditório da FACCAR uma palestra – “O Contexto do Turismo na Atualidade” – com uma turismóloga que faz parte da ADETUNORP. Antes desta palestra, foi novamente apresentado o vídeo sobre o turismo em Rolândia e o presidente do COMTUR falou sobre a implantação das placas de sinalização turística que tinha acontecido 10 dias antes deste evento. Na Figura 37, uma foto da realização deste evento. Sobre a sinalização turística, durante o roteiro um dos participantes que é proprietário de uma pousada do município questionou o critério de seleção destas placas, visto que, conforme ele, somente alguns locais particulares foram indicados pela placa, o que não aconteceu com a pousada.

O Vice Prefeito de Rolândia falou sobre os projetos turísticos que estão sendo desenvolvidos. Para o portal, que de acordo com ele já tinha sido licitado e deveria ter ficado pronto em 2005, era aguardada uma nova licitação. Segundo ele, o município irá despendar 50% do valor do portal, que pode chegar a R\$ 100.000,00. Fez uma crítica ao governo estadual, que estava representado pelo chefe Regional da Secretaria Estadual de Turismo de Londrina, dizendo que “o município trabalha sozinho”. Disse que o município já fez a licitação da empresa que irá concretizar o calçamento da Estrada de São Rafael com paralelepídeos. O valor estimado do calçamento é de R\$ 600.000,00, dinheiro do município. De acordo com ele, a estrada terá 3.500 metros de extensão, com sete metros de largura e nas laterais um metro de ajardinamento.

Neste evento foi claramente perceptível a falta de um bom relacionamento entre a atual secretária de turismo e os representantes do Conselho Municipal de Turismo. A secretária reclamou, sentada na poltrona, que o COMTUR não teve consideração com ela, pois, apesar de estar na mesa do cerimonial, não foi convidada a se pronunciar. Afirma ainda que o Conselho não respeita a Secretaria, e que por este motivo não participa dos eventos de turismo; alegou que não foi informada da programação do evento e foi embora antes de a palestra ter início. Esse problema de relacionamento foi detectado anteriormente nas entrevistas para esta pesquisa.



Fonte: Pesquisa de campo (DOMINGOS, 2007).

**FIGURA 37** – Evento do IV Rolândia Turismo – Auditório FACCAR

O que se nota também é a falta de conhecimento dos principais agentes públicos sobre as políticas de turismo da esfera federal e estadual e qual o papel do município neste contexto. Não sabem da existência do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo. O que conhecem sobre regionalização é através do projeto do “trem turístico”, que faz parte da “Rota do Café”, pois o trem passará por alguns municípios vizinhos do norte do Paraná, mas não se vê uma relação entre as três esferas, federal, estadual e municipal, o que é um fato preocupante, pois esses níveis têm que seguir uma mesma linha de planejamento para se alcançar um objetivo comum. A esfera estadual, que possui uma Política Estadual de Turismo e um Programa de Regionalização Estadual do Turismo, segue na teoria a mesma diretriz do governo federal, mas na prática o entendimento de regionalização ainda não está esclarecido – considera-se como regionalização somente a macrodivisão administrativa adotada pelo país, como Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, justamente o que o governo federal não define como região.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel destinado hoje à administração pública representa peça fundamental para o desenvolvimento do turismo. Ela é imprescindível para a ordenação e desempenho das atividades ligadas ao setor e o Estado, como instituição política, deve ter por premissa desenvolver uma cultura de uma política comum partilhada por todos os cidadãos, organizando dessa maneira a vida em sociedade. Sendo assim, as políticas públicas são as ações necessárias para que essa condição seja alcançada e, conforme a evolução da sociedade, ela deve acompanhar este processo de mudança intervindo nas questões ambientais e na defesa dos direitos do consumidor. As políticas públicas que são de exclusividade do Estado são elaboradas com a intenção de melhorar as deficiências de determinado setor. Isso tudo seria ideal, porém a participação popular na escolha das prioridades dessas ações acaba não acontecendo, muitas vezes devido ao próprio desconhecimento do seu papel enquanto cidadãos com direitos e deveres.

No turismo, assim como em outros setores importantes para a vida em sociedade, como educação e saúde, o lazer torna-se fundamental nos dias de hoje para garantir também qualidade de vida à população. O turismo, inserido neste contexto, necessita da atuação do Estado para contribuir neste processo de forma a não atender somente interesses econômicos e particulares. O papel da União, no caso representado pelo governo federal, torna-se, portanto, fundamental ao regular a atividade quando estabelece regras, propõe parcerias e indica limites e estímulos para o direcionamento do desenvolvimento da atividade. A justificativa para esta intervenção do Estado no turismo se dá também pela necessidade de administração do bem público, pois ações como infra-estrutura e segurança são de sua responsabilidade. Deve ainda criar mecanismos como taxas e multas para evitar os custos sociais, custos esses imputados à produção e que geram diversos impactos negativos para a sociedade, como a poluição, por exemplo. Além disso, o turismo tem uma particularidade que pode tornar a aplicação das suas políticas um pouco mais complicada pela sua complexidade ao envolver diversos setores da economia. Mas isso pode ser resolvido com a participação desses setores através de seus representantes em organizações públicas como no Conselho Nacional do Turismo, que é responsável por discutir as políticas públicas para o setor.

O desenvolvimento da atividade turística deve expressar a noção de desenvolvimento humano e social, mas para que isso ocorra o Estado deve planejar corretamente a atividade. Criar condições para o desenvolvimento da comunidade local deve ser obrigação de toda política econômica. Atualmente, verificam-se formas mais eficientes e participativas na atuação da comunidade local na administração do Estado, pois ela está diretamente em contato com os turistas e é a que mais sofre as conseqüências geradas pela atividade, quer sejam elas positivas, quer, negativas. Isso ocorre principalmente com a criação das secretarias, conselhos e departamentos de turismo, pois facilita muito o relacionamento com os agentes públicos. Esta preocupação crescente dos gestores municipais em buscar novas estratégias que possam garantir à sociedade importante papel na condução desses processos, torna a atividade mais dinâmica e justa, ainda que incipiente.

Alguns autores que estudam o turismo não chegaram a um consenso sobre a data correta do início da preocupação dos órgãos públicos com a atividade. Sendo assim, nesta pesquisa optou-se por utilizar a década de 1930, quando os primeiros decretos, ainda que desconexos, surgiram tentando dar uma normatização para o setor. Para melhor compreensão da evolução histórica porque passaram as políticas públicas para o turismo, optou-se pela divisão de décadas, conforme alguns autores já haviam feito a fim de facilitar sua compreensão. O primeiro período, das décadas de 1930 a 1960, foi marcado pela criação de alguns decretos e leis para regulamentar a atividade. Neste período, na década de 1950, o que mais se destacou foi o esforço do governo para melhorar a infra-estrutura básica do país, com isso a rede rodoviária, beneficiando conseqüentemente a atividade turística. A criação da COMBRATUR, em 1958, tentou colocar em prática uma política nacional para o turismo, porém não teve êxito na sua atribuição e foi extinta. No segundo período, entre as décadas de 1960 e 1980, um dos principais acontecimentos que contribuíram para o setor foi a definição da primeira Política Nacional de Turismo, em 1966, com a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). A criação da EMBRATUR representa o marco da política de turismo no país. Outro ponto importante foi a criação do PLANTUR, em 1969, que trouxe indicações para a elaboração do Plano Nacional de Turismo, este plano, porém, não foi posto em prática. A partir da década de 1980, a EMBRATUR tenta mudar a imagem do país no exterior – estereotipado pelo turismo com exploração sexual. O turismo no

nordeste, principalmente o do litoral, recebe prioridade do governo, que oferece também incentivos fiscais para o setor hoteleiro. Marcaram esta época alguns projetos para o turismo social como o terminal de turismo social para os sindicatos organizarem viagens na baixa temporada. O FUNGETUR de 1971 contribuiu para esse crescimento estimulando também o crescimento na área de eventos. Ainda na década de 1980 aumenta o interesse das classes médias para viagens e surge com força o turismo em paisagens naturais, estereotipado como turismo ecológico ou ecoturismo, e inicia-se a preocupação de adaptar os hotéis para portadores de necessidades especiais.

No terceiro período, décadas de 1990 a 2000, a EMBRATUR é transformada em autarquia em 1991, ficando responsável pela formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo. Ainda nessa época há uma maior preocupação na proteção do patrimônio natural e cultural para uso no turismo. Neste momento, a EMBRATUR é descentralizada, não tendo mais o poder e autoridade que tinha nas tomadas de decisões quando criada, como o de legislar, por exemplo. Em 1992 cria-se o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), considerado o principal instrumento da Política Nacional de Turismo, mas um instrumento que também não obteve êxito, pois este plano não levou em consideração as diferenças regionais do país. Em 1992, a criação do PRODETUR priorizou os investimentos no nordeste brasileiro. Em 1994, um programa que teve bastante repercussão foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o PNMT. Através de suas oficinas de forte contato com os municípios, ficou bastante conhecido, dando início a uma gestão participativa no setor. Diferentemente do programa atual, centralizava suas ações no município, incentivando a criação dos Conselhos Municipais de Turismo, ativos até hoje.

O quarto e último período é iniciado em 2003 com a criação do Ministério do Turismo e vai até o momento atual, 2007, e com o novo Plano Nacional de Turismo (2007), com projeções de metas para até 2010. Na escala supranacional, os organismos que mais influenciam na formulação de políticas públicas são a ONU e principalmente a OMT, que tem o objetivo de estimular a associação do setor público com o privado, orientando e aconselhando os governos mundiais em relação às políticas públicas para o turismo, como ocorreu com a implantação do PNMT. Na escala nacional, o principal marco foi a criação do MinTur em 2003 e, para isso, houve a necessidade da criação de toda uma estrutura, sendo

implantada inclusive uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Turismo e Programa de Regionalização do Turismo. O Conselho Nacional de Turismo permaneceu atuante e muito ativo e juntamente com o colegiado denominado Fórum Nacional dos Secretariados e Dirigentes Estaduais de Turismo presta serviço de assessoramento ao MinTur.

Autores questionam ainda a transformação da EMBRATUR em órgão de promoção e divulgação do turismo no exterior, pois com isso ela perdeu sua função na elaboração e fiscalização das políticas públicas para o turismo, transformada em uma espécie de *Convention & Visitors Bureau* nacional. A criação do programa “Vai Brasil”, que não teve tanta expressão, teve mais a intenção de amenizar a sazonalidade do mercado do que desenvolver o turismo social. Um documento, denominado Livro de Turismo, lançado em 2006 trouxe uma análise geral da atividade turística, contendo propostas até o ano de 2010. Em 2007, outros dois importantes estudos sobre o turismo são apresentados, um realizado pelo IBGE, “Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo, 2003” e o outro realizado pela Revista Exame em abril, o “anúário exame 2007 – 2008 Turismo”. Esses foram estudos que apresentaram dados importantes para a mensuração da atividade no país.

O Programa de Regionalização do turismo traz os conceitos de regionalização que advêm dos estudos da Geografia e que deve ter uma conotação ampla, além das regiões administrativas já conhecidas. A regionalização deve ser entendida como noção do território onde haja uma integração cultural e histórica, com fins de planejamento e gestão compartilhada da atividade turística.

O estado do Paraná tem toda uma estrutura para discutir e elaborar, bem como o planejamento de ações de políticas públicas para o turismo. Após uma análise da evolução histórica, percebe-se que atualmente os órgãos de maior expressão são a Secretaria de Estado de Turismo (SETU), com suas sedes regionais, e a PARANATURISMO, principal responsável por executar e implantar a Política Estadual de Turismo para promover a atividade no estado. O Estado do Paraná elaborou o Programa de Regionalização do Turismo adaptado ao estado. O Paraná, de acordo com a SETU, possui quatro regiões prioritárias para desenvolvimento do turismo, mas por exigência do Programa de Regionalização do turismo do governo federal, foi solicitado que cada estado trabalhasse somente com

três. Assim, os locais que já recebem um fluxo de turistas, como Curitiba e Foz do Iguaçu, foram priorizados, deixando de lado outras regiões do estado, como a Norte, por exemplo. Não conformados com esta divisão, pessoas ligadas à atividade turística do norte do Paraná resolveram inseri-lo entre essas regiões prioritárias para o turismo no estado. Pretendem, portanto, instituir o norte do Paraná como a “quinta região”. Para isso foi criada uma Agência de Desenvolvimento do Turismo no Norte do Paraná (ADETUNORP), uma instância de governância com o papel de representar os diversos setores do turismo fazendo convênios e parcerias com o setor público e privado, facilitando dessa maneira ações que o estado demoraria mais tempo para fazer, por questões burocráticas, como elaboração de alguns projetos. Para que o projeto se solidifique, optaram pela segmentação do turismo rural, com a criação da “rota do café”, que contempla ainda um projeto de um trem turístico-cultural que passará por diversos municípios do norte do estado, inclusive por Rolândia. O objetivo deste projeto é também revitalizar as antigas estações ferroviárias. Alguns roteiros também foram criados pela ADETUNORP para serem apresentados em Curitiba no mês de abril deste ano; esses roteiros foram criados precipitadamente e já estão sendo comercializados por Agências de Viagens e Turismo da cidade de Londrina, apesar de não condizerem com o que foi apresentado.

Outro fato importante foi à criação de cursos técnicos gratuitos em turismo pelos colégios estaduais de várias regiões do estado, através da Secretaria Estadual de Educação. Alguns cursos com formação para guias de turismo regional. Uma iniciativa importante para a qualificação de mão-de-obra operacional do setor, antes feita somente pelo setor privado.

O município de Rolândia, no norte do Paraná, foi escolhido pelo fato de a pesquisadora residir nele e pelo trabalho realizado anteriormente sobre turismo e meio ambiente. A questão era compreender quais as influências das políticas públicas nesse pequeno município. Rolândia foi colonizada por vários imigrantes, como japoneses e italianos, mas os alemães é que deixaram marcas mais expressivas na gastronomia, arquitetura e cultura. Possui uma Secretaria Municipal de Turismo, Meio ambiente e Cultura e conta com a participação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que atualmente não está muito ativo, pois não estão realizando reuniões com frequência, devido à falta de apoio desta secretaria. O COMTUR tem uma grande representatividade para o município, prestando

consultoria à prefeitura e empresários. O município possui alguns atrativos turísticos, destacando-se o museu japonês, o museu municipal, o museu do café e o sacro, além do projeto da construção de um museu do rádio. No turismo rural, tem-se a Pousada das Alamandas, o SPA Recanto das Figueiras na estrada de São Rafael com a igreja e o cemitério de mesmo nome. A fazenda Bimini realiza atividades de educação ambiental e é um centro de referência da região nesta área, mas um atrativo de muita expressão é a festa que mais recebe visitantes, a Oktoberfest. É uma festa alemã realizada no mês de outubro, mas que atualmente está um pouco descaracterizada da tradição germânica. O hotel Rolândia, mesmo sendo um equipamento turístico, pode ser considerado um atrativo, mesmo que não aberto à visitação, pois foi a primeira construção do município, em 1934, e mantém as mesmas características arquitetônicas.

Além dos atrativos, o município possui alguns projetos para o turismo, como o Portal Turístico, que já recebeu verba da Secretaria Estadual de Turismo, mas que está no aguardo de nova licitação para construção. Este projeto é bem interessante e possui um conceito diferente dos pátios da época do PNMT. Um outro projeto importante na área do turismo está sendo elaborado: é o parque temático Yumê. Este projeto foi apresentado no final do ano passado pelo Presidente da Comissão Paranaense do IMIN – 100, em comemoração dos 100 anos da imigração japonesa, que acontecerá em 2008. Conforme reportagens do mês de abril deste ano, o presidente desta comissão foi até Brasília solicitar à nova ministra do Turismo verbas para sua construção, que será no local do museu japonês, porém o que se identificou é que não houve discussão com a comunidade e nem com os órgãos públicos municipais sobre sua realização. Durante as entrevistas foi constatado que os dirigentes municipais desconhecem os programas de turismo elaborados pelo governo federal e estadual, assim como a grande maioria dos participantes do COMTUR.

No contexto do novo programa de regionalização do governo, os projetos turísticos são direcionados a promover a atividade de modo integrado entre as localidades. Portanto, os gestores públicos municipais são os maiores atores no desenvolvimento dos projetos, pois muitas vezes são os responsáveis pela implantação de ações que estimulam o crescimento da atividade. Daí a importância de conhecerem esses programas e de que forma acontece a relação entre as três esferas do poder para compreender qual o papel de cada um. É fundamental

estabelecer uma política integrada, pois como se percebeu com esta pesquisa, na prática interesses privados acabam fazendo sua própria política, desconsiderando as propostas do governo federal e estadual e isso não é bom para o município.

Quando uma política envolve diferentes níveis de governo, federal, estadual, municipal, ou diferentes regiões de um mesmo país e diferentes setores de atividade, a sua implementação pode ser problemática, já que o processo torna-se mais complexo e mais difícil de ser controlado. Mesmo quando se trata apenas do nível local, há que se considerar, ainda, a importância dos vínculos entre diferentes organizações e agentes públicos para se atingir o desenvolvimento almejado.

As políticas públicas podem e devem influenciar um município, mas, como visto nesta pesquisa, a base é a que mais sofre com a falta de articulação entre as esferas do governo. Em um pequeno município como Rolândia, que ainda não recebe um fluxo constante de turistas, e cujas atividades para o turismo são recentes e desconexas, as políticas públicas para o turismo estão influenciando muito pouco. O desconhecimento dos planos e programas por parte dos agentes públicos revela a deficiência principalmente do governo federal em atingir seus objetivos para aplicar seus projetos. Projetos estão sendo propostos representando apenas alguns segmentos particulares e de cunho capitalista que não discutem com a comunidade local e os representantes públicos os benefícios para o município. Além disso, não se enquadram no programa de Regionalização do Turismo do governo por não envolverem uma parceria com os municípios da região. Estudos importantes sobre o turismo foram apresentados nacionalmente em 2006 e 2007, como o Livro de Turismo, o estudo do IBGE e revista Exame.

Influências das políticas públicas para o turismo no município devem ser no sentido de promover a região, beneficiando a comunidade local para que, desta maneira, possam nortear o rumo da atividade turística, atingindo os objetivos dos programas e projetos de forma integrada.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Brasil. *Ministério do Turismo vai lançar pacotes populares*. Tribuna do Norte, Apucarana, 01 nov. 2005.

AGÊNCIA Estado. *Turismo baixo custo pago por consignado*. Jornal Folha de Londrina. Paraná, 20 de jun. 2007. Seu Dinheiro, p. 2.

AMADEU, D; DOMINGOS, F. de O. *Revitalização da represa Ingázinho: proposta de lazer e educação ambiental*. Londrina. 91 f. 2003. Trabalho de Conclusão de curso (Turismo e Hotelaria). Universidade Norte do Paraná.

ANDRADE, J. V. *Turismo, Fundamentos e Dimensões*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2001.

ANJOS, E.S dos; SOUZA, F. de P; RAMOS, K. V. *Novas tecnologias e turismo: um estudo do site Vai Brasil*. Caderno Virtual de Turismo, 2006, v.6, n.4, p. 1-12.  
Disponível em: <  
[www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=480&article=145&mode=pdf](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=480&article=145&mode=pdf)  
->. Acesso em: 04 mar. 2007.

AZEVEDO, J. *Turismo – Políticas públicas, recursos humanos e educação ambiental*. In.: IRVING, M. de A. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

BARRETTO, M.; BURGOS, R.; FRENKEL, D. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papirus, 2003.

BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A de S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BECKER, B. H. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto no uso do solo na região costeira*. Brasília: MMA, 1995.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 6ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, M. M. O. *Turismo e financiamento: O caso brasileiro à luz das experiências internacionais*. São Paulo: Papirus, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, metas e programas 2003-2007*. 2 ed. Brasília, 2003a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural*. Brasília, 2003b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2007-2010: Uma viagem de Inclusão*. Brasília, 2007b. Disponível em <<http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 17 de jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Ações do Governo Federal. Produção de desenvolvimento: Turismo, 2003-2007. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/ac\\_infr09.htm](http://www.brasil.gov.br/ac_infr09.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, Diretrizes Operacionais*. Brasília, 2004b

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Turismo no Brasil (2007-2010)*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamentos e Gestão. *Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo*, 2003. IBGE, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL TURÍSTICO. *Fórum Nacional dos Secretariados e Dirigentes Estaduais de Turismo*. Disponível em: <<http://forumbrasilturistico.com.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2007.

BRASIL XXI – O BRASIL TURÍSTICO. Disponível em <[http://www.painelbrasil.tv/jornal/06\\_05\\_10.html](http://www.painelbrasil.tv/jornal/06_05_10.html)>. Acesso em: 12 jun. 2006.

BURSZTYN, I. *A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil*. Disponível em: <[www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=133&article=42&mode=pdf](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=133&article=42&mode=pdf)>. Caderno Virtual de Turismo, 2003, vol. 3, nº4. Acesso em 12 jun. 2005.

CALVENTE, M. del C. M. H. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina: Humanidades, 2004a.

CALVENTE, M. del C. M. H.; GONÇALVES, M. A. *Turismo em pequenos municípios: Jataizinho – Paraná*. Londrina: Humanidades, 2004b.

CASTELLI, G. *Turismo uma atividade marcante do século XX*. 3 ed. Caxias do Sul: ECUCS, 1996.

CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. Segundo Spínola da. Política de turismo no Brasil. *Turismo em Análise*. ECA-Escola de Comunicações e artes da USP. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e turismo. São Paulo, 2002. v.13, n.2 nov/2002. São Paulo: Aleph, 2002, p.55 – 73.

CAVAZOTTI, F. População precisa fazer sua parte. Folha de Londrina. Paraná, 27 de jul. de 2007. Opinião, p. 3.

CHÁCARA MARABU. Disponível em: <<http://www.chacaramarabu.com.br/index0.html>>. Acesso em: 30 de jul. de 2007.

CORREA, R.L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1998.

CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, R. de C. A.; SANSOLO, D. G. *Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/caderno/davis/davis1.html>>. Acesso em: 11 jun. 2004.

CUNHA, L. A. G. *Sobre o conceito de região*. Revista de História Regional. Vol. 5. n.2. 2000. Disponível em: <<http://www.uepg.br/rhr/v5n2/cunha.htm>>. Acesso em 20 abr. 2007.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.

FARO, F. R. *Rolândia pode ganhar parque em homenagem ao Imin*. Jornal Folha de Londrina. Paraná, 22 de jun. 2007. Folha Cidades, p. 1.

FRANCO, A. de. *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Disponível em: [http://www.aed.org.br/arquivos/porque\\_precisamos\\_dlis.doc](http://www.aed.org.br/arquivos/porque_precisamos_dlis.doc)>. Acesso em 04 mar. 2006.

GOMES, B.M.A.; FERREIRA, J.C.B; LIMA, A.L.R. *O turismo como estratégia de crescimento econômico*. Disponível em: <http://www.unifenas.br/extensao/administracao/ivcongresso/ca001ex.htm>> Acesso em: 14 dez. 2006.

GOMES, P.C. da C. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C; CORREA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

LICKORISH, L.; CARSON, L. G. *Introdução ao Turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MILITÃO, O. *Adati em Brasília*. Folha de Londrina. Paraná, 27 abr, 2007. Cidades. p. 6.

MORAES, A. C.R. *Geografia: Pequena histórica Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOURA, M. L. S. de; FERREIRA; M.C.; PAINE, P.A. *Manual de elaboração de projetos de pesquisa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

NOGUEIRA, A. *Políticas públicas para o turismo para 2007 – 2010*. Disponível em: [http://www.painelbrasil.tv/jornal/06\\_04\\_10.html](http://www.painelbrasil.tv/jornal/06_04_10.html)>. Acesso em 22 nov. 2007.

OLIVEIRA, R. A. G. G. de. *O turismo e a atuação da administração pública*. Disponível em: [www.cnpq.com.br/oliveira](http://www.cnpq.com.br/oliveira)> Aceso em: 22 mar. 2006.

OMT. Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

\_\_\_\_\_. *Organización Mundial del Turismo*. Disponível em: [http://www.unwto.org/index\\_es.htm](http://www.unwto.org/index_es.htm)>. Acesso em 26 fev. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Turismo. *Política Estadual de Turismo 2003 - 2007*. Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo no Paraná*. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo>>. Acesso em 26 dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. *Orientação para Gestão Municipal de Turismo*. Curitiba, 2005. Disponível em: [http://www.pr.gov.br/turismo/pdf/apostila\\_gestao.pdf](http://www.pr.gov.br/turismo/pdf/apostila_gestao.pdf)> Acesso em: 25 mar. 2007

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. *Política Estadual de Turismo*. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo/politicaestadual.shtml?profissionais>> Acesso em: 01 fev. 2007a

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo no Paraná*. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/turismo/programaregionalizacao.shtml>> Acesso em: 07 abr. 2007b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. *Estatísticas do Turismo no Paraná 2000/2006*. Departamento de Estatística, Curitiba, 2007c.

PEREIRA, C. A. S. Políticas públicas no setor do turismo. *Turismo em análise*. ECA-Escola de Comunicações e artes da USP. São Paulo, 1999. v.10, n.2 nov/1999, p. 07-23.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO PARA 2007 A 2010. Disponível em: <[http://www.painelbrasil.tv/jornal/06\\_04\\_10.html](http://www.painelbrasil.tv/jornal/06_04_10.html)>. Acesso em 23 nov. 2006.

PORTAL DA COMUNIDADE. Disponível em: <<http://www.portaldacomunidade.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=70>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

POUSADA DAS ALAMANDAS. Disponível em: <<http://www.pousadadasalamandas.com.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

PRUSSER, F. *Roland uno Rolandia: Zur Aufreichtung eines Bremer Rolandes im brasilianischen Rolândia*. Internationale Verlagsgesellschaft: Bremen, 1957.

REIS, F. J. G. *Turismo uma perspectiva regional*. Taubaté: Cabral, 2003.

REVISTA EXAME. *Anuário EXAME 2007 – 2008 TURISMO*. São Paulo, ano 41, nº5, Abril, 2007.

RIBEIRO JUNIOR, J. *Teoria geral do Estado & ciência política*. 2º ed rev. São Paulo: EDIPRO, 2001.

ROLÂNDIA. *Resumo das atividades do COMTUR até 05 de dezembro de 2001*.

ROLÂNDIA. *Plano Diretor do Município de Rolândia*, 2006.

ROLÂNDIA. *Prefeitura Municipal*. Disponível em: <<http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/rolandia/>>. Acesso em: 10 abr. 2007a.

ROLÂNDIA. *Inventário Turístico de Rolândia 2007*. Disponível em: <<http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/rolandia/>>. Acesso em 20 jul. 2007.

SANTOS FILHO, J. dos. *Alguns comentários ao Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003 -2007*. Disponível em: <<http://www.estudosturisticos.com.br/conteudo.asp?idconteudo=%201416>>. Acesso em: 20 set. 2005a.

\_\_\_\_\_. *Porque a ação da EMBRATUR se torna preocupante para a formulação de Políticas Públicas internas em Turismo?* Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/048/48jsf.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2005b.

SCHWENGBER, C. P. *Aspectos históricos de Rolândia*. Cambé: WA Ricieri, 2003.

SPA RECANTO DAS FIGUEIRAS. Disponível em: <<http://www.sparecantodasfigueiras.com.br/site.php?id=galcartao>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

VILLANUEVA, O. *Rolândia terra de pioneiros*. Londrina: Ipê, 1974.

WEISSBACH, P. R. M. *Possibilidades de aproveitamento turístico da área rural de Cruz Alta – RS*. 229 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A**

Roteiro de entrevista

### **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista**

1. Como é o turismo em Rolândia em sua opinião?
2. O que deveria melhorar?
3. Como o governo federal influencia o turismo em Rolândia? Dê exemplos.
4. Como o governo estadual influencia o turismo em Rolândia? Dê exemplos.
5. Existem leis municipais relacionadas ao turismo? Quais são as influências dessas leis?
6. Quais são os órgãos (federais, estaduais e municipais) que influenciam o turismo em Rolândia? De que maneira?
7. Qual é o órgão que tem maior influência? Por quê?
8. Conhece o Programa de Regionalização do Turismo? Qual é a sua opinião?

**ANEXOS**

**ANEXO A**  
**Roteiros turísticos do norte do Paraná**

## ANEXO A – Roteiros turísticos do norte do Paraná

### ITINERÁRIO 01

#### Dia 01 – Domingo – LONDRINA (A/J)

Recepção no aeroporto, traslado Aeroporto-Hotel em ônibus com ar condicionado com guia bilingue. O grupo almoça em um restaurante da cidade.

City Tour em Londrina, passando pelos lugares mais interessantes de Londrina.

O grupo encontrará para o jantar um consultor agrícola, com quem poderão conversar sobre produção de soja e sua importância para a agricultura brasileira.

Pernoite em Londrina

“Londrina foi fundada em 10 de dezembro de 1934 e em 73 anos ela se tornou a segunda cidade do estado do Paraná.

*A população veio de toda parte do mundo e hoje, estão presentes na cidade mais de 40 diferentes nacionalidades.*

*Até os anos 70 o café era a cultura mais importante da região fértil de Terra Vermelha. Era também o mais importante produto de exportação do Brasil. O Café foi chamado de “Ouro Verde” devido a sua capacidade de gerar enorme prosperidade. O solo vermelho flexível tem a fertilidade ideal para o seu crescimento.*

*Quanto a agricultura, as principais culturas são o milho, a soja, o trigo, o café, o arroz, o algodão, a cana de açúcar, o rami, o tomate, a mandioca o feijão e a uva. Também há uma intensa atividade de gado, especialmente de bovinos, porcos e aves. Há aqui 1917 indústrias, 10.471 comércios e 7161 prestadoras de serviços.”*

[www.londrina.pr.gov.br](http://www.londrina.pr.gov.br)

#### Dia 02 - segunda-feira – LONDRINA (C/A/J)

Café da manhã no hotel

Visita à Embrapa (O mais importante centro de pesquisa de soja do Brasil)

O grupo almoça em um restaurante local

Visita à uma fazenda de soja

Visita à uma cooperativa de soja

Jantar do grupo

Pernoite em Londrina

“A Embrapa Soja é uma das 40 unidades de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Sua missão é “viabilizar soluções que contribuam para o desenvolvimento dos agronegócios da soja e do girassol, com sustentabilidade do espaço rural, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

*Sua contribuição histórica ao agronegócio da soja no Brasil coloca a Embrapa Soja como referência mundial no desenvolvimento de tecnologias para a cultura em regiões tropicais. Entre suas contribuições estão o desenvolvimento de cultivares adaptadas a regiões de baixas latitudes, o controle biológico de pragas, as técnicas de manejo e conservação do solo, entre outras.”*

[www.cnpso.embrapa.br](http://www.cnpso.embrapa.br)

#### Dia 03 - terça-feira – LONDRINA (C/A)

Visita a uma cooperativa de grãos

Visita ao IAPAR [www.iapar.br](http://www.iapar.br)

Almoço em uma churrascaria

Traslado para o aeroporto em ônibus com ar condicionado e guia bilingue.

*“O Instituto Agrônomo do Paraná – **IAPAR** – é um instituto de pesquisa rural cuja missão é promover o desenvolvimento da agropecuária paranaense por meio da geração de conhecimentos científicos e tecnológicos adequados à realidade social e econômica dos produtores, que possibilitem, respeitando o meio ambiente, produzir alimentos saudáveis e produtos de qualidade para a agroindústria.*

*O IAPAR tem sua sede original em Londrina, no Paraná e está presente em todas as regiões do Estado, ligado aos pólos regionais de Pesquisa, às Estações, campos de cooperação junto dos agropecuaristas, cooperativas demonstrativas e unidades. As pesquisas do IAPAR resultam do aperfeiçoamento das variedades, definição de uma tecnologia adequada para uma melhor performance dos programas de apoio ao desenvolvimento rural Paranaense.”*

Preços por pessoa em Acomodação Dupla

15 a 19 pax = USD 340,00

20 a 24 pax = USD 312,00

25 a 29 pax = USD 295,00

30 a 34 pax = USD 285,00

35 a 40 pax = USD 275,00

## ITINERÁRIO 02

### DIA 01 – SÃO PAULO – FOZ DO IGUAÇU (A/J)

Chegada em São Paulo

Vôo até Foz do Iguaçu

Almoço em uma churrascaria e city tour no caminho

Visita à Usina Binacional de Itaipú

Jantar

Pernoite em Foz do Iguaçu

*“Na fronteira com o Paraguai e Argentina, a região das Cataratas e de Itaipú é o palco de um dos maiores espetáculos produzidos pela natureza; imensas águas e crateras profundas formam as Cataratas de Iguaçu. Além disso eles encontram o complexo de Itaipú que comportam a usina de maior poder hidrelétrico em funcionamento do mundo. As **Cataratas de Iguaçu** se encontram dentro do Parque Nacional de Iguaçu. Elas se formaram há 150 milhões de anos atrás e consistem em 275 quedas de água individuais, que formam um largo muro de água na época das cheias.*

### DIA 02 – FOZ DO IGUAÇU (C/A/J)

Café da manhã do hotel

Visita às Cataratas de Iguaçu com Tour no Macuco Safari

Visita ao Parque das Aves

Jantar com show ao vivo

Pernoite em Foz do Iguaçu

*“ O Macuco Safari começa com 3 km de trilha em um Jeep 4x4, com guia bilíngue explanando sobre a Fauna e Flora do Parque. Depois disso, à 600 metros de caminhada em trilha chega-se a uma pequena queda d’água chamada “Salto do Macuco”. Finalmente, é feito um tour rio acima até a “Garganta do Diabo” num bote inflável bimotor, onde você encontrará o mais maravilhoso cenário que você jamais viu.”*

*“ O **Parque das Aves** possui uma área de mata nativa de 16 hectares, onde abriga 180 espécies diferentes de pássaros, a maioria brasileiros, alguns com riscos de extinção. Aves tropicais raras e coloridas voam em amplos viveiros integrados à exuberante floresta úmida subtropical. Os visitantes têm a oportunidade de entrar nesses viveiros para conhecer de perto a vida das aves. Além delas, jacarés, sucuris, jibóias, sagüis e borboletas encantam os visitantes.”*

### DIA 03 – FOZ DO IGUAÇU/MEDIANEIRA/CASCADEL (C/A/J)

Café da manhã no Hotel

Ida para Medianeira para a visita da Cooperativa LAR, uma das cinco afiliadas da SUDCOOP (Cooperativa Central agropecuária do sudoeste)

[www.Lar.ind.br](http://www.Lar.ind.br)

Allée à Medianeira, afin de visiter la Coopérative LAR , principal fornecedora daa Cooperativa Frimesa, que comercialisa e industrialisa as matérias primas, tais como aves e grãos.

[www.lar.ind.br](http://www.lar.ind.br)

Almoço em Medianeira com apresentação de um show de folclore da região sul

Visita no escritório central da Frimesa. A Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste (SUDCOOP) é formada por seis unidades industriais e cinco cooperativas afiliadas.

Visita a uma granja de porcos da região

Ida para Cascavel

Jantar no hotel

Pernoite em Cascavel

Cascavel

*“Cascavel é responsável por (26%) do total da produção de grãos do Estado. Lá é cultivado vários produtos: soja, trigo, milho, arroz, algodão e feijão, sendo que os três primeiros têm a maior produtividade . Ainda destaca-se a criação de aves, de gado, de porcos e de ovelhas. A indústria se encontra em fase de expansão, especialmente no que se refere à melhoria da produção rural.”*

#### **DIA 04 – CASCAVEL/CAMPO MOURÃO/MARINGÁ (C/A/J)**

Café da manhã no hotel

Ida para Campo Mourão

Visita à Cooperativa COAMO – Cooperativa rural Mourãoense (COAMO), maior cooperativa da América Latina, com sede em Campo Mourão, investirá milhões no próximo ano para o crescimento da produção, modernização e melhoria de sua estrutura operacional. [www.coamo.com.br](http://www.coamo.com.br)

Almoço em Campo Mourão

Visita à fazenda experimental da COAMO com sistema de integração na criação de bovinos/agricultura e pesquisa.

Ida para Maringá

Jantar

Pernoite em Maringá

Campo Mourão

“ Campo Mourão tem uma população aproximada de 356.191 habitantes. Essencialmente agrícola, tem na plantação de soja e do milho seus principais produtos agrícolas, sede de uma das maiores cooperativas do Brasil e a terceira do mundo - a COAMO.”

#### **DIA 05 – MARINGÁ/LONDRINA (C/A/J)**

Café da manhã no hotel

Visita profissional com exportador de carne, critérios de qualidade e critérios de comercialização, num abatedouro e frigorífico para mercados domésticos e exportação.

Visita à Cooperativa Cocamar (cooperativa de soja) [www.cocamar.com.br](http://www.cocamar.com.br)

Almoço na cooperativa

Encontro no auditório para apresentação de um vídeo institucional da Cocamar

Visita no complexo industrial ( indústria de óleo e suco à base de soja)

Ida para Londrina

Jantar

Pernoite em Londrina

Maringá

“Maringá está localizada geograficamente no Noroeste do Paraná, localizada em uma vertente, sendo cortada na parte sul pela linha imaginária do Trópico de Capricórnio. Ela tem um cima tropical de altitude, está a 555 metros acima do nível do mar, tendo assim chuvas de verão e invernos secos. Seu progresso vertiginoso aconteceu harmoniosamente sem perder as características de cidade

projetada, onde a consciência da preservação da natureza se impõe, como pode-se notar pela sua arborização, constituída por 63.000 árvores nas vias públicas, junto com suas 3 florestas de matas nativas preservadas, oferecem um festival de cores a cada 20,64 m de área verde por habitante. Fundada no período de ouro do ciclo do café, Maringá apresenta hoje diversificada agricultura, composta pela produção de soja, algodão, milho, açúcar de cana, trigo e também é grande produtora de bichos-da-seda.”

#### **DIA 06 – LONDRINA (C/A/J)**

Café da manhã no hotel  
 Visita à Embrapa – O mais importante centro de pesquisas de soja do Brasil  
 Almoço  
 Visita à uma fazenda de bovinos  
 Encontro com membros da Sociedade Rural do Paraná – [www.srp.com.br](http://www.srp.com.br)  
 Jantar no shopping center  
 Lazer e tempo livre no shopping  
 Pernoite em Londrina

Londrina

“Londrina foi fundada em 10 de dezembro de 1934 e em 73 anos ela se tornou a segunda cidade do estado do Paraná.

*A população veio de toda parte do mundo e hoje, estão presentes na cidade mais de 40 diferentes nacionalidades.*

*Até os anos 70 o café era a cultura mais importante da região fértil de Terra Vermelha. Era também o mais importante produto de exportação do Brasil. O Café foi chamado de “Ouro Verde” devido a sua capacidade de gerar enorme prosperidade. O solo vermelho flexível tem a fertilidade ideal para o seu crescimento.*

*Quanto a agricultura, as principais culturas são o milho, a **soja**, o trigo, o café, o arroz, o algodão, a cana de açúcar, o rami, o tomate, a mandioca o feijão e a uva. Também há uma intensa atividade de gado, especialmente de bovinos, porcos e aves. Há aqui 1917 indústrias, 10.471 comércios e 7161 prestadoras de serviços.”*

[www.londrina.pr.gov.br](http://www.londrina.pr.gov.br)

#### **DIA 07 – LONDRINA (B)**

Café da manhã no hotel  
 Translado para o aeroporto  
 Vôo de volta para casa

Preços por pessoa em Acomodação Dupla

15 a 19 pax = USD 955,00  
 20 a 24 pax = USD 875,00  
 25 a 29 pax = USD 830,00  
 30 a 34 pax = USD 795,00  
 35 a 40 pax = USD 775,00

ITINERÁRIO 03

#### **DIA 01 – SÃO PAULO/LONDRINA (D)**

Chegada em São Paulo  
 Vôo para Londrina  
 Check in no hotel  
 Visita à SRP – Sociedade Rural do Paraná, onde encontrarão membros da Rural e terão uma vista geral da agricultura brasileira.  
 Jantar

Pernoite em Londrina

#### **DIA 02 – LONDRINA (C/A/J)**

Café da manhã no hotel  
 Visita à fazenda de agropecuária 2C – uma das mais importantes criações de Nelore do país  
 Almoço  
 Visita a uma companhia de sêmem bovino  
 Jantar  
 Pernoite em Londrina

#### **DIA 03 – LONDRINA/MARINGÁ ( C/A/J )**

Café da manhã no hotel  
 Visita a uma fazenda de criação de Brahman e Guzerá  
 Almoço e ida para Maringá (100 km)  
 Visita à Fazenda Experimental da Cesumar – Centro de pesquisas em criação de Nelore e gado leiteiro  
 Jantar  
 Pernoite em Maringá

#### **DIA 04 – MARINGÁ (C/A/J)**

Café da manhã no hotel  
 Visita a uma fazenda de gado (Gir leiteiro e Gir Holandês)  
 Almoço  
 Visita a uma fábrica de queijo  
 Jantar  
 Pernoite em Maringá

#### **DIA 05 – MARINGÁ/FOZ DO IGUAÇÚ (C/A/J)**

Café da manhã no hotel  
 Ida para Foz do Iguaçu  
 Visita ao Parque Nacional do Iguaçu  
 Macuco Safari  
 Visita ao Parque das Aves  
 Jantar de despedida  
 Pernoite em Foz do Iguaçu

#### **DIA 06 – FOZ DO IGUAÇÚ (B)**

Café da manhã no hotel  
 Translado para o aeroporto  
 Vôo de volta para casa

#### **Preços por pessoa em acomodação Dupla**

15 a 19 pax = USD 935,00  
 20 a 24 pax = USD 855,00  
 25 a 29 pax = USD 805,00  
 30 a 34 pax = USD 775,00  
 35 a 40 pax = USD 750,00

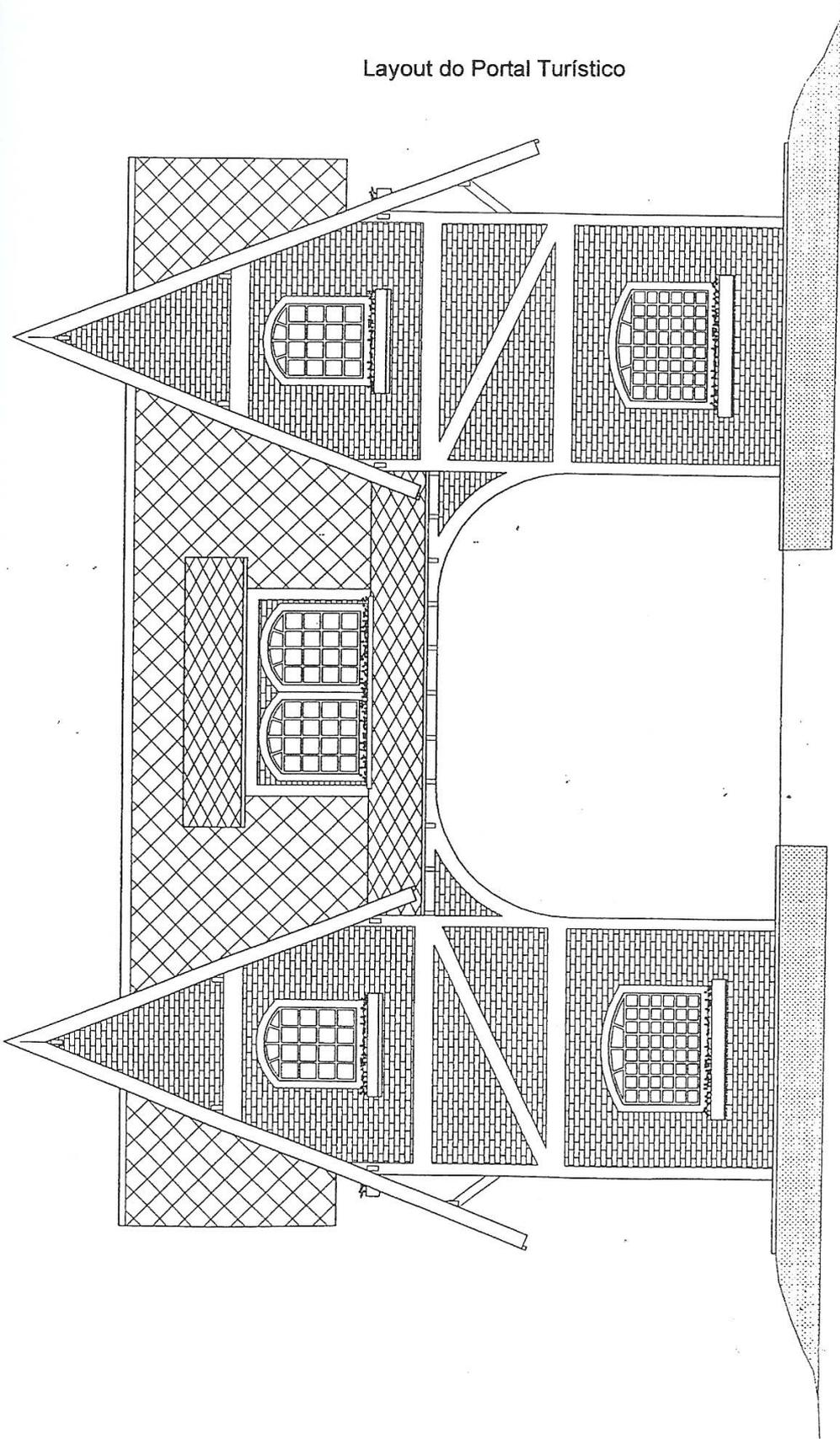
**ANEXO B**  
**Mapa turístico da “Trilha dos Pés Vermelhos”**



**ANEXO C**  
**Layout do Portal Turístico**

ANEXO C

Layout do Portal Turístico



Arquimedes  
ESC. 1:75

## **ANEXO D**

### **Roteiros e outras atrações turísticas: Rolândia – Paraná**

## **ANEXO D – Roteiros e outras atrações turísticas: Rolândia – Paraná**

### **ROTEIRO: TURISMO TECNOLÓGICO**

Aquabel: Fazenda tradicional c/ modernas instalações e laboratório de alta tecnologia p/ produção de alevinos, fornece alevinos para o Brasil inteiro e inclusive exporta.

Corol: Cooperativa exemplo, com moderno Centro Tecnológico Agrícola, moderna fábrica de suco Uva e de laranja p/ exportação, fábrica de açúcar de cana e destilaria de álcool. (as fábricas de suco, açúcar e álcool funcionam de maio a novembro). (\*)

Monsanto: Com modernas instalações p/ produção e reprodução de sementes agrícolas, inclusive laboratório p/ produção de sementes transgênicas. (\*)

Fazenda Renânia: De Herbert Bartz, pioneiro e técnico em plantio direto, criação de búfalos. (\*)

Sítio Tapir: De Louis Baudras, modernas instalações p/ produção de leite , maior produtor da região. (\*)

Jair Francisco: Moderno produtor de leite da região. (\*)

Solana Agropecuária: Especializada em produção e exportação de ervas medicinais. (\*)

Itamaraty: Torrefação de café e fábrica de biscoitos com degustação do café e demais produtos. (\*)

### **ROTEIRO: TURISMO GASTRONÔMICO**

Porco no Tacho: Restaurante típico no km 10.

Café Colonial Suisso: Café, chocolate, tortas e bôlos alemães, doces, etc.

Restaurante Porto Alegre: Chapeado, eisbein, marreco c/ polenta.

Holandeza's: Restaurante Self-Service, inclusive eisbein, por quilo.

La Gôndola: Restaurante Self-Service por quilo

### **ROTEIRO: TURISMO AMBIENTAL E CULTURAL**

Chácara Rolândia: de Irmãos Unbehaun, viveiro de mudas frutíferas, plantas raras e exóticas, flôres e bosque de árvores e plantas de todo Brasil. (\*)

Fazenda Bimini: Fazenda tradicional do tempo da imigração alemã, com casarão antigo, de madeira de lei (Peroba Rosa), mata virgem, projeto de preservação ambiental, plantio de árvores naturais, visita ao arboreto, área de reflorestamento e matas ciliares. (\*)

Fazenda Vesperoda: Fazenda típica da imigração alemã, com casarão de madeira, plantação de

laranja, café e cana de açúcar, possui mata virgem com trilha para visita  
ção de árvores nativas, inclusive uma figueira branca de 450 anos de idade,  
ainda possui um pequeno museu com ferramentas, utensílios, e móveis  
rústicos antigos, ainda funciona um importante SPA no local. (\*)

Vila Rural: Projeto paranaense de vila rural, assentamento de colonos, próximo à cidade, pré  
selecionados e com vocação agrícola em áreas de aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup>., onde  
trabalhadores rurais plantam e criam p/ sua subsistência, orientados p/ Emater e ainda  
produzem pão e doces p/ venda.

#### ROTEIRO: TURISMO DE LAZER

Club do Barreiro: Club tradicional onde são realizadas festas tradicionais germânicas como:  
25 de julho, dia da imigração alemã, Frühlingfest e outras. (\*)

Pouzada das Alamandas: Pouzada na área rural, c/ linda paisagem, chalés, restaurante,  
piscina e passeio a cavalo. (\*)

Fazenda Janeta: Fazenda antiga c/ casarão de madeira, mata virgem, piscina e passeios. (\*)

Hotel Pinheiro: O segundo hotel em Rolândia, em madeira, ainda em funcionamento, com  
fachada original.

#### ROTEIRO: TURISMO CULTURAL:

Bremencenter: Sobrado construído e restaurado em estilo germânico, prédio pioneiro e  
histórico de Rolândia, nele funciona o Centro Cultural Brasil-Alemanha, c/ loja de artesanato,  
queijos, geléias, etc., uma ampla sala, transformada em mini cinema, onde funciona o projeto  
Viva-Viva que se baseia na apresentação e projeção de filmes alemães, e também são  
recepcionados grupos de turistas, para ouvir um pouco da história de Rolândia e assistir a um  
filme institucional de Rolândia. (\*), (\*\*)

Comunidade Luterana: Templo em estilo gótico, construído p/ própria comunidade na época  
da colonização alemã, contem 3 sinos que chamam: fé, amor e esperança. (\*)

Club Concórdia: Tradicional club na cidade, fundado na época da colonização de Rolândia,  
por Alemães, suíços e austríacos.

Museu Municipal: Museu histórico e cultural do tempo da imigração de alemães, italianos,  
japonezes e outros.

Estátua do Roland: Uma réplica da estátua do Roland da praça central de Bremen, na  
Alemanha, doada à Rolândia, por comerciantes de café de Bremen, em 1957.

Igreja Matriz e Museu Sacro: Linda igreja, com bela pintura interna, as estações de cristo es  
culpadas em madeira de lei, além de importantes quadros. Anexo um pequeno museu, com  
peças e vestimentos sacros desde o início da fundação de Rolândia. (\*)

Museu Japonês: Com casa de palmito, rancho típico com móveis e utensílios da época da imigração japonesa em Rolândia, também ferramentas e maquinas antigas, usadas no inicio da colonização.(\*\*)

Capela e Cemitério São Rafael: Local histórico, que foi freqüentado por altas autoridades e políticós fugitivos da perseguição de Hitler, no cemitério anexo foram enterrados muitos deles, uma curiosidade no cemitério é a divisão de religiões por setores no cemitério. (\*)

Facar: Faculdade com vários cursos de Rolândia. (\*)

Cansulado Honorário Federal da Alemanha: Cônsul Honorário Adrian von Treuenfels, presta serviços, expede documentos, e dá assistência aos alemães de Rolândia e toda região.

### AINDA EXISTEM PARA VISITAÇÃO:

Fazendas tradicionais de plantio de laranja

Fazendas tradicionais de plantio de café

Fazendas tradicionais de plantio de cana de açúcar

Grandes Granjas de suínos

Grandes Granjas de aves poedeiras e de frangos de corte

OBS: Poderão ser criados roteiros específicos e alternativos, conforme o interesse e disponibilidade de tempo dos grupos.

Contatos com: Jaime Freiburger (presidente do Conselho Municipal de Turismo)  
Fones: 43-3256-1561 Cel 43-9972-1727 E-Mail: esteca@uol.com.br

Pedro Bernardy (tesoureiro do Conselho Municipal de Turismo)  
Fones: 43-3256-7165 Cel 43-9972-1547 E-Mail:  
bernardy@zipmail.com.br

Importante: Os locais com asterisco (\*) deverão ser previamente agendados.

Os locais com dois asterisco (\*\*) cobram pequena entrada.

**ANEXO E**  
**IV Rolândia Turismo**

## ANEXO E – IV Rolândia Turismo



Data: 26/06/2007

Horário: 19:00h

Local: Anfiteatro da FACCAR

Objetivo:

Reafirmar o potencial turístico do município e estruturar o roteiro de Turismo Rural: “Caminhos de São Rafael”.

Justificativa:

O IV Encontro dará continuidade ao Rolândia Turismo que visa preparar a cidade e os empreendedores para desenvolver uma estrutura turística no município de Rolândia.

#### **IV Rolândia Turismo**

- Local: FACCAR
- Data: 26/06/2007
- Horário: 19:00h
- Público Alvo: Órgãos Públicos, Autoridades, Entidades de Classe, Empreendedores, Alunos de ADM da FACCAR.
- Público Estimado: 200 pessoas

#### Programações:

#### **Roteiro Turístico “Caminhos de São Rafael”**

- 13:00 – Recepção dos visitantes que participarão do Rolândia Turismo Rural – FACCAR;
- 13:30 – Estátua do Roland;
- 13:30 – Bremen Center – Filme Institucional;
- 14:00 – Chácara Rolândia;
- 15:00 – Museu do Imigrante (Fazenda Vesperoda);
- 15:50 – Capela e Cemitério de São Rafael;
- 16:40 – Bartira;
- 17:30 – Km 10
- 18:30 – Retorno FACCAR.

#### **Encontro de Turismo**

- 19:00 – Recepção no Anfiteatro da FACCAR;
- 19:30 – Abertura;
- 20:00 – Palestra “O Contexto do Turismo na Atualidade” com a Turismóloga Luciana Masson Scaramal;
- 21:00 – Encerramento – “Café com Prosa”.